

PROPOSIÇÃO Nº 017/12 - PEC

Nº: 001/12



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR. 2012

*Ruy*  
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 19 de março de 2012  
OF CEE/G 059/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – A D L para providências.

Em, 27/03/2012

*Presidente*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a presente Mensagem relativa à proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Atenciosamente,

*Carlos Alberto Richa*  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

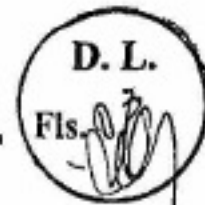
Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Saete, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

15131 2012 03/2012 001739 001 059/12 OF CEE/G 059/12

*Deputado 26/03/12*  
*R*



MENSAGEM N.º 007 /2012

Curitiba, 19 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da referida Carta.

A RTVE é uma instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, atividades de **comunicação**. Assim, entende-se que fique melhor situada no organograma do Estado na área de competência da SECS do que de qualquer outra Secretaria de Estado.

Na estrutura organizacional do Estado, cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS definir as estratégias e meios necessários para levar à sociedade informações de utilidade pública, sobre serviços prestados pelo Estado e relativas à transparência, um dos atributos da gestão pública. Esta é uma tarefa que tem total interseção com o papel do sistema público de rádio e televisão. Portanto, é natural – e produtivo – que as duas estruturas estejam organicamente ligadas.

Com suas atividades vinculadas à SECS, a RTVE estará inserida em um ambiente de comunicação mais amplo, do qual participa um grande elenco de atores:

- o corpo de profissionais de comunicação da própria SECS, presente em todas as Secretarias de Estado, poderá criar um trânsito mais fluente de informações relevantes para a RTVE levar ao conhecimento do seu público;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- as emissoras particulares de rádio e televisão situadas no Paraná, meios constantemente utilizados pela SECS para dar transparência aos atos do Governo do Estado, estarão mais próximas à RTVE, facilitando a formação de parcerias estratégicas para a produção de conteúdos artísticos e jornalísticos de rádio e televisão;

- as agências de publicidade licitadas pela SECS para prestar serviços de comunicação para o Governo do Estado poderão desempenhar um papel muito importante na criação de conteúdos de caráter educativo exclusivamente para a RTVE, tornando mais atraentes e eficazes as suas programações de rádio e televisão;

- as produtoras independentes de rádio e televisão, tradicionalmente utilizadas pelas agências de publicidade como fornecedoras de peças e campanhas publicitárias, serão estimuladas pela SECS a produzir conteúdos específicos para a RTVE, valorizando o mercado artístico estadual e aprimorando a grade das emissoras públicas de rádio e TV.

Dessa forma, a mudança para a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade de sua operação.

O parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência. O estado de sucateamento dos equipamentos é notório, a maioria deles está com a vida útil esgotada ou em seu limite de uso.

Em virtude dessa situação, em 2011, a Diretoria da RTVE elaborou edital de licitação para adquirir um sistema de tecnologia mais adequado à natureza do trabalho artístico e jornalístico produzido pelas emissoras de rádio e televisão. Embora pronto, o edital aguarda o aporte de recursos para ser lançado.

Trata-se, na verdade, de um processo de migração do atual sistema de transmissão analógico para o digital. No governo anterior, a RTVE havia firmado com o Ministério das Comunicações um compromisso de digitalizar o seu sistema até dezembro de 2011.

A falta de recursos orçamentários não permitiu que esse prazo fosse cumprido. Por esse motivo, a RTVE protocolou junto ao Ministério das Comunicações, ainda em 2011, um ofício solicitando a dilação deste prazo para dezembro de 2012.

A SECS dispõe dos recursos financeiros necessários para realizar, no decorrer deste ano, o salto tecnológico que permitirá à RTVE cumprir o prazo solicitado e operar com um nível superior de qualidade técnica.



A defesa de orçamentos mais reforçados para a TV pública é um dos princípios que regem a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC. A Instituição advoga a integridade e independência das emissoras, e destaca a necessidade de "mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora para exercer, com regularidade e eficiência, sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira."

#### 1. Para ampliar a área de cobertura dos meios da RTVE

Ao mudar para a SECS, a RTVE contará com os recursos orçamentários indispensáveis para ampliar a potência e melhorar a qualidade de som de suas duas emissoras de rádio e, também, para cobrir todo o território paranaense com o sinal da sua emissora de TV.

Dotadas de novos transmissores, as emissoras de rádio passarão a alcançar Curitiba, todos os municípios da Região Metropolitana, o Litoral e a região dos Campos Gerais.

Com uma nova rede de repetidoras, própria para retransmissão do sinal digital, a emissora de televisão estará presente, no ar, em todos os municípios do Estado, e continuará a enviar o sinal para o Brasil e outros países da América Latina via satélite.

#### 2. Para a RTVE cumprir melhor a sua missão básica

Subordinada à SECS, a RTVE poderá, até o final da atual gestão, reunir todas as condições para melhor cumprir os seus objetivos.

A mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Conterá com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.

Por fim, importante ressaltar que essa mudança não altera, mas torna muito mais factível, a missão básica da RTVE:

- Dar transparência aos atos do Governo;
- Reforçar, na população do Estado, o sentimento de orgulho de ser paranaense;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- Valorizar os produtos e promover os eventos culturais de qualidade realizados no Paraná;
- Contribuir efetivamente no processo de educação para a cidadania.

Assim, entendo que, para melhor cumprir a missão e os objetivos da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, essa Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, dando nova redação ao artigo 24, com o seguinte teor:

*"Art. 24. A Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, manterá seu caráter educativo e cultural, com a prioridade de sua programação à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, estando vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS."*

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado



Cleiton Kielce, Dr. Batista, Dullio Genari, Elton Welzer, Enio Veni, Fernando Scarsavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermano Brandão Júnior, Jonas Guimarães, Luciano Rafagáin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Chelid, Marcelo Rangel, Maria Tureck, Nelson Justo, Nelson Lucena, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapina, Rascia Rodrigues, Rani Pereira, Rose Lito, Stephanos Júnior, Tadeu Venari, Terezo Kato e Toninho Wanderschoor (35 Deputados). Não votaram: Augustinho Zucchi, Bernardo Ribas Carli, César Quintana, Douglas Fabrício, Elton Rosch, Evandro Júnior, Francisco Bülher, Ney Leprevost, Professor Lemos e Waldyr Pugliesi (10 Deputados).]

**ITEM 01 - Discussão Única do Veto nº 003/12, apósto ao Projeto de Lei nº 389/11, de autoria do Deputado André Bueno, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através da sites de compra coletiva para internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná. Com relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário. Em discussão.**

**DEPUTADO ANDRÉ BUENO (PDT) (Para Encaminhar):** Esse é um projeto que foi amplamente debatido aqui, na Casa. Começou no ano passado, transitou por todas as Comissões, passou pela Comissão de Indústria e Comércio, pela Comissão de Defesa do Consumidor, transitou na CCJ, fizemos uma oitiva ouvindo as empresas, empresários, consumidores lesados. Este projeto trata de um assunto muito sério no nosso País. Tem crescido muito a compra nos sites de compra coletiva. Para se ter uma noção, no ano passado chegamos ao número de 1 bilhão de reclamações. E na mesma proporção que crescem as compras, crescem as reclamações. No ano de 2010 tivemos o número de 7 mil reclamações. Já em 2011 atingimos o número de 45 mil reclamações no Procon. É uma modalidade nova, recente no Brasil, tem sido considerada uma ferramenta moderna de compra, mas tem sido um grande problema para os consumidores lesados. Alguns Estados já avançaram, o Rio de Janeiro já começou a exigir que essas sites de compra precisem ter um telefone gratuito para o consumidor ligar reclamando. O nosso projeto prevê isso, ele exige que a empresa seja certificada no Estado do Paraná, que tenha um telefone 0800, um telefone gratuito, que possa atender o consumidor com um endereço físico. Queris pedir a todos os Deputados e agradecer. Acho que a Liderança do Governo não faz nenhuma objeção contra o encaminhamento. E dizer que o projeto é importante para o Estado do Paraná. Alguns Estados já estão avançando. É um projeto bom para o Governo, para os Deputados, porque passou por todos os Deputados e pelas Comissões na Casa. É um projeto que ajudará muito ao encaminhamento, no respeito, nas compras, no respeito ao consumidor paranaense. Foco encarecidamente aos Deputados que participaram da oitiva, que acompanharam este projeto, que possam votar 'não' ao veto.

**DEPUTADO PARANHOS (PSC) (Para Encaminhar):** Sr. Presidente, quero também encaminhar favoravelmente. Como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, temos recebido muitas reclamações deste modo de compra que o país adota. Um formato bom, ajuda na facilidade de comprar, mas algumas empresas não têm cumprido aquilo que determina o Código de Defesa do Consumidor. É um projeto bom, passou pela Comissão de Defesa do Consumidor e queria pedir aos nossos Deputados do Bloco e, também, aos demais Deputados, que votem contrariamente ao veto.

**Sr. PRESIDENTE (Deputado Valdir Resendi - PSDB):** Não havendo mais quem queira encaminhar, vamos proceder à votação do veto. Deputados favoráveis ao veto, sim. Deputados contrários ao veto, não. Votando. **Relatório e Veto.** [Votaram 'sim': Ademir Tralero, Francisco Bülher e Marcelo Rangel (3) Deputados). Votaram 'não': Adelson Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Cori, André Bueno, Antônio Neto, Bernardo Ribas Carli, César Quintana, César Silvestri Filho, Cleiton Kielce, Dr. Batista Dullio Genari, Elton Rosch, Elton Welzer, Enio Veni, Fernando Scarsavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermano Brandão Júnior, Jonas Guimarães, Luciano Rafagáin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Chelid, Maria Tureck, Nelson Justo, Nelson Lucena, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapina, Rascia Rodrigues, Rani Pereira, Rose Lito, Stephanos Júnior, Tadeu Venari, Terezo Kato e Waldyr Pugliesi (36 Deputados). Não votaram: Augustinho Zucchi, Douglas Fabrício, Evandro Júnior, Ney Leprevost, Professor Lemos e Toninho Wanderschoor (06 Deputados).] Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para segunda-feira, dia 02 de abril, à hora regular, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão Única do Veto nº 004/12, apósto ao Projeto de Lei nº 718/11; Redação Final dos Projetos de Lei nºs 196 e 570/11; 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 386/11 e dos Projetos de Lei nºs 588, 601, 870 e 912/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 396, 637, 935/11, 065 e 066/12; Discussão Única do Recurso ao Plenário nº 002/12. "Levante-se a sessão". [Sessão encerrada às 17h25, tendo sido levada a presente Ata, para fins de publicação e encaminhamento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes presenças: I. A pedido do Deputado Rani Pereira, do Prefeito Agnaldo Luiz Chichetti, do Município de Roncador; II. A pedido do Deputado Ademir Bier, dos Vereadores João Leifer, Pedrinho Tonelli, Cleonice Fossati e Solange Ferreira, todos do Município de Quatro Pontes; III. A pedido do Deputado Elton Rosch, do Prefeito Nelson Bina, do Município de São José das Palmeiras e do Vereador Nelson Fernandes, do Município de Missal.]

## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

(Publicação para fins de atendimento ao que dispõe o Art. 190 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa)

MENSAGEM Nº 07/2012

Curitiba, 19 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando alterar o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da referida Carta.

ARTVE é uma instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, atividades de comunicação. Assim, entende-se que fique melhor situada no organograma do Estado em área de competência da SECS do que de qualquer outra Secretaria de Estado.

Na estrutura organizacional do Estado, cabe à Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS definir as estratégias e meios necessários para levar à sociedade informações de utilidade pública, sobre serviços prestados pelo Estado e relativos à transparência, um dos atributos da gestão pública. Esta é uma tarefa que tem total interseção com o papel do sistema público de rádio e televisão. Portanto, é natural - e produtivo - que as duas estruturas estejam organicamente ligadas.

Com suas atividades vinculadas à SECS, a RTVE estará inserida em um ambiente de comunicação mais amplo, do qual participe um grande elenco de atores:

- + o corpo de profissionais de comunicação da própria SECS, presente em todas as Secretarias de Estado, poderá criar um trânsito mais fluído de informações relevantes para a RTVE levar ao conhecimento do seu público;
- + as emissoras particulares de rádio e televisão situadas no Paraná, meios constantemente utilizados pela SECS para dar transparência aos atos do Governo do Estado, estarão mais próximas à RTVE, facilitando a formação de parcerias estratégicas para a produção de conteúdos artísticos e jornalísticos de rádio e televisão;
- + as agências de publicidade licitadas pela SECS para prestar serviços de comunicação para o Governo do Estado poderão desempenhar um papel muito importante na criação de conteúdos de caráter educativo exclusivamente para a RTVE, tornando mais atraentes e eficientes as suas programações de rádio e televisão;
- + as produtoras independentes de rádio e televisão, tradicionalmente utilizadas pelas agências de publicidade como fornecedoras de peças e campanhas publicitárias, serão estimuladas pela SECS a produzir conteúdos específicos para a RTVE, valorizando o mercado artístico estadual e aprimorando a grade das emissoras públicas de rádio e TV.

Dessa forma, a mudança para a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade de sua operação.

O parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência. O estado de sucateamento dos equipamentos é notório, a maioria deles está com a vida útil esgotada ou em seu limite de uso.

Em virtude dessa situação, em 2011, a Diretoria da RTVE elaborou edital de licitação para adquirir um sistema de tecnologia mais adequado à natureza do trabalho artístico e jornalístico produzido pelas emissoras de rádio e televisão. Embora pronto, o edital aguarda o aporte de recursos para ser lançado.

Trata-se, na verdade, de um processo de migração do atual sistema de transmissão analógico para o digital. No governo anterior, a RTVE havia firmado com o Ministério das Comunicações um compromisso de digitalizar o seu sistema até dezembro de 2011.

A falta de recursos orçamentários não permitiu que esse prazo fosse cumprido. Por esse motivo, a RTVE protocolou junto ao Ministério das Comunicações, ainda em 2011, um ofício solicitando a dilatação deste prazo para dezembro de 2012.

A SECS dispõe dos recursos financeiros necessários para realizar, no decorrer deste ano, o salto tecnológico que permitirá

é RTVE cumprir o prazo solicitado e operar com um nível superior de qualidade técnica.

A defesa do orçamento mais reforçada para a TV pública é um dos princípios que regem a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educacionais e Culturais – ABEPEC. A instituição advoga a integridade e independência das emissoras, e destaca a necessidade de “mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora sem onerar, com regularidade e eficiência, sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira.”

1. Para ampliar a área de cobertura dos meios da RTVE

Apesar de para a SECS, a RTVE contará com os recursos orçamentários indispensáveis para ampliar a potência e melhorar a qualidade de som de suas duas emissoras de rádio e, também, para cobrir todo o território paranaense com o sinal de sua emissora de TV.

Dotada de novas transmissoras, as emissoras de rádio passarão a alcançar Curitiba, todos os municípios da Região Metropolitana, o Litoral e a região dos Campos Gerais.

Com uma nova rede de repetidoras, própria para retransmissão do sinal digital, a emissora de televisão estará presente, no ar, em todos os municípios do Estado, e continuará a enviar o sinal para o Brasil e outros países da América Latina via satélite.

2. Para a RTVE cumprir melhor a sua missão básica

Subordinada à SECS, a RTVE poderá, até o final da atual gestão, reunir todas as condições para melhor cumprir os seus objetivos.

A mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Contará com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.

Por fim, importante ressaltar que esta mudança não altera, mas torna muito mais efetivo, a missão básica da RTVE:

- Dar transparência aos atos do Governo;
- Reforçar, na população do Estado, o sentimento de orgulho de ser paranaense;
- Valorizar os produtos e promover os eventos culturais de qualidade realizados no Paraná;
- Contribuir efetivamente no processo de educação para a cidadania.

Assim, entendendo que, para melhor cumprir a missão e os objetivos da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, esta Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Ementa no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, dando nova redação ao artigo 24, com o seguinte teor:

*“Art. 24. A Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, manterá seu caráter educativo e cultural, com a prioridade de sua programação à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, estando vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS.”*

Valho-me do espaço para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

## Comissões Permanentes

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA Transmissão do Projeto

Sessão Ordinária de dia 27 de Março de 2012

Deputados Presentes: Nelson Justus, Caio Quintana, Pedro Lupion, Gilson da Souza, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Venêri, Alexandre Oni, Evandro Junior, Fernando Scanavaca e Ademair Traiano.

01 – PROJETO DE LEI nº 195/12 Mensagem 006/12

Autor: Poder Executivo

Provêrgio por 1 mês o mandato dos atuais conselheiros representantes da sociedade civil organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

RELATOR: DEPADEMAR TRAIANO

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Venêri.

02 – PROJETO DE LEI nº 101/12

Autor: Dep. Pr Edson Praczyk

Institui no calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Wapetyana, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio.

RELATOR: DEP. TADEU VENÊRI

Parecer: Favorável – aprovado.

03 – PROJETO DE LEI nº 102/12

Autor: Dep. Pr Edson Praczyk

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao BISPO SINALDO CORRÊA COELHO.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parecer: Favorável – aprovado.

04 – PROJETO DE DECRETO nº 001/12 – RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Bancada da PT

Súmula nos termos do disposto no artigo 54, inciso XXVI, da Constituição Estadual, o decreto nº 3.839, de 15 de fevereiro de 2012, de autoria do poder executivo.

RELATOR: DEPADEMAR TRAIANO

Parecer: Concedida vista ao Deputado Tadeu Venêri.

05 – PROJETO DE LEI nº 085/12 Mensagem 003/12

Autor: Poder Executivo

Altera a lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, que institui o fundo penitenciário e adota outras providências.

RELATOR: DEPPEDRO LUPION

Parecer: Favorável – aprovado.

06 – PROJETO DE LEI nº 087/12 mensagem 002/12

Autor: Poder Executivo

Altera a lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

Parecer: Favorável – aprovado.

07 – PROJETO DE LEI nº 586/11

Autor: Ministério Público

Altera o dispositivo que especifica, da lei complementar nº 85/99 – lei orgânica e estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

Parecer: Favorável – aprovado.

08 – PROJETO DE LEI nº 588/11

Autor: Ministério Público

Transforma cargo de promotor de justiça subordinado da comarca de Curitiba e de promotor de justiça perante varas cíveis, que especifica, em cargo de promotor de justiça com atuação perante promotorias de justiça especializadas no foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parecer: Favorável – aprovado.

09 – PROJETO DE LEI nº 067/12

Autor: Tribunal de Justiça

Altera o art. 177, o § 1º do art. 178, o art. 208, o caput e o § do art. 209 da lei estadual nº 14.277/2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias e o art. 180 e o § 1º do artigo 181 da lei 16.024/2008.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parecer: Favorável – aprovado.

10 – \*\*RECURSO\*\* PROJETO DE LEI nº 751/11

Autor: Dep. Fêricle de Meilo

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vídeo e áudio nas viaturas policiais do estado do Paraná.

NOVO RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

Parecer: Aditado pelo Relator.



sendo homenageado, porque representa, neste momento, pela minha antiguidade, o Exército Brasileiro. E toda vez que uma sociedade homenageia o seu Exército ela reconhece, e fortalece, porque a sociedade não existia sem um Exército como o nosso. Nesse momento o meu comando em São Paulo está com 1 mil e 600 homens, naquela difícil missão do Complexo do Morro do Alemão e do Morro da Pira. Eu frequento de, no Carnaval, passar com eles. Por uma razão simples de qualquer chefe militar: eu vou onde está a minha tropa. Enquanto o Brasil inteiro comemorava o feriado festivo, tínhamos 1 mil e 600 homens levando tranquilidade a uma comunidade que ficou mais de 30 anos abandonada pelo poder público, refém do crime e da bandidagem. E aí o velho Exército Brasileiro é chamado naquele momento do crime. Estamos com 830 homens no Haiti. Recentemente, enviei 200 para contribuir na solução daquela lamentável crise da Polícia do Estado da Bahia. Lá em São Paulo, a ampliação do pólo de estacionamento do Aeroporto de Guarulhos está sendo feita pela nossa engenharia. A parte que não aparece, não funciona. Corresponde a um edifício de seis andares para baixo. Agora, a parte que aparece, que dá visibilidade, ficará a cargo de quem tem o direito de fazer isso. Duplicamos a BR-101, construímos o Aeroporto de Natal, São Gonçalo do Amarante. Estamos nas fronteiras. Estamos formando recursos humanos, estamos cumprindo o nosso sistema de educação exemplar neste País, destaque em qualquer Olimpíada que ocorre dentro o fora do Brasil. Estamos fazendo pesquisas na área da ciência e tecnologia. Meu Deus do céu, uma instituição dessas tem que ser reconhecida, tem que ser valorizada, mas ainda não faz parte da cultura da nossa sociedade que não sabe a riqueza do condomínio que ela tem, chamado Brasil. Esse condomínio nosso é o maior detentor de água doce do mundo, é o maior detentor de espaço para agricultura num momento que começa a haver problema no mundo, de escassez de alimento e de escassez de água doce. Esse nosso condomínio, no mundo, é o que mais dispõe de recursos de energia renovável não poluente. Detulpe dizer: só nós, brasileiros, não sabemos disso. Só nós não sabemos valorizar isso. O Exército sabe por que está presente em todos esses lugares. Nós estamos na Amazônia, no Pará, no Mato Grosso, e sempre com um sentido de Brasil, sempre carregando o bem da Nação, porque esse é o nosso compromisso. E quando me refiro ao meu grupo social, que é o cidadão brasileiro formado, eu falo: "Os senhores estão diante de um cidadão disciplinado, respeitador, discreto e dedicado ao seu papel." Que perfil bonito! Oguinho-me disso, do meu Exército, me orgulho da geração que me antecedeu, da geração que eu comando hoje e, não tenho dúvida, na hora em que a força de legislação me obrigar a retirar-me, terei certeza que aqueles que me sucederem estarão imbuídos do mesmo compromisso. Então, para mim o grande mérito desta homenagem, Deputado Edson, foi o senhor homenagear essa instituição: Exército Brasileiro. Nós temos como força armica a certeza de que somos imprescindíveis, indispensáveis à sociedade brasileira, que sem nós ela não sobrevive, porque o militar que espera o reconhecimento da sociedade vai se frustrar. Os senhores conhecem aquela frase clássica que diz que as sociedades invocam a Deus e aos soldados nos momentos de perigo, não antes. Passados os momentos de perigo, esquecem Deus e desprezam os soldados. Sabemos disso, mas não desanimamos, porque nosso compromisso é maior do que o simples reconhecimento da sociedade. O nosso compromisso é o de preservar esta Nação. É por isso que o Exército tem 364 anos e perdurará como instituição nacional e permanente. Outro dia, me dirigindo a um grupo, eles ficaram um pouco tristes, quando fiz uma visão prospectiva, em relação a todos nós neste milênio. Falei que neste milênio, nenhum dando irá muito longe. Podi desolopes. Mas o Exército Brasileiro irá, porque é uma instituição que sabe do seu momento, como cumprir o seu papel e estende esse Brasil que está aí e tenta ajudá-lo. Mais uma vez agradeço a homenagem, aos meus companheiros de farda, que vieram prestigiar este evento magnífico. Aos meus amigos do tempo de Capoteva, de Colégio Militar, do meu Comando na 5ª Região Militar, a 5ª DE. Amigos que estão presentes em todos os momentos. Amigos que não podemos ver, mas que estão presentes. Tenho sentido isso nas manifestações de solidariedade e de apoio. Vou pedir a nossa Banda de Música, em um gesto de retribuição a esta Cam, que nos homenageou, a nós militares - Deputado, é a única maneira que vejo em retribuir aquela bela diploma, que o senhor me deu - que encontre, por favor, a nossa Canção do Exército. Muito obrigado a todos. (Aplausos)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Plauto Miré Guimarães):** Querro, nessa homenagem de suma importância, lembrar que a Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio do Deputado Edson Pracnyk, aprovou esse título por unanimidade, mostrando o carinho que tem ao General e ao mesmo tempo a todo o Exército Brasileiro. Quero agradecer também a presença do Sr. Luiz Bernardi, Superintendente da Receita Federal. Esta Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, do corpo consular, das amigas do nosso homenageado, da Banda de Música do Exército, sob a regência do Maestro Tenente Santiago, da imprensa, bem como dos demais convidados que compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense. Após esta solenidade, o nome homenageado receberá os cumprimentos de todos no espaço cultural, na estada desta plenária. Neste momento ouviremos o Hino do Paraná, após o que declaramos encerrada a presente Sessão Solene. "Levanta-se a Sessão".

## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 004/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, combinado com o disposto no Art. 34, Inc. I e Art. 35, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e em face de Proposição do Deputado PARANHOS, protocolada sob o nº 794-DAP, na Sessão Plenária do dia 15 de fevereiro de 2012 e aprovada na mesma data

#### DECLARA

constituir e instalar Comissão Especial com a finalidade de dar "acompanhamento de estudo de fiscalização e aferição do grau de satisfação da população paranaense quanto aos atributos dos serviços públicos prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS". A Comissão, segundo indicação dos respectivos líderes, terá a seguinte composição: (i) indicados pelo PMDB, os Deputados Nereu Moura e Jonas Guimarães, titulares e, respectivamente, Ademir Bier e Leão Eduardo Chedda, suplentes; (ii) indicados pelo PSD: Marcelo Rangel (PPS), titular e Mauro Moraes, suplente; (iii) indicados pelo PSE: Nelson Lorenson (PDT), titular e Maria Tereza (PSD), suplente; (iv) indicados pelo PT: Elton Welter, titular e Tadeu Venet, suplente; indicados pelo Bloco PSB/PSC/PSD: Paranhos (PSC) titular e Reni Pereira (PSB) suplente; e (v) indicados pelo Bloco PPV/PT/PSL: Adelfo Ribeiro (PSL), titular e Bianca Rodrigues (PV), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares a Comissão será Presidida pelo Deputado PARANHOS, cabendo a substituição ao Deputado MARCELO RANGEL. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação deste Ato e com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 62, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determina que eu (Adelfo Ribeiro) Diretor Legislativo, lavrasse o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e devidamente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência

#### DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

3307102012

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 005/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, do Regimento Interno e, em face do conteúdo em Requerimento de autoria do Deputado TERUO KATO, aprovado na Sessão Plenária de 21 de novembro de 2011, atuando na Diretoria Legislativa sob o nº 033/2011

#### DECLARA

Constituir a FRENTE PARLAMENTAR PELO COOPERATIVISMO, que será Coordenada pelo Deputado TERUO KATO (PMDB) e que, nos termos da Proposição aprovada, terá por finalidade "defender e ampliar o debate sobre o assunto, através de audiências públicas, integrar as ações de governo federal, estadual e municipais, apoiar os princípios cooperativos, para fortalecer ainda mais o sistema cooperativo e, assim, satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de empresas de propriedade coletiva e democraticamente gerida". Segundo termo de adesão, juntado ao Processo respectivo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Teruo Kato (PMDB), Ademir Bier (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Professor Lemos (PT), Artáglio Junior (PMDB), Elton Welter (PT), Adelfo Ribeiro (PSL) e Nelson Lorenson (PDT). Os trabalhos da Frente Parlamentar deverão ser processados, com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais legislação aplicável.

Gabinete da Presidência

#### DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

3307402012

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 007/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do conteúdo no Art. 191, do Regimento Interno e do Memorando nº 625/2012-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 02 de abril de 2012

#### DECLARA

Constituir e instalar a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a "Proposta de Emenda Constitucional-PEC nº 001/2012, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/2012", protocolada sob o nº 1777/DAP e situada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 17/2012, cujos trabalhos deverão se dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Segundo indicação dos respectivos líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes parlamentares: (i) indicados pelo PMDB: Nereu Moura, titular e Caio Quintana, suplente; (ii) indicados pelo PSD: Cantora Mara Lima, titular e Rose "Libra", suplente; (iii) indicados pelo DEM: Elton Welter, titular e Pedro Lapina, suplente; (iv) indicados pelo PT: Elton Welter, titular e Professor Lemos, suplente; e (v) indicados pelo Bloco PSB/PSC/PSD: Paranhos (PSC), titular e Pastor Edson Pracnyk (PMDB), suplente. Conforme

deliberação dos membros titulares a Comissão será presidida pelo Deputado RUI ROUSCH e a relatoria será atribuída ao Deputado NEREU MOURA, devendo os seus trabalhos serem processados com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 62, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determino que eu (Maurício Ribeiro Boeger), Diretor Legislativo, levante o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência,

DEPUTADO VALDIR BOSSONI  
Presidente

33075/2012

## Atos de Pessoal

### Diretorias

O Diretor de Pessoal da Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas no Art. 15 do Decreto Legislativo nº 52/1984, tendo em vista o contido processo protocolado sob nº 1275, datado de 17/02/2012,

RESOLVE:

NOTIFICAR as seguintes servidoras da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná da necessidade do comparecimento perante o Paraná Previdência no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta, para efetuarem o recadastramento, sob pena de suspensão dos seus vencimentos conforme artigo 297 da Lei Estadual 6.174/70.

RG	NOME
301.061.379	CARLOS ALBERTO MAESTRE
318.018.379	NELTON LUIZ INTHON BURENO
128.097.198	JOÃO CARLOS MACHADO
324.992.198	LAÍS ANTONIO BETHENCOURT

Gabinete da Diretoria de Pessoal, em 02 de abril de 2012.

Bruno Peresin Garofani  
Diretor de Pessoal

33076/2012

## Editais e Contratos

### RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0092012

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Revogado	Gravadores, grampas, coladores e estiletes conforme o edital.	-
2	Procomp Tecnologia em Informática Ltda.	Tonera para impressora HP 1160/1320 código Q5949A.	R\$ 5.460,00
3	Procomp Tecnologia em Informática Ltda.	Borracha, arquivo A4, régua, rolo de etiqueta e material para CD/DVD conforme o edital.	R\$ 63.50,00

Em 09 de abril de 2012.  
Maurício Gonçalves Cardozo  
Pregoeiro

33081/2012

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2012

Protocolo:	1302/2012
Recebimento das propostas:	20/04/2012 às 10h00min
Objeto:	Contratação de empresa para o fornecimento de bebidas, conforme o edital.
Valor máximo total estimado do objeto:	R\$ 35,04
Condição de participação:	Poderão participar empresas cadastradas junto à Assembleia Legislativa ou em qualquer órgão de Administração Pública Direta ou Indireta.

Obs: O edital estará disponível na Diretoria de Apoio Técnico - 4º andar do prédio de Administração - Praça Nossa Senhora do Saleto s/n - Centro Cívico ou através do site [www.alop.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-compras/edital](http://www.alop.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-compras/edital).

Diretoria de Apoio Técnico

33087/2012

Objeto:	RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0042012
Comentário:	Assessoria Legislativa do Estado do Paraná
Contratado:	MJM, Maia & Cia Ltda.
Valor:	R\$ 28.850,00
Validade:	12 meses
Dotação:	001.001.4000.4490.5209

Diretoria de Apoio Técnico

Objeto:	RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002012
Comentário:	Aquisição de aparelho de ar condicionado
Contratado:	MJM, Maia & Cia Ltda.
Valor:	R\$ 13.300,00
Validade:	12 meses
Dotação:	001.001.4000.4490.5209

Diretoria de Apoio Técnico

33096/2012

**Diário Oficial**  
Poder Executivo

ISO 9001:2008

**Uma nova Imprensa Oficial!**

**Um novo Diário Oficial!**

**Novo formato, melhor visualização e impressão em A4!**

**Tudo isso com Certificação Digital!**

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)





**PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 018/2012**

**PROPOSIÇÃO Nº 018/2012**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2012**

**Autor: Poder Executivo**

**ALTERA O ART. 24 DO ATO DAS  
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS  
TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO  
ESTADUAL. RTVE FICA VINCULADA À SECS.  
PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**1. PREÂMBULO**

A presente proposição tem por objeto alterar o Art. 24, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, procurando determinar, constitucionalmente, que a Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, hoje vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, passe a se vincular à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

**2.1. Da Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa**

Preliminarmente, destacamos que as Propostas de Emenda à Constituição são matérias sujeitas a disposições especiais com trâmite diferenciado nesta Casa de Leis, no caso o determinado pelos arts. 190 e seguintes do nosso Regimento Interno.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa*



Nos termos regimentais a Proposta de Emenda foi regularmente publicada em Diário Oficial (Edição nº 186, de 30/03/2012), com a devida comunicação ao Plenário, conforme Memorando 029-DL, lido no Expediente da Sessão do Dia 02/04/2012, a partir do qual foram indicados os Membros que compõem a presente Comissão Especial, constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 007/12, publicado em Diário Oficial do dia 10 de abril do corrente.

Designado Relator para análise da proposição, passamos a relatá-la.

**Primeiramente**, indicamos que não encontramos óbices quanto à constitucionalidade, legalidade e legitimidade, em face da proposição apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, sendo certo que, no prazo regimental, assinalado pelo Art. 190, não houve a apresentação de Emendas pelos senhores parlamentares.

Devemos observar, ainda, que a Constituição Estadual ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

Resta, portanto aferida e demonstrada a legitimidade da iniciativa, ademais, deve-se frisar que o Governador do Estado detém a competência para legislar acerca da matéria, tendo em vista que a Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE é órgão do Estado



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa*



e como parte integrante da administração estadual deve se vincular a uma Secretaria de Estado. Nesse sentido, dispõe o Art. 66, IV, da Constituição Estadual:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

Corroborando com o acima exposto, temos ainda o Art. 87, da Constituição do Estado:

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

**III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;**

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam dúvidas de que é mesmo do Poder Executivo a competência para apresentar a presente proposição.

Por fim, quanto à técnica legislativa, a proposição não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

## **2.2. Do Mérito**

A RTVE é instituição que se ocupa de criar, produzir e divulgar conteúdos de interesse do cidadão e do Estado do Paraná, por meio de emissoras públicas de rádio e televisão. Desenvolve, portanto, antes de tudo, atividades de comunicação. Diante disso, o Governo do



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*17ª. Legislatura – 2ª Sessão Legislativa*



Estado formula a presente proposição, tendo em vista que considera que a RTVE fica melhor situada no organograma do Estado na área de competência da SECS.

Com a mudança, o corpo de profissionais da Secretaria de Comunicação poderá criar um trânsito mais fluente de informações para a RTVE levar ao conhecimento do seu público. Ademais, a celebração de parcerias com empresas de comunicação particulares e agências de notícias e publicidade, certamente serão administradas com mais qualidade.

Destaque-se, também, que a SECS possibilitará à RTVE o cumprimento de um compromisso fundamental para a continuidade da sua operação, ilso porque, o parque tecnológico da RTVE não opera com eficiência, dado o estado de sucateamento dos equipamentos. Para reverter a situação, tem-se o objetivo de migrar do atual sistema de transmissão analógico para o digital, o que permitirá à RTVE operar com um nível superior de qualidade técnica. Tanto as emissoras de rádio, quanto a emissora de televisão melhorarão a qualidade de sinal e ampliarão sua cobertura.

Observa-se, portanto, que a mudança proposta terá um impacto positivo sobre todos os aspectos da organização. A RTVE passará a contar com uma estrutura mais condizente com as atividades que deve realizar. Terá à disposição os mecanismos de funcionamento necessários para realizar a sua missão institucional. Contará com um corpo profissional melhor capacitado para o desempenho de suas funções e poderá prestar um serviço muito mais eficiente em benefício do Paraná e dos paranaenses.



**3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, verifica-se que estão presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, bem como que a proposta é extremamente meritória, na medida em que aperfeiçoa a estrutura da Administração Estadual. Portanto, opina-se pela APROVAÇÃO da presente proposição.

Sala de Comissões em 19/04/12

*[Signature]*  
DEPUTADO ÉLIO RUSCH  
PRESIDENTE

*[Signature]*  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

*[Signature]*



Esses criminosos anda solto, fazendo mais vítimas no Estado do Paraná. É preciso que contribuamos para que um crime cometido há mais de três anos tenha alguma explicação. Precisamos corrigir erros que ainda podem ser corrigidos nesse inquérito. Faço um apelo para que votem a favor deste requerimento. Muito obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB):** Não levando mais quem querim discutir, vamos proceder à votação. **Rejeitado.** [Votaram "sim": Alexandre Curi, Arribelli Neto, Elton Welter, Enio Verri, Luciano Rafagnin, Nereu Mozza, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandachseer (12 Deputados). Votaram "não": Adelfino Ribeiro, Ademir Traiano, Ademir Bler, Augustinho Zucchi, Bernardo Ribba Curi, César Silvestri Filho, Douglas Fabrício, Dr. Barila, Duffio Genari, Elton Ruzch, Fernando Scaramacca, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luiz Aceorsi, Luiz Eduardo Chelida, Nelson Lemes, Pedro Lapini, Rosca Rodrigues, Rosa "Lino", Stephanie Júnior, Tono Kato (21 Deputados). Não votaram: André Bueno, Caio Quintana, Cantora Maria Lima, Cleiton Kielas, Evandro Júnior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Panchos, Raul Pereira e Waldyr Pagliari (13 Deputados).]

**OBS:** O Sr. Deputado Ney Leprevost, registrou seu voto favorável ao requerimento e o Sr. Deputado Augustinho Zucchi, corrigiu seu voto para favorável ao requerimento.

**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela ordem):** Apenas para fazer uma observação, Sr. Presidente: pelo segundo dia consecutivo, a Ordem do Dia é composta por mais de 200 páginas, precisamente 234 páginas. Só as Parlamentares constituintes, nesta tarde, 12 mil e 636 folhas. V. Exa., no início deste ano, propôs aquisição de um equipamento tecnológico que substitua esta Ordem do Dia. Alguns Parlamentares, até por iniciativa própria, possuem o equipamento, e também posso. Apenas para reforçar que este Parlamento se lida com iniciativa de V. Exa. e sugere que seja anexada a discussão deste projeto em que, garha o Estado do Paraná economicamente, a Assembleia do Estado do Paraná garha em modernidade e agilidade, e em defesa do meio ambiente, que não pode ser esquecido. Serei o registro que queria fazer. Muito obrigado!

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD) (Pela ordem):** Apenas para registrar que meu voto na última matéria foi "sim". Muito obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB):** Gostaria que fosse registrado o voto do Deputado Ney Leprevost.

**DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV) (Questão de ordem):** Quero me somar ao Pastor Edson Praczyk. Esta já foi uma questão abordada logo no início da legislatura e, realmente, não conseguimos colocar em prática. Como da movimentação ambiental, é uma situação que me deixa contrariado, porque as constituintes que não fazem a esta feita documentação e não têm primeira folha, e isso em maior quantidade. Em menor quantidade, se consulto o teor dos projetos. Isso é uma quantidade bobalheira. Quem sabe, poderíamos ter uma folha para todos os Deputados - uma, duas ou três - comando a Ordem do Dia, e deixamos a lista flexível 30, depois 20, depois 10, para ir acompanhando. E quem quisesse ver o teor, iria à frente e fazia a consulta, porque pela experiência que tenho, depois de um ano e três meses, poucos são os Deputados que passaram da terceira, quarta folha até o fim da Ordem do Dia. Acho que podemos começar com 30 ao invés de 54 e, depois, ao longo do tempo, tentando diminuir, percebendo o número de Deputados que consultam o conteúdo daquilo que está sendo votado. Acho que esta é uma iniciativa que gostaria que a Mesa considerasse, porque realmente é um desperdício de material que depois será reciclado, é encaminhado para a Provogap, mas isso não é o suficiente, porque não se adquire neste Plinkário um hábito de consumo sustentável.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB):** Quero dizer a V. Exa. que concordo em gênero, número e grau. Estamos em processo de informatização da Casa e vai chegar o momento em que vamos resolver, também, esse problema de forma sustentável. Está bem, Deputado Rasca?

**Requerimento nº 2176, com sua discussão adiada, de autoria da Bancada de Oposição, requer envio de pedido de informações e cópia de documentos ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem. (Com sua discussão adiada de Sessão anterior)**

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para encaminhar):** Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Bancada do PT faz um requerimento solicitando a documentação dos processos licitatórios e possíveis contratos firmados, ou que serão firmados, com empresas de consultoria que vão prestar serviços de fiscalização de estudos pedagógicos ou de outros serviços no Estado do Paraná. É importante que se diga, até porque esse assunto tem sido bastante aventado pela própria Oposição, nos meios de comunicação, que essa prática adotada pelo Governo, talvez, no entendimento da Oposição, seja feita só aqui no Estado do Paraná, o que não procede. Primeiro, é bom que se diga que, quando dos contratos firmados com as concessionárias, já existe previamente estabelecido um percentual do valor arrecadado que é destinado ao DER para fazer o processo de fiscalização e pagar com esse próprio recurso às empresas que serão contratadas por processo licitatório. Então, até previsto nos contratos. Ocorre, Sr. Presidente, que nos oito anos passados, o dinheiro que foi arrecadado foi para os cofres do Tesouro e dispensaram-se os processos de fiscalização. Não ocorreu nada. E, agora, o Estado está retomando, até porque o Estado não tem equipe suficiente para prestar esse tipo de serviço. Essa prática também é comum no Governo Federal. O próprio DNIT a breu processo licitatório, em Brasília, para também fazer processo de fiscalização. Portanto, trouxemos aqui alguns documentos, a Bancada de Oposição não se sente satisfeita e, por isso mesmo, vamos debater o requerimento, porque entendemos que não há razão para proceder, porque não se trata de estar colocando empresas terceirizadas no processo de fiscalização. Além das empresas que irão ao processo de fiscalização, há um acompanhamento total do DER, e o teste do serviço da exceção. A fiscalização sempre será feita pelo acompanhamento de fiscalizadores, empregados do DER. Portanto, não há razão para agravarmos com requerimento, porque esse prática não é só no Estado do Paraná, mas comum em todo o Brasil. É

um meio legal que os governos têm para fazer o acompanhamento das obras não executadas nos Estados e na Federação.

**DEPUTADO ELTON WELTER (PT):** Sr. Presidente, quero defender o requerimento. O Deputado Traiano trouxe algumas informações, mas elas não trazem a cópia do processo licitatório - caso já tenha ocorrido - e nem o contrato que foi firmado com essas empresas terceirizadas. Não estamos questionando a terceirização, necessariamente, para e simples. Queremos ver o conteúdo do serviço que será feito, pelo custo que os paracenas vão pagar. Porque esse dinheiro que vem das concessionárias, em tese, deve ser para fiscalizar. Nós, por princípio, entendemos que o DER deveria ser estruturado, com mais engenheiros, para que esse serviço seja continuado e permanente. Não temos nenhuma dúvida que são feitas as terceirizações. Considerando que há esse recurso, que é repassado das concessionárias para o DER, que não temos a público o contrato e o que essas empresas vão fazer pelo custo do serviço da licitação, o requerimento e as respostas que V. Exa. trouxe, previamente, não respondem, principalmente, à pergunta da letra "c". Portanto, defendendo e pelo o voto favorável para a validação deste Poder. Presidente Rosseti, fiz um apelo a V. Exa., que acredito isolado, para não indagar este Poder. Percebo que há disposição dos Deputados desta Casa, de não rejeitarem necessariamente requerimentos. Não é uma questão de ser ou não Governo. Existem Parlamentares no Brasil, em que os requerimentos já são aprovados naturalmente e se manda para o órgão competente. É uma questão da Independência deste Poder e da legitimidade do Parlamento de Oposição e de Situação, isso resolveria no futuro e não causaríamos constrangimento aos Deputados, que isolam que votar, porque é Governo ou Oposição e a se regresse as informações para este Poder. V. Exa. poderia submeter ao Colégio de Líderes, fazer uma discussão, porque isso resolveria à frente. Neste sentido, acho que o Poder Legislativo não pode se fustar a buscar informações. E muitas vezes, porque o Deputado é do Governo, ele fica constrangido, mas acaba votando contra um pedido de informação.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB):** Deputado Welter, Vossa Exa., pela segunda vez, fez esse apelo. Eu fiz esse apelo, enquanto Líder da Oposição. Não posso fazer alteração de Regimento sozinho. Tenho que respeitá-lo. Vou ter que colocar o requerimento em votação. Em votação.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Atenção, Srs. Deputados, votando "não".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosseti - PSDB):** Em votação. **Rejeitado o requerimento.** [Votaram "sim": Arribelli Neto, Elton Welter, Enio Verri, Luciano Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandachseer (08 Deputados). Votaram "não": Adelfino Ribeiro, Ademir Traiano, Ademir Bler, Alexandre Curi, André Bler, Augustinho Zucchi, Bernardo Ribba Curi, César Silvestri Filho, Douglas Fabrício, Dr. Barila, Duffio Genari, Elton Ruzch, Fernando Scaramacca, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luiz Aceorsi, Luiz Eduardo Chelida, Nelson Lemes, Nereu Mozza, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lapini, Plauto Miró, Rosca Rodrigues, Raul Pereira, Rosa "Lino", Stephanie Júnior, Tono Kato e Waldyr Pagliari (29 Deputados). Não votaram: Caio Quintana, Cantora Maria Lima, Cleiton Kielas, Evandro Júnior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi e Panchos (09 Deputados).]

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para quarta-feira, dia 18 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Discussão Única do Voto Parcial nº 008/12, apóio ao Projeto de Lei nº 932/11; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 005 e 003/11; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 793, 857, 873/11, 809, 104, 119, 125, 134 e 135/12, "Levamos-se a Sessão"; [Sessão encerrada às 15h30, tendo sido lida a presente Ata, para fins de publicação e arquivamento no disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes proposições: I. A pedido da Deputada Rosa "Lino", do Sr. Brúllio Culeto, ex-Prefeito do Município de Dois Vizinhos, pai da Deputada Rosa "Lino"; II. A pedido da Mesa Executiva, do Sr. Ricardo Barros, Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná; III. A pedido do Deputado Pedro Lapini, do Sr. Carlos José Mendes, Diretor Executivo da Associação Paranaense da Empresa de Base Florestal e do Dr. Alessandro Peres; IV. A pedido do Deputado Pastor Edson Praczyk, do Sr. Emerson Fossato, filho do ex-Deputado Estadual Horacio Fossato Filho, Vereador do Município de Comodoro do Príncipe.]

37178/2012

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

#### COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2012

Extrato de Ata - Reunião de 18 de abril de 2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem 007/2012

Objeto: Altera o Art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Membros: Deputado Elton Ruzch (DEM), Presidente; Deputado Nereu Mozza (PMDB); Relator: Deputado Panchos (PSC); Deputada Cantora Maria Lima (PSDB); e Deputado Enio Verri (PT)

Parecer: Em 05 Leídas - Pela Aprovação - Aprovado por maioria com voto contrário e vencido do deputado Enio Verri (PT).

37180/2012

PROPOSIÇÃO Nº 022/12  
PEC Nº 003/12.



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2012

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 11 de abril de 2012  
OF CEE/G 085/12

I – À DAF para leitura no expediente  
II – À D. I. para providências.

Em 28/04/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 13/12, relativa à Proposta de Emenda Constitucional que institui o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio Iguaçu – Curitiba, 11 de abril de 2012  
OF CEE/G 085/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 13/12, relativa à Proposta de Emenda Constitucional que institui o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

6.001-12  
3-4-12



**MENSAGEM N.º 13/2012**

Curitiba, 11 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no artigo 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse egrégio Poder Legislativo, a presente Proposta de Emenda Constitucional, visando revogar o § 16 do artigo 45, bem como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dar nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5.º do artigo 47.

Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional que institui o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Esta emenda vem suprir vício de iniciativa da Emenda Constitucional n.º 29/2010 por ter sido proposta de iniciativa do Poder Legislativo. Por tratar de provimento de cargos públicos (matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo), a Emenda Constitucional n.º 29/2010 está eivada de vício de constitucionalidade formal, que acarretou inclusive a propositura de ADIN perante o Supremo Tribunal Federal, a qual ainda não foi julgada.

A proposta ora apresentada, que é de iniciativa do Poder Executivo, visa assegurar, mediante a Constituição Estadual, direito que já está previsto na Constituição Federal, no seu artigo 144, que dispõe: "§ 9.º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4.º do art. 39". (incluído pela Emenda Constitucional n.º 19/1998).

Sendo assim, entendo que essa Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda à Constituição Estadual, revogando o § 16 do artigo 45, assim como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dando nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5.º do artigo 47, com os seguintes teores:

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Protocolo 11.459.538-1


Art. 45 (...)

"§ 15 A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao contido no § 4.º do artigo 39, em face do que dispõe o § 9.º do artigo 144, ambos da Constituição Federal."

Art. 47 (...)

"§ 5.º A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o § 4.º do artigo 39 da Constituição Federal em face do que dispõe o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4.º, 5.º e 6.º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná."

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado





## Comissões Especiais

PROPOSIÇÃO Nº 022/2012  
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 003/2012

MENSAGEM Nº 13/2012

Curitiba, 11 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do preceito contido no artigo 64, inciso II, da Constituição Estadual, para ser apreciada por esse egregio Poder Legislativo, a presente Proposta de Emenda Constitucional, visando revogar o § 16 do artigo 45, bem como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dar nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5º do artigo 47.

TRATA-SE DE PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE INSTITUI O SUBSÍDIO COMO FORMA DE REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, DA POLÍCIA CIVIL, DO CORPO DE BOMBEIROS E DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ.

ESTA EMENDA VEM SUPRIR VÍCIO DE INICIATIVA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2010 POR TER SIDO PROPOSTA DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. POR TRATAR DE PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS (MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO), A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2010 ESTÁ LIVADA DE VÍCIO DE CONSTITUCIONALIDADE FORMAL, QUE ACARRETOU INCLUSIVE A PROPOSITURA DE ADIN PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A QUAL AINDA NÃO FOI JULGADA.

A PROPOSTA ORA APRESENTADA, QUE É DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO, VISA ASSEGURAR, MEDIANTE A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DIREITO QUE JÁ ESTÁ PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO SEU ARTIGO 144, QUE DISPÕE: "§ 9º A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES POLICIAIS INTEGRANTES DOS ÓRGÃOS RELACIONADOS NESTE ARTIGO SERÁ FIXADA NA FORMA DO § 4º DO ART. 39", (INCLUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/1998).

Senão assim, entende que esse Casa de Leis poderá aprovar e promulgar Emenda à Constituição Estadual, revogando o § 16 do artigo 45, bem como o artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, ainda, dando nova redação ao § 15 do artigo 45 e ao § 5º do artigo 47, com as seguintes teor:

Art. 45 (...)

"§ 15 A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao contido no § 4º do artigo 39, em face do que dispõe o § 9º do artigo 144, ambos da Constituição Federal."

Art. 47 (...)

"§ 5º A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o § 4º do artigo 39 da Constituição Federal, em face do que dispõe o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, observada o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná."

Volto-me do espaço para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICHEA  
Governador do Estado

# Hanseníase tem Cura!

Tive hanseníase,  
fiz o tratamento  
e estou curada!

Mancha dormente, pense em hanseníase.  
PROCURE UM POSTO DE SAÚDE.



"Francisca Barros da Silva (Didi)"  
Funcionária aposentada da Saúde. Didi foi diagnosticada com hanseníase em 1976. Fez o tratamento e em 1984 teve alta por estar completamente curada.

Programa Estadual de Controle da Hanseníase

BRASIL  
PAÍS LÍCIDO - SAÚDE SEM DOENÇAS

PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Saúde

## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 609/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 20, 34 e 214 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, em face do conteúdo no Ato do Presidente nº 008/2012 e considerando a indicação dos respectivos líderes,

#### DECLARA

Constituída e instalada a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto ao "Procedimento para Escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná", Segundo Indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes parlamentares: (i) indicados pelo PMDB: Caio Quintana, titular e Ademir Bier, suplente; (ii) indicados pelo Bloco PSD/PSD: Ney Leprevost, titular e Cássia Maria Lima, suplente; (iii) indicados pelo DEM: Elton Resola, titular e Pedro Lapina, suplente; (iv) indicados pelo PT: Elton Verril, titular e Elton Welter, suplente; e (v) indicados pelo Bloco PP/PPM: César Silvestri Filho (PPS), titular e Douglas Fabrício (PPS), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares a Comissão será Presidida pelo Deputado ELIO RUSCH e a Relatoria será atribuída ao Deputado CAIO QUINTANA, devendo os trabalhos da Comissão serem processados com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 54 e 77, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determino que em

(Mesa Ribeiro Borges), Diretor Legislativo, transcreva o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e regularmente publicado em Diário Oficial. Gabinete da Presidência, em 07 de maio de 2012.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI  
Presidente

400802012

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 610/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do conteúdo no Art. 191, do Regimento Interno e do Mensagem nº 049/2012-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária de dia 07 de maio de 2012

#### DECLARA

Constituída e instalada a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto ao "Projeto de Lei de Emenda Constitucional-PEC nº 023/2012, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2012", Protocolado sob o nº 2445-13DAF e anexado na Diretoria Legislativa como Proposição nº 22/2012. Segundo indicação dos respectivos líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes parlamentares: (i) indicados pelo PMDB: Nereu Moura, titular e Ademir Bier, suplente; (ii) indicados pelo Bloco PSD/PSD: Mauro Moraes, titular e Bernardo Ribas Carli, suplente; (iii) indicados pelo DEM: Pedro Lapina, titular e Osmar Bertoldi, suplente; (iv) indicados pelo PT: Professor Lemos, titular e Elton Verril, suplente; e (v) indicados pelo Bloco PP/PPM/PTB/PSL: Roberto Acloni (PV), titular e Rascia Rodrigues (PV), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares a Comissão será Presidida pelo Deputado Mauro Moraes e a Relatoria será atribuída ao Deputado Pedro Lapina, devendo os seus trabalhos serem processados com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Art. 52, da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determino que em

(Mesa Ribeiro Borges), Diretor Legislativo, transcreva o presente Ato em 03 (três) vias que serão devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e regularmente publicado em Diário Oficial. Gabinete da Presidência, em 07 de maio de 2012.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI  
Presidente

400802012

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 396/2012

Sinaliza: Arquivo no Diretor Geral da Assembleia, competindo para a opinião, no âmbito do Poder Legislativo, da lei de acesso à informação.

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições previstas no Art. 33, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e o conteúdo no Art. 34, do Decreto Legislativo nº 52/84 e, em face do disposto no Art. 40, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º Delegar ao Diretor Geral da Assembleia Legislativa a competência para, no âmbito do Poder Legislativo e nos termos estabelecidos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso

à informação, monitorar os procedimentos, recomendar as medidas indispensáveis ao aperfeiçoamento da gestão de dados e orientar as respectivas unidades. Art. 2º O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições contrárias. Palácio "XIX de Dezembro", em 06 de maio de 2012.

VALDIR ROSSONI  
Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
1º Secretário

RENI PEREIRA  
2º Secretário

400802012

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 611/2012

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, do Regimento Interno e, em face do conteúdo em Requerimento de autoria do Deputado RASCA RODRIGUES, aprovado na Sessão Plenária de 04 de outubro de 2011, oriundo na Diretoria Legislativa sob o nº 034/2012

#### DECLARA

Constituída o Frente Parlamentar Ambientalista, com a finalidade de, nos termos da Proposição aprovada, "responsabilizar a concepção e a realização de projetos relacionados ao meio ambiente nesta Casa; realizar ações voltadas a garantir e regulamentar medidas ambientais em programas desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual e Municipal; assegurar a compatibilidade da legislação estadual com a Política Nacional do Meio Ambiente, acompanhando e trabalhando para a correta implementação da legislação ambiental". Segundo termo de adesão, juntado ao Processo respectivo, a Frente Parlamentar será integrada pelos Deputados Luiz Eduardo Chelid (PMDB), Luciana Rafagusa (PT), Roberto Acloni (PV), Marcelo Rangel (PPS), Augustinho Zucchi (PDT), Douglas Fabrício (PPS), Adelfino Ribeiro (PSL), André Bueno (PDT), Rascia Rodrigues (PV), e será coordenada pelo Deputado RASCA RODRIGUES (PV). Os trabalhos da Frente Parlamentar deverão ser processados, com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e demais legislação aplicável.

Sala da Presidência, em 07 de maio de 2012.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI  
Presidente

400802012

## Ato de Pessoal

### Diretorias

#### DIRETORIA DE PESSOAL

O Diretor de Pessoal da Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições previstas no Art. 12 do Decreto Legislativo nº 52/1994, tendo em vista o conteúdo no Ato da Comissão Executiva nº 1153/2011, Publicado no Diário Oficial do Paraná de 26 de setembro de 2011 edição nº 108:

#### RESOLVE:

NOTIFICAR os servidores nomeados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de acordo com a aprovação, perante a Diretoria de Pessoal no prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta, para que tomem ciência do encargo atribuído e demonstrem o comprometimento pelo Contrato Especial para a Análise das Aposentadorias, contratado pelo processo nº -79/2011 da Diretoria Geral e anexado ao Ato da Comissão Executiva nº 1153/2011,

NOME	DESCRIÇÃO
4001	WANDERLEY JULIANO
4002	EDNEIA VARELA CARBON
4003	LUIZ ANTONIO VILHANO DE MENEZES
4004	FRANCISCO TONI DE OLIVEIRA
4005	ERLANDO ESTANISLAU DE LIMA
4006	EDSON HENRIQUE

Deverá ser encaminhado, após a assinatura do Diretor de Pessoal no período estipulado em regime de sigilo, os princípios constitucionais de continuidade e ampla defesa, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

Curitiba, 03 de maio de 2012

BERNARD P. GAROFANI  
DIRETOR DE PESSOAL

400802012



**COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL N. 003/12**

**RELATÓRIO FINAL**

**PEC 003/12 - Proposição n. 022/12.**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem n. 013/12.**

**Súmula:** Institui o subsídio com forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

**EMENTA:** SERVIDORES PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO. INSTITUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMO FORMA DE REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, DA POLÍCIA CIVIL, DO CORPO DE BOMBEIROS E DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ. REVOGAÇÃO DO §16º DO ARTIGO 45 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ARTIGO 61 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. NOVA REDAÇÃO AO § 15º DO ARTIGO 45 E AO §5º DO ARTIGO 47, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E MÉRITO. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

*[Signature]*  
Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná  
41 3350-4206 / 4006



## **1. PREÂMBULO**

A presente proposta de emenda constitucional, de autoria do Poder Executivo, tem por intuito estabelecer o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Paraná, com a revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias e dá nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.

## **2. QUESTÃO PRELIMINAR. DA EMENDA APRESENTADA PELO EXMO. DEPUTADO PROFESSOR LEMOS.**

Em 08/05/2012 às 13:00 horas, durante a primeira reunião desta Comissão Especial, o Excelentíssimo Deputado Professor Lemos apresentou emenda aditiva à presente Proposta de Emenda Constitucional para assegurar, por meio da referida emenda, que a partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 do artigo 45, da Constituição Estadual, seja exigido curso de nível superior para ingresso e preenchimento do cargo na Polícia Militar e Bombeiro Militar do Paraná.

Ocorre, no entanto, que a presente emenda é manifestamente intempestiva, a teor do que dispõe o artigo 190 do Regimento Interno desta Casa. Eis o que dispõe o referido artigo:

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4206 / 4006*



**Art. 190. Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.**

Como se pode verificar às fls. 02 dos autos da PEC, a mesma foi recebida no dia 25/04/2012, conforme protocolo nela apostado. A mesma foi publicada no Diário da Assembleia Legislativa de 30/04/2012 (segunda-feira), Edição n. 202, p. 11, conforme o documento de fls. 08. Assim, o termo inicial do prazo para apresentação de emendas começou a fluir no primeiro dia útil seguinte ao da publicação, ou seja, dia 02/05/2012 (quarta-feira) e tendo como termo final o dia 04/05/2012 (sexta-feira), estando portanto **manifestamente intempestiva a apresentação da emenda** do Exmo. Deputado Professor Lemos, o que impede seu conhecimento por lhe faltar o requisito objetivo da tempestividade.

Em que pese a louvável iniciativa do Exmo. Deputado Professor Lemos, ainda que se considerasse, em tese, tempestiva tal emenda, no mérito a mesma não poderia ser aprovada pelos mesmos fundamentos adiante articulados no item 3.2.2 deste relatório.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO**

#### **3.1. Da constitucionalidade da PEC 003/12**

*Thomaz* *[assinatura]* *[assinatura]*





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



De início, compete à esta Comissão Especial, de acordo com o disposto no artigo 191 do Regimento Interno desta Casa, verificar a constitucionalidade, bem como o mérito da Proposta de Emenda à Constituição:

**Art. 191. A Assembleia constituirá Comissão Especial composta por cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.**

Quanto à legitimidade, verifica-se que o Governador do Estado possui legitimidade para propor emendas à Constituição, conforme dispõe o artigo 64, II da Constituição Estadual:

**Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:**

**II - do Governador do Estado;**

Também, deve-se frisar que o Governador do Estado detém a competência para legislar acerca da matéria objeto desta PEC conforme determina o art. 66, II, da Constituição Estadual:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do**

*Julio*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



Governador do Estado as leis que disponham  
sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu  
regime jurídico, provimento de cargos,  
estabilidade e aposentadoria, reforma e  
transferência de policiais militares para a  
reserva.

Corroborando com o acima exposto, temos ainda o art. 87, VI  
da Constituição do Estado:

**Art. 87. Compete privativamente ao  
Governador:**

**VI - dispor sobre a organização e o  
funcionamento da administração estadual, na  
forma da lei;**

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam  
dúvidas de que é mesmo do Poder Executivo a competência para apresentar a  
presente proposição.

Ainda, de se ressaltar que o objeto da presente PEC, consistente  
na instituição de subsídio como forma de remuneração para determinada categoria  
de servidores, sem haver redução no valor da remuneração total atualmente

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

*41 3350-4206 / 4006*

*74014*

*[Signature]*

*[Signature]*



percebida pelas categorias, é constitucionalmente possível. Neste sentido, o e. Supremo Tribunal Federal já decidiu:

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS. MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I – A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, ante a ausência de direito adquirido a regime jurídico, é legítimo que lei superveniente modifique a composição dos vencimentos dos servidores públicos, desde que não haja decesso remuneratório. II – Agravo regimental improvido. (RE 597838 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 01/02/2011, DJe-037 DIVULG 23-02-2011 PUBLIC 24-02-2011 EMENT VOL-02470-02 PP-00339).**

Pelo acima exposto, conclui-se que a presente proposta é formal e materialmente constitucional.

*Fuochi*

*[assinatura]*

*[assinatura]*



### **3.2. Do mérito.**

Sendo a PEC formal e materialmente constitucional, não há nenhum óbice para a análise de seu mérito por esta Comissão Especial. Passa-se à análise do mérito da Proposta.

**3.2.1. Da instituição do subsídio como forma de remuneração com a nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.**

Como se verifica no texto da mensagem n. 13/2012, "*esta emenda vem suprir vício de iniciativa da Emenda Constitucional n. 29/2010 por ter sido proposta de iniciativa do Poder Legislativo*", dando nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, ambos da Constituição Estadual, os quais passarão a ter o seguinte teor:

**Art. 45. (...)**

**§15º. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao contido no §4º do artigo 39, em face do que dispõe o §9º do artigo 144, ambos da Constituição Federal.**

*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*



**Art. 47. (...)**

§5º. A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o §4º do artigo 39 da Constituição Federal em face do que dispõe o §9º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Vale destacar que a a referida Emenda Constitucional n. 29/2010 está tendo sua constitucionalidade discutida na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4504, em trâmite no egrégio Supremo Tribunal Federal, ainda não julgada.

Pois bem.

A presente PEC pretende inserir na Constituição Estadual através de nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, um direito que está previsto no artigo 144, §9º da Constituição Federal:

**Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da**

Muller

8

8





incolumidade das pessoas e do patrimônio,  
através dos seguintes órgãos:

§9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Eis o teor do citado artigo 39, §4º da Constituição:

**Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)**

**§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art.**

9  
RUBIN



**37, X e XI. (Incluído pela Emenda  
Constitucional nº 19, de 1998)**

Também, o §8º do artigo 39 da Constituição Federal autoriza expressamente a fixação da remuneração em subsídio para as categorias organizadas em carreiras, como é o caso das categorias integrantes desta PEC:

**Art. 39. (...)**

**§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.**

A Emenda Constitucional n. 19 de 2008, que inseriu no ordenamento jurídico os dispositivos acima transcritos, adotou a figura do subsídio para assegurar o controle sobre a remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia, nos termos do artigo 39, §4º.

Antes do advento da Emenda Constitucional n. 19/2008, era comum a fixação de um "vencimento-base" irrisório ao qual se somavam vantagens pecuniárias consideráveis sob as mais variadas denominações.

Para corrigir estas distorções remuneratórias, a EC n. 19/2008 alterou a composição da remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia -

*Teófilo*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



os quais produziam reflexos na remuneração do restante dos servidores, pois eram o teto de remuneração - criando a figura do subsídio.

Subsídio nada mais é que uma parcela única de remuneração que abrange tanto o "vencimento-base" quanto as eventuais vantagens remuneratórias de qualquer ordem até então percebidas pelo servidor.

No caso da presente PEC, os subsídios fixados para as categorias, englobam todas as vantagens pecuniárias até então percebidas pelos servidores, não havendo decurso remuneratório para nenhum servidor, não havendo - neste ponto - óbices à aprovação desta.

**3.2.2. Da revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias**

A presente PEC propõe a revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, os quais possuem o seguinte teor:

**Art. 45. (...)**

**§ 16. A partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 deste artigo, exigir-se-á, para o preenchimento do cargo, na Polícia Militar do Paraná, além de**

*Paulo*

*[Signature]*

*[Signature]*



outras condições definidas em lei, curso de nível superior para ingresso como Soldado de Segunda Classe e curso de Direito para ingresso na carreira de Oficial do Quadro de Oficiais Policiais-Militares e curso de Engenharia para ingresso no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares.

(Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)

Há de se destacar que, tradicionalmente, desde a edição da Lei Estadual n. 1.943, de 23 de junho de 1954, denominada de Código da Polícia Militar do Paraná, o ingresso na Polícia Militar, até os dias atuais, operou-se mediante rigoroso recrutamento e seleção de candidatos com faixa etária entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos de idade.

Neste espectro, a carreira policial militar sempre se constituiu como ótima opção para inúmeros jovens concluintes do ensino médio, que, por meio de acirrado concurso público, alcançavam os cargos de soldado, iniciando a carreira de praças, ou os cargos de alunos-oficiais (cadetes), sendo, neste último caso, elevados à condição de Oficiais ao término do Curso de Formação de Oficiais e período de estágio como Aspirantes-a-Oficiais.

*Paula*

*[Signature]* *[Signature]*



Saliente-se que nesse universo comumente se encontravam os jovens inicialmente instados ao cumprimento do serviço militar obrigatório junto ao Exército Brasileiro, os quais, após experimentar o cotidiano das organizações militares por aproximadamente um ano, optavam por ingressar na gloriosa Polícia Militar do Paraná, força auxiliar e reserva do Exército, estruturada similarmente com base nos princípios da hierarquia e disciplina.

Nesse diapasão, admitir a concretização da exigência de curso de nível superior para o ingresso na Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar, seria obstaculizar e impedir que nossos jovens paranaenses, ao lado de outros tantos jovens brasileiros, após a conclusão do ensino médio, pudessem conquistar o primeiro emprego, de maneira estável, na honrosa Corporação Policial Militar.

A manutenção do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual demandaria que o candidato a ingresso na Corporação Castrense, apresentasse, no mínimo, 21 (vinte e um) a 25 (vinte e cinco) anos, pois seria *conditio sine qua non* que o mesmo, preliminarmente, enfrentasse os bancos das Universidades e Faculdades Brasileiras e fizesse jus a um diploma universitário.

E assim sendo, alijaria a opção pelo primeiro emprego na Polícia Militar do Paraná, caminhando, inclusive, na contramão da louvável e recente Lei Estadual n. 17.074, de 23 de janeiro de 2012, que instituiu o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná, com o objetivo de proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens de 18 (dezoito) a 23 (vinte e três) anos

Julio

h d





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



de idade, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades antissociais, assegurando-lhes computar, nos termos do artigo 9º, inciso IV, 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado, como título, em concurso público para o cargo de Soldado de Segunda Classe, a ser utilizado como critério de desempate no certame.

Há de se considerar que a carreira policial militar tem especificidades próprias, tanto em relação às habilidades policiais como no tocante àquelas relacionadas ao bombeiro militar, as quais precisam ser desenvolvidas, no plano da formação profissional, de modo diferenciado, quando comparadas à metodologia de ensino realizada pelas instituições civis de ensino superior. Nesse contexto, as Universidades e Faculdades formam os jovens para o mercado de trabalho em geral, não tendo como foco o ingresso de seus alunos nos quadros da Polícia Militar.

É certo que a carreira nas Forças Armadas ou nas Polícias Militares não se caracteriza como mero emprego, mas segue vinculada a uma vocação especial de bem servir à sociedade paranaense, inclusive, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Cumprе ressaltar que a Polícia Militar do Paraná, há alguns anos, tem aprimorado a sua estrutura de ensino para proporcionar aos seus integrantes a formação de nível superior, respeitadas as peculiaridades da vida militar.

*Paulo* *[Signature]* *[Signature]*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



Nessa linha, a Academia Policial Militar do Guatupê, nesta data, por ato do Chefe do Poder Executivo, foi erigida à condição de instituição estadual de ensino superior vinculada à UNESPAR, objetivando-se a expedição de decreto que reconheça o Curso de Formação de Oficiais, seja na modalidade de Oficial Policial-Militar, seja na modalidade de Oficial Bombeiro Militar, como Curso de Graduação em nível de Bacharelado em Segurança Pública, adotando-se ainda providências para o reconhecimento dos Cursos de Formação de Soldados como Curso Superior em nível de Tecnólogo em Segurança Pública.

Deste modo, em futuro próximo, a exemplo do que ocorre com a integralidade de Oficiais da PMPR que detém curso de nível superior com respaldo no respectivo Curso de Formação, todas as Praças da Corporação também poderão alcançar, na própria Universidade da Polícia Militar, este nível de formação e educação.

Nesta esteira, a manutenção do ensino médio como requisito para o ingresso na carreira policial militar é medida mais adequada, coerente e razoável, pois além de assegurar a oportunidade de primeiro emprego a inúmeros jovens, permitirá a todos os integrantes da caserna alcançar o nível de ensino superior na própria Universidade da Polícia Militar.

Destaque-se que a formação superior na Academia Policial Militar do Guatupê passará a ser supervisionada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como pelo Conselho Estadual de

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4206 / 4006*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



Educação, proporcionando educação continuada a todos os integrantes da Polícia Militar do Paraná, com diversas modalidades de cursos de pós-graduação, viabilizando a pesquisa científica focada na atividade policial, garantindo, assim, maior eficácia e qualidade aos serviços prestados na área da segurança pública em prol do bem-estar da sociedade paranaense.

Neste espectro, a exigência de curso de nível superior para o ingresso na PMPR não é medida adequada, pois a formação em nível superior já estará sedimentada no seio da própria Corporação.

Há de se considerar, ainda, a manutenção das disposições da Constituição do Estado estampadas pela EC n. 29, tenderiam a criar obstáculos e dificuldades aos próprios militares estaduais para a progressão na carreira, visto que beneficiaria tão somente aqueles detentores de diploma de graduação em Direito ou Engenharia ou aqueles já possuidores de diploma universitário, além de alijar o sonho de inúmeros jovens concluintes do ensino médio que atualmente tem se dedicado com esmero na preparação para os concursos públicos destinados ao recompletamento do efetivo da Polícia Militar.

Por fim, como consequência da aprovação da presente PEC, a revogação do artigo 61<sup>1</sup> dos ADCT da Constituição do Estado é medida que se impõe, pois a entrada em vigor da presente PEC lhe retira completamente o objeto.

<sup>1</sup> Art. 61. A implementação do subsídio previsto nesta Constituição, será gradual e terá início em cento e oitenta dias, contados da promulgação da Emenda Constitucional que o instituiu. (Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)

*J. O. L.*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

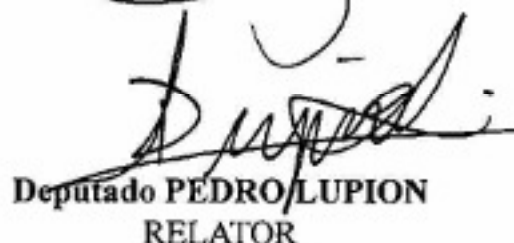


#### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico ao aperfeiçoar a forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, adequando-a aos ditames da Constituição Federal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

  
Deputado MAURO MORAES  
PRESIDENTE

  
Deputado PEDRO LUPION  
RELATOR

Voto contrário  
Dep. Prof. Fernando G. J. J.

  
Dep. NEREU MOURA

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná  
41 3350-4206 / 4006

  
Dep. ROBERTO ACIOLI

para que não fique nenhuma dúvida em relação à criação que foi apresentada, fruto desta emenda, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, é exatamente em função de um acordo firmado entre o CREA, o Sindicato dos Veterinários e Agrônomos e o próprio Secretário de Agricultura. Esse tema em bastante discutível, até na própria CCI foi levantado pelo Deputado Tadeu Veneri a impossibilidade de termos essa inclusão dos zootecnistas, também pelo Deputado Pedro Lupion. Mas abriu-se um leque de discussões e chegou-se a um acordo da inclusão dos zootecnistas nesta mensagem, mas com funções específicas. E na emenda está muito bem delimitada a função do zootecnista, do agrônomo e do médico veterinário. (Lê a emenda: Art. 5º, § 2º do Projeto de Lei nº 448/11). Portanto, não será função do zootecnista exercer o papel de fiscalização na área vegetal e animal. Está muito bem especificado no lei. Esta emenda foi construída no entendimento. Por esta razão, pedimos o apoio dos Deputados, porque ela é um consenso. Mas, é lógico, se alguém quiser questionar a legalidade, existe o fórum legal. Mas recomendamos a aprovação da emenda. Muito obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB):** Encerrado a discussão. Em votação as Emendas nºs 01, 04 e a nº 03 na forma da rubricada, apresentada pela Comissão de Agricultura. Encerrado a votação. **Aprovadas.** (Votaram 'sim': Ademir Traiano, Ademir Bler, Alexandre Curi, André Bueno, Caetano Mara Lima, César Silvestri Filho, Cleiton Kiehn, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Delfio Geronzi, Elton Rauch, Elton Weiler, Elio Verrí, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Marcelo Rangel, Maria Tereza, Nelson Justus, Nelson Lucense, Nereu Moura, Pastor Edison Procyk, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Accioli, Rose "Lito", Toru Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pagliosi (31 Deputados). Votaram 'não': Adeline Ribeiro, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tadeu Veneri (04 Deputados). Não votaram: Caio Quintana, Evandro Júnior, Luciana Rafagnin, Mauro Moraes, Paranhos, Reni Pereira e Valdir Rossoni (07 Deputados). Abstenção: Augustinho Zucchi e Rasca Rodrigues (02 Deputados).]

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT) (Pela ordem):** Sr. Presidente, só para deixar claro porque votamos contra. Não contra os zootecnistas, mas porque não há função para ele. Quando tivemos o primeiro edital de concurso para esta agência, vai ser para médico veterinário e para engenheiro agrônomo. Não há concurso para zootecnista. Não sei o que estamos fazendo! Muito obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB):** **ITEM 10 - 2ª** Discussão do Projeto de Lei nº 142/12, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/12, transformando o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governo do Estado. Com pareceres favoráveis da CCI e Comissão de Finanças. Sobre o referido projeto, **Emenda Supressiva do Pêndulo nº 01**, de autoria dos Deputados Elio Verrí, Elton Weiler, Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Professor Lemos e Luciana Rafagnin, com apoioamento regimental, nos seguintes termos: em face de Supressão do Art. 2º do projeto em discussão. **Incluída no projeto. O Projeto retorna à CCI.**

**ITEM 11 - 1ª** Discussão do Projeto de Lei nº 538/11, de autoria do Deputado Douglas Fabricio, instituído no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o dia 06 de outubro como o Dia do Turismo Regional. Com pareceres favoráveis da CCI, Comissão de Turismo e Comissão de Cultura. Em votação. **Aprovada.** (Votaram 'sim': Adeline Ribeiro, Ademir Bler, André Bueno, Anibelli Neto, Augustinho Zucchi, Caetano Mara Lima, Cleiton Kiehn, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Delfio Geronzi, Elton Rauch, Elton Weiler, Elio Verrí, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Marcelo Rangel, Maria Tereza, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Lucense, Nereu Moura, Pastor Edison Procyk, Pedro Lupion, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Accioli, Rose "Lito", Tadeu Veneri, Toru Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pagliosi (34 Deputados). Não votaram: Ademir Traiano, Alexandre Curi, Caio Quintana, César Silvestri Filho, Evandro Júnior, Luciana Rafagnin, Paranhos, Péricles de Mello, Reni Pereira e Valdir Rossoni (10 Deputados).]

**DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV) (Questão de ordem):** Quero confirmar meu voto no Item 09 como 'sim'. Nas emendas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB):** Registro-se o voto 'não' do Deputado Rasca Rodrigues nas emendas.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT):** Quero aproveitar este momento para convocar todos os membros da CPI dos Portos para que, segunda-feira, possamos apresentar aos membros o Relatório Final, para que depois de aprovado possamos trazer em Plenário para leitura.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB):** Que horas?

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT):** Depois da Sessão, na Sala das Comissões.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Artigão Júnior - PMDB):** Registro-se também, o pedido do Deputado Augustinho Zucchi, voto contrário às emendas do Item 09. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-se outra para segunda-feira, dia 14 de maio, à hora regimental, com o seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei nº 075/12; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 082 e 448/11; 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 538/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 465/11 e 201/12, "Levanta-se a Sessão". [Sessão encerrada às 16h51. A presente Ata é lavrada para fins de publicação e arquivamento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno] Ao longo da Sessão foram registradas as seguintes presenças: I. A pedido da Mesa Executiva, do Sr. João Martins e esposa, da cidade de Londrina; II. A pedido do Deputado Pedro Lupion, do Prefeito de Goioerê, Beto Costa; III. A pedido do Deputado Reni Pereira, do Prefeito de São Miguel do Iguaçu, Armando Luiz Polini.]

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

#### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 003/2012, QUE TRATA DO SUBSÍDIO DAS CLASSES POLICIAIS DO PARANÁ

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e doze, às 17 horas, na sala de reuniões antes ao plenário, presentes os Deputados Mauro Moraes, Pedro Lupion, Professor Lemos, Roberto Accioli, e Nereu Moura; sob a presidência do Deputado Mauro Moraes, verificado número legal, foram iniciados os trabalhos, oportunidade em que o Relator Sr. Deputado Pedro Lupion, fez a leitura do relatório produzido, onde justifica e fundamenta a inviabilidade de apresentação de emendas pelos membros da comissão, e estabelece outros embasamentos técnicos acerca da Proposta de Emenda Constitucional 003/2012, que trata do Subsídio das classes policiais do Paraná, em discussão o relatório, fizeram uso da palavra os senhores Deputados Nereu Moura, Professor Lemos, Pedro Lupion, e Roberto Accioli, em discussão o Deputado Nereu Moura, sugeriu ao Dep. Professor Lemos, que posteriormente apresente projeto de lei, versando sobre o tema a ser abordado na emenda interpositiva; logo após com a palavra o Dep. Professor Lemos, discorreu pelo tempo concedido pela presidência da comissão, sobre o relatório lido, fazendo suas impressões em relação ao mesmo, pelo Sr. Presidente colocado em votação o relatório, votaram favoráveis os Sr. Deputados, Roberto Accioli, Nereu Moura e Pedro Lupion, e, registrando voto em contrário o Sr. Dep. Professor Lemos; Lido, discutido, votado e aprovado o relatório, pelo Sr. Presidente deu-se por encerrada a Reunião

MAURO MORAES  
DEPUTADO ESTADUAL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

PEDRO LUPION  
DEPUTADO ESTADUAL  
RELATOR

44225/2012

#### COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N. 003/12

#### RELATÓRIO FINAL

PEC 003/12 - Proposição n. 022/12.  
Autor: Poder Executivo - Mensagem n. 013/12.

Síntese: Institui o subsídio com forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

**EMENTA:** SERVIDORES PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO. INSTITUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMO FORMA DE REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, DA POLÍCIA CIVIL, DO CORPO DE BOMBEIROS E DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ. REVOGAÇÃO DO §1º DO ARTIGO 45 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ARTIGO 61 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. NOVA REDAÇÃO AO § 15º DO ARTIGO 45 E AO §5º DO ARTIGO 47, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E MÉRITO. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

#### 1. PREÂMBULO

A presente proposta de emenda constitucional, de autoria do Poder Executivo, tem por intuito estabelecer o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Paraná, com a revogação do §1º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias e da nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.

#### 2. QUESTÃO PRELIMINAR DA EMENDA APRESENTADA PELO EXMO. DEPUTADO PROFESSOR LEMOS.

Em 08/05/2012 às 13:00 horas, durante a





primeira reunião desta Comissão Especial, o Excmo. Deputado Professor Lemos apresentou emenda aditiva à presente Proposta de Emenda Constitucional para assegurar, por meio da referida emenda, que a partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 do artigo 45, da Constituição Estadual, seja exigido curso de nível superior para ingresso e preenchimento do cargo na Polícia Militar e Bombeiros Militar do Paraná.

Ocorre, no entanto, que a presente emenda é manifestamente interpretativa, a teor do que dispõe o artigo 190 do Regimento Interno desta Casa. Eis o que dispõe o referido artigo:

Art. 190. Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Como se pode verificar às fls. 02 dos autos da PEC, a mesma foi recebida ao dia 25/04/2012, conforme protocolo nela apostado. A mesma foi publicada no Diário da Assembleia Legislativa de 30/04/2012 (segunda-feira), Edição n. 202, p. 11, conforme o documento de fls. 08. Assim, o termo inicial do prazo para apresentação de emendas começou a fluir no primeiro dia útil seguinte ao da publicação, ou seja, dia 02/05/2012 (quarta-feira) e tendo como termo final o dia 04/05/2012 (sexta-feira), estando portanto manifestamente interpretativa a apresentação da emenda do Excmo. Deputado Professor Lemos, o que impede seu conhecimento por lhe faltar o requisito objetivo de tempestividade.

Em que pese a lealdade iniciativa do Excmo. Deputado Professor Lemos, ainda que se considerasse, em tese, tempestiva tal emenda, no mérito a mesma não poderia ser aprovada pelos mesmos fundamentos adiante articulados no item 3.2.2 deste relatório.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO

#### 3.1. Da constitucionalidade da PEC 003/12

De início, cumpre à esta Comissão Especial, de acordo com o disposto no artigo 151 do Regimento Interno desta Casa, verificar a constitucionalidade, bem como o mérito da Proposta de Emenda à Constituição:

Art. 191. A Assembleia constituirá Comissão Especial composta por cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Quanto à legitimidade, verifica-se que o Governador do Estado possui legitimidade para propor emendas à Constituição, conforme dispõe o artigo 64, II da Constituição Estadual:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:  
II - do Governador do Estado;

Também, deve-se frisar que o Governador do Estado detém a competência para legislar acerca da matéria objeto desta PEC conforme determina o art. 66, II, da Constituição Estadual:

Art. 66. Resultado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.

Corroborando com o acima exposto, temos ainda o art. 87, VI da Constituição do Estado:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:  
VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Diante dos dispositivos legais acima citados, não restam dúvidas de que é cabível ao Poder Executivo a competência para apresentar a presente proposição.

Ainda, de se ressaltar que o objeto da presente PEC, consistente na instituição de subsídio como forma de remuneração para determinada categoria de servidores, será haver redução no valor da remuneração total atualmente percebida pelas categorias, é constitucionalmente possível. Neste sentido, o e. Supremo Tribunal Federal já decidiu:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS. MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I - A Jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, ante a ausência

de direito adquirido a regime jurídico, é legítimo que lei superveniente modifique a composição dos vencimentos dos servidores públicos, desde que não haja decretação remuneratória. II - Agravo regimental improvido. (RE 597838 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 01/02/2011, DJe-037 DIVULG 23-02-2011 PUBLIC 24-02-2011 EMENT VOL-02470-02 PP-00339).

Pelo acima exposto, conclui-se que a presente proposta é formal e materialmente constitucional.

#### 3.2. Do mérito.

Sendo a PEC formal e materialmente constitucional, não há nenhum óbice para a análise do seu mérito por esta Comissão Especial. Passa-se à análise do mérito da Proposta.

3.2.1. Da instituição do subsídio como forma de remuneração com a nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, todos da Constituição Estadual.

Como se verifica no texto da mensagem n. 13/2012, "esta emenda visa suprir vício de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 29/2010 por ter sido proposta de iniciativa do Poder Legislativo", dando nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, ambos da Constituição Estadual, os quais passaram a ter o seguinte teor:

Art. 45. (...)

§15º. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao conteúdo do §4º do artigo 39, em face do que dispõe o §9º do artigo 144, ambos da Constituição Federal.

Art. 47. (...)

§5º. A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o §4º do artigo 39 da Constituição Federal em face do que dispõe o §9º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Vale destacar que a referida Emenda Constitucional n. 29/2010 está tendo sua constitucionalidade discutida no Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4504, em trâmite no egrégio Supremo Tribunal Federal, ainda não julgada.

Foi bem.

A presente PEC pretende inscrever na Constituição Estadual através de nova redação ao § 15º do artigo 45 e ao §5º do artigo 47, um direito que está previsto no artigo 144, §9º da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incalculabilidade das pessoas e do patrimônio, através das seguintes órgãos:  
§9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Eis o teor do citado artigo 39, §4º da Constituição:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Também, o §8º do artigo 39 da Constituição Federal autoriza expressamente a fixação da remuneração em subsídio para as categorias organizadas em carreiras, como é o caso das categorias integrantes desta PEC:

Art. 39. (...)

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

A Emenda Constitucional n. 19 de 2008, que inseriu no ordenamento jurídico os dispositivos acima transcritos, adotou a figura do subsídio para assegurar o controle sobre a remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia, nos termos do artigo 39, §4º.

Antes do advento da Emenda Constitucional n. 19/2008, era comum a fixação de um "venetimento-base" inerente ao qual se somavam vantagens pecuniárias consideráveis sob as mais variadas denominações.

Para corrigir estas distorções remuneratórias, a EC n. 19/2008 alterou a composição da remuneração dos cargos e funções de elevada hierarquia - as quais produzem reflexos na remuneração do restante dos servidores, pois eram o teto de remuneração - criando a figura do subsídio.

Subsídio nada mais é que uma parcela única de remuneração que abrange tanto o "venetimento-base" quanto os eventuais vantagens remuneratórias de qualquer ordem até então percebidas pelo servidor.

No caso da presente PEC, os subsídios fixados para as categorias, englobam todas as vantagens pecuniárias até então percebidas pelos servidores, não havendo desvio remuneratório para nenhum servidor, não havendo - neste ponto - óbice à aprovação desta.

3.2.3. Da revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 da Lei de Disposições Constitucionais Transitorias

A presente PEC propõe a revogação do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual e artigo 61 da Lei de Disposições Constitucionais Transitorias, as quais possuem o seguinte teor:

Art. 45. (...)

§ 16. A partir da implantação da remuneração dos militares estaduais na forma do § 15 deste artigo, exigirá-se, para o preenchimento do cargo, na Polícia Militar do Paraná, além de outras condições definidas em lei, curso de nível superior para ingresso como Soldado de Segunda Classe e curso de Direito para ingresso na carreira de Oficial do Quadro de Oficiais Policiais-Militares e curso de Engenharia para ingresso no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares.

(Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)

Há de se destacar que, tradicionalmente, desde a edição da Lei Estadual n. 1.943, de 23 de junho de 1954, denominada de Código da Polícia Militar do Paraná, o ingresso na Polícia Militar, até os dias atuais, ocorreu-se mediante rigoroso recrutamento e seleção de candidatos com faixa etária entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos de idade.

Neste espectro, a carreira policial militar sempre se constituiu como última opção para inúmeros jovens concluintes do ensino médio, que, por meio de acirrado concurso público, alcançavam os cargos de soldado, iniciando a carreira de praça, ou os cargos de alunos-oficiais (cadetes), sendo, neste último caso, elevados à condição de Oficiais ao término do Curso de Formação de Oficiais e período de estágio como Aspirantes-a-Oficiais.

Solicita-se que neste universo constantemente se encontravam os jovens inicialmente destinados ao cumprimento do serviço militar obrigatório junto ao Exército Brasileiro, os quais, após experimentar o cotidiano das organizações militares por aproximadamente um ano, optavam por ingressar na gloriosa Polícia Militar do Paraná, fora auxiliar e reserva do Exército, estruturada similantemente com base nos princípios da hierarquia e disciplina.

Nesse diapasão, admitir a concretização da exigência de curso de nível superior para o ingresso na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, seria obstaculizar e impedir que nossos jovens paranaenses, ao lado de outros tantos jovens brasileiros, após a conclusão do ensino médio, pudessem conquistar o primeiro emprego, de maneira célere, na honrosa Corporação Policial Militar.

A manutenção do §16º do artigo 45 da Constituição Estadual demandaria que o candidato a ingresso na Corporação Militar, apresentasse, no mínimo, 21 (vinte e um) a 25 (vinte e cinco) anos, pois seria condizível não que não que o mesmo, preliminarmente, enfrentasse os barreiros das Universidades e Faculdades Brasileiras e fizesse jus a um diploma universitário.

E assim sendo, alijaria a opção pelo primeiro emprego na Polícia Militar do Paraná, camaleão, inclusive, no cenário da laudável e recente Lei Estadual n. 17.674, de 23 de janeiro de 2012, que institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná, com o objetivo de proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens de 18 (dezoito) a 23 (vinte e três) anos de idade, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades antisociais, assegurando-lhes computar, nos termos do artigo 9º, inciso IV, 1 (um) ponto para cada ano de serviço prestado, como título, em concurso público para o cargo de Soldado de Segunda Classe, a ser utilizado como critério de desempate no certame.

Há de se considerar que a carreira policial militar tem especificidades próprias, tanto em relação às habilidades policiais como no tocante àsquelas relacionadas ao bombeiro militar, as quais precisam ser desenvolvidas, no plano da formação profissional, de modo diferenciado, quando comparadas à metodologia de ensino realizada pelas instituições civis do ensino

superior. Nesse contexto, as Universidades e Faculdades formam os jovens para o mercado de trabalho em geral, não sendo como foco o ingresso de seus alunos nos quadros da Polícia Militar.

É certo que a carreira nas Forças Armadas ou nas Polícias Militares não se caracteriza como mero emprego, mas segue vinculada a uma vocação especial de bem servir à sociedade paranaense, inclusive, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Cumpre ressaltar que a Polícia Militar do Paraná, há alguns anos, tem aprimorado a sua estrutura de ensino para proporcionar aos seus integrantes a formação de nível superior, respeitadas as peculiaridades da vida militar.

Nessa linha, a Academia Policial Militar do Gatuapé, nesta data, por ato do Chefe do Poder Executivo, foi elevada à condição de instituição estadual de ensino superior vinculada à UNESP/AR, objetivando-se a expedição do decreto que reconheça o Curso de Formação de Oficiais, seja na modalidade de Oficial Policial-Militar, seja na modalidade de Oficial Bombeiro Militar, como Curso de Graduação em nível de Bacharelado em Segurança Pública, adotando-se ainda providências para o reconhecimento dos Cursos de Formação de Soldados como Curso Superior em nível de Tecnólogo em Segurança Pública.

Deste modo, em futuro próximo, a exemplo do que ocorre com a integralidade de Oficiais da PMPR que detêm curso de nível superior com respaldo no respectivo Curso de Formação, todos os Praças da Corporação também poderão alcançar, na própria Universidade da Polícia Militar, este nível de formação e educação.

Nesta esteira, a manutenção do ensino médio como requisito para o ingresso na carreira policial militar é medida mais adequada, coerente e razoável, pois além de assegurar a oportunidade de primeiro emprego a inúmeros jovens, permitirá a todos os integrantes da caserna alcançar o nível de ensino superior na própria Universidade da Polícia Militar.

Destaque-se que a formação superior na Academia Policial Militar do Gatuapé passará a ser supervisionada pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como pelo Conselho Estadual de Educação, proporcionando educação continuada a todos os integrantes da Polícia Militar do Paraná, com diversas modalidades de cursos de pós-graduação, viabilizando a pesquisa científica focada na atividade policial, garantindo, assim, maior eficácia e qualidade nos serviços prestados na área de segurança pública em prol do bem-estar da sociedade paranaense.

Neste espectro, a exigência de curso de nível superior para o ingresso na PMPR não é medida adequada, pois a formação em nível superior já estará sedimentada no seio da própria Corporação.

Há de se considerar, ainda, a manutenção das disposições da Constituição do Estado outorgadas pela EC n. 19, tenderiam a criar obstáculos e dificuldades aos próprios militares estaduais para o progresso na carreira, visto que beneficiaria tão somente aqueles detentores do diploma de graduação em Direito ou Engenharia ou aqueles já possuidores de diploma universitário, além de alijar o sonho de inúmeros jovens concluintes do ensino médio que atualmente tem se dedicado com carnos na preparação para os concursos públicos destinados ao preenchimento do efetivo da Polícia Militar.

Por fim, como consequência da aprovação da presente PEC, a revogação do artigo 61º das ADCT da Constituição do Estado é medida que se impõe, pois a entrada em vigor da presente PEC lhe retira completamente o objeto.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico ao aperfeiçoar a forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, adequando-a aos ditames da Constituição Federal, opina-se pela APROVAÇÃO da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2011.

Deputado MAURO MORAES  
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPTON  
RELATOR

(Encerrado)

Art. 61. A implementação do subsídio previsto nesta Constituição, será gradual e terá início em cento e oitenta dias, contados da promulgação da Emenda Constitucional que o instituir.

(Incluído pela Emenda Constitucional 29 de 20/10/2010)



ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO GOVERNADOR

OF/CTL/CC nº 277/07.

Curitiba, 29 de agosto de 2007

Proposição  
nº 096/07

1987

GOVERNISTA

I - PROTOCOLE-SE

II - À D.A.P./ACUSAR RECEBIMENTO  
E INSCRIÇÃO NO EXPEDIENTE

III - À D.A.P./DEVOLVER PISOS

Em, 29/08/2007

*[Signature]*  
PRESIDENTE

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 192/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, em conformidade com o art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, ~~vetou~~ Projeto de Lei nº ~~242/07~~, por falta de interesse público pelos motivos que passo a expor.

A proposta do legislador autoriza o Poder Executivo conceder redução, de 50% do valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas do Estado, para empresas que realizem transporte de estudantes matriculados no Paraná e que façam uso deste trajeto regularmente.

Primeiramente é necessário dizer que a Lei 15.607,

Ao Excelentíssimo senhor  
Deputado NELSON JUSTUS  
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ  
PROTOCOLO Nº 9054  
EM 03, 09, 2007  
*[Signature]*  
FUNCIONÁRIO

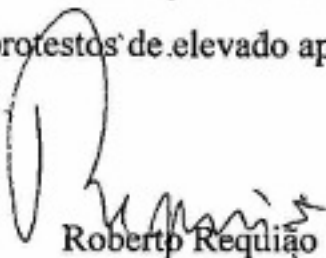


de 15 de agosto de 2007, tratou da isenção de pagamento da tarifa de pedágio, todos os veículos pertencentes aos moradores do Município onde estejam as praças, e os veículos ali emplacados.

Conclui-se que a matéria do Projeto de Lei, já foi aprovada e está em vigência atendendo um número considerável de paranaenses.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
Roberto Requião  
Governador do Estado



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Veto. Razões anexas.

Em 29/08/2007.

## Projeto de Lei nº 242/07

Roberto Requiao  
Governador do Estado

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução, de 50% (cinquenta por cento), do valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas do Estado do Paraná, para empresas que realizam o serviço de transporte de estudantes matriculados no Estado do Paraná e que façam uso deste trajeto regularmente.

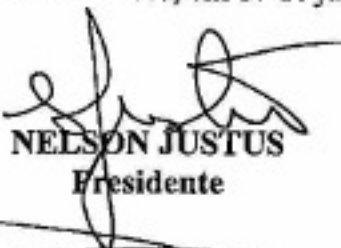
**Parágrafo único.** Poderão ser beneficiados do disposto do *caput* do artigo anterior, também, os estudantes que façam o trajeto até o estabelecimento escolar, com veículo próprio.


**Art. 2º** Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a supervisão, regulamentação e execução da presente lei, que deverá comprovar matrículas escolares, horário do transporte e local de residência dos transportados.

**Art. 3º** Para a concessão do benefício, os veículos deverão estar em situação regular junto ao Detran.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 17 de julho de 2007.

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
ALEXANDRE CURI  
1º Secretário

  
LUCIANA RAGNIN  
2ª Secretária





Justificativa do Projeto de Lei nº 242/07

Conforme dispõe o art. 177, da Constituição do Estado do Paraná, *"a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"*.

Sendo de competência do Poder Público Estadual zelar pela educação, o mínimo que devemos esperar é que esse seja o facilitador para alcance desta meta.

As empresas prestadoras do transporte escolar colaboram, indiretamente, para que a educação seja realmente um direito universal alcançável a qualquer aluno, independente da distância a ser percorrida entre a escola e sua moradia. Pois ao contrário de nada adianta existência de vaga escolar, se não há meios para que o aluno chegue ao estabelecimento escolar.

Assim, o que se pretende, através da presente medida, com a redução de 50% do valor do pedágio é que as empresas, que realizam esse transporte, possam reduzir a cobrança feita aos alunos transportados.

Também, estamos procurando beneficiar os alunos que usam veículos próprios para realizarem esse trajeto, em busca de uma vida profissional melhor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 96/07**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**Súmula: Veta integralmente o projeto de lei nº 242/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 242/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a conceder a redução no pagamento de tarifas, nas praças de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná, para veículo que transporte estudante com destino à estabelecimento escolar.

**FUNDAMENTAÇÃO**


Inicialmente, deve-se arrolar o artigo 71 da Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Governador importará em sanção.



*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



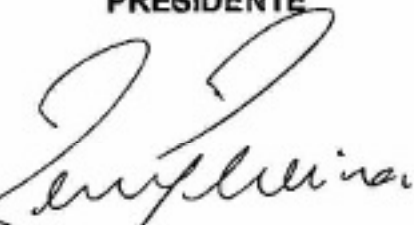
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

Fixada esta premissa é de se analisar se o prazo de quinze dias foi cumprido. Pelo simples cotejo, destaca-se que o veto está de todo dentro do prazo constitucional, apto estando, porquanto, para apreciação por parte do plenário da Assembleia Legislativa.

Em razão do exposto, **SOMOS FAVORÁVEIS** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 04 de março de 2008.

  
**DEPUTADO DURVAL AMARAL**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO RENI PEREIRA**  
**RELATOR**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Ofício nº 221/08-GP

Curitiba, 10 de dezembro de 2008.

Senhor Governador.

Através do presente, restituo à Vossa Exce<sup>l</sup>ência OF/CTL/CC nº 277/07, de 29/08/2007, protocolado nesta Casa de Leis sob nº 9054, Veto ao Projeto de Lei nº 242/07.

Na oportunidade, renovo protestos de consi<sup>der</sup>ação e apreço.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA  
DD Governador do Estado do Paraná  
Nesta Capital

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS  
CC  
DATA- 10 DEZ 2008  
NUM. 07.386.913-7



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura – 2ª Seção Legislativa*

**Informação nº: 16/2012-DL**

Curitiba, 23 de fevereiro de 2011.

**Senhor Diretor,**

Atendendo solicitação do **Deputado Marcelo Rangel**, encontramos, nesta Diretoria, cópias do Processo Legislativo referente à **Proposição Veto nº 96/2007**, aposto ao **Projeto de Lei nº 242/07**, de autoria do referido parlamentar, que *"dispõe sobre a redução no pagamento de tarifas nas praças de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná"*.

Informamos ainda, que, segundo nossos apontamentos, em 04 de setembro de 2007, a proposição de veto foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido **Parecer favorável**, conforme relatoria do Deputado Reni Pereira, sendo que, em 04 de março a mesma foi encaminhada à Diretoria de Assistência ao Plenário para inserção na Ordem do Dia.

Ocorre que em 10 de dezembro de 2008, através do Of. nº 221/08-GP, a Assembleia **restituiu** ao Governador do Estado o **processo original da Proposição**, sem que se tenha encerrado a devida discussão e votação do veto em Plenário.

Neste contexto, como solicitado pelo Parlamentar interessado, se faz necessário resgatar a regularização do trâmite daquela proposição que não pode ser arquivada ou desconsiderada sem que haja efetiva deliberação do Plenário e, em face disso, entendemos como necessária a remessa de Ofício à Casa Civil,





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**17ª Legislatura – 2ª Seção Legislativa**

solicitando a devolução da **Proposição Veto nº 96/2007** e do **Projeto nº 242/07**, de autoria do Deputado Marcelo Rangel que a originou.



**Maria Henrique de Paula**  
Matrícula 40668

1. Ciente;
2. Encaminhe-se o presente expediente para a apreciação do Presidente desta Casa, com indicação de que se expeça Ofício, solicitando-se a devolução da Proposição.



**Mauro Ribeiro Borges**  
Diretor Legislativo



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa


Of. 076/12- GP- SGP

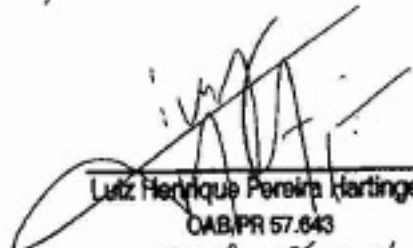
Curitiba, 15 de março de 2012

Senhor Governador,

Em face das razões expostas na Informação nº 16/2012, da Diretoria Legislativa desta Casa, cópia em anexo, solicito a devolução dos Autos originais da Proposição de Veto nº 096/2007 e do Projeto de Lei respectivo, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, para que se conclua o devido procedimento legislativo.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência a minha estima e consideração.

  
**Valdir Luiz Rossoni**  
Presidente

  
Luiz Henrique Pereira Hartinger  
OAB/PR 57.843

CTL-CC 15/03/12  
13:42HS

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado do Paraná  
Nesta Capital

CÓPIA



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 872 /2012


Curitiba, 28 de março de 2012

Encaminha-se à  
Diretoria Legislativa  
Em, 30/03/2012  
Presidente

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do ofício 076/12 – GP- SGP e, através do presente, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência, para os devidos fins, a anexa Proposição de Veto nº 096/2007 e do Projeto de Lei respectivo, de autoria do Dep. Marcelo Rangel.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
DURVAL AMARAL  
CHEFE DA CASA CIVIL

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

Deleido 30/03/12  
B  
SGP



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

## **17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa**

1. Ciente,
2. Com o retorno da Proposição de Veto, proceda-se a anexação ao Projeto de Lei nº 242/07 e, em face de já haver manifestação da Comissão de Constituição e Justiça, remeta-se ao DAP para que o presente possa ser submetido a apreciação do Senhor Presidente, com vistas à inclusão na "Ordem do Dia", para fins de se dar conclusão ao Processo Legislativo, mediante a necessária apreciação do veto por parte do Plenário desta Casa.

*Mauro Ribeiro Borges*  
Diretor Legislativo



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 224/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012



PROPOSIÇÃO VETO Nº 004/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 297/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 718/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

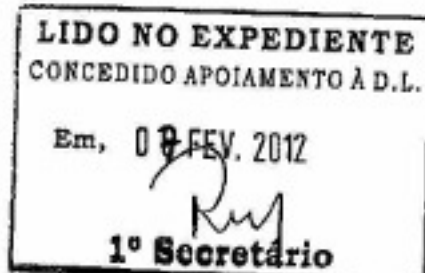
O Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, tem por escopo alterar a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.

Primeiramente, cumpre salientar que a alteração pretendida trará sérios prejuízos à arrecadação do Estado, com a ampliação do leque de municípios onde a redução da base de cálculo do imposto se espalhará. A inclusão de São José dos Pinhais, onde se encontra localizado o Aeroporto Internacional Afonso Pena, representa, de forma subestimada, cerca de 90% dos abastecimentos com QAV (querosene de aviação) no Estado.

Ainda, de acordo com a Informação IGF/GAB nº 001/2012, exarada pela Secretaria de Estado da Fazenda, se o Projeto de Lei em comento vier a tornar-se norma definitiva, a arrecadação mensal de ICMS do QAV, que atualmente é de R\$ 4.114.800,00, passará a ser de R\$ 421.200,00. Logo, vislumbra-se uma **PERDA MENSAL** estimada em R\$ 3.693.600,00 em relação à arrecadação atual.

Diante disso, significa que o Estado terá de abrir mão de **R\$ 44.323.200,00 de sua arrecadação anual.**

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.nº 11.353.755-8







Ademais, com a ampliação do rol de municípios onde se concede a redução da base de cálculo, acrescentando-se Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana, pela representatividade de São José dos Pinhais, praticamente equivaleria a conceder isenção do ICMS nos abastecimentos do QAV no Estado. Isso colocaria o Paraná em evidência na questão da Guerra Fiscal e certamente outras unidades da federação poderiam intentar ações judiciais contra a legislação paranaense que viria a ser implementada, criando-se ambiente desfavorável de Incerteza jurídica.

Outrossim, nos municípios acrescentados, não há vôos regulares de aviação comercial, exceto no Aeroporto Internacional Afonso Pena de São José dos Pinhais, onde se concentra o maior volume de operações, com as grandes companhias nacionais e algumas internacionais. Assim, o benefício concedido seria ilógico, irracional e contra os interesses do Paraná, pois não condiciona nenhum tipo de retorno ou de compensação em termos econômicos que pudessem justificar a queda de arrecadação como antes se demonstrou.

Como dito, cerca de 90% dos abastecimentos de QAV no Estado são feitos no Município de São José dos Pinhais. Ainda, a ampliação ora pretendida parece contrariar frontalmente o espírito do Projeto de Lei, que almeja incrementar a aviação regional e incentivar o consumidor paranaense. Ressalte-se que a inclusão de Foz do Iguaçu no rol dos municípios beneficiados pela lei 15.789, de 3/3/2008, que concedeu a redução na base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene ou combustível para aviação, e mesmo após a redução de alíquotas para 12%, com a edição da lei 16.370/99, os preços das passagens aéreas não tiveram redução, especialmente no trecho Curitiba - Foz do Iguaçu, ainda hoje proibitivos à maioria dos consumidores.

Assim, entendemos que por ser contrário ao interesse público, o presente Projeto de Lei deve ser vetado, uma vez que beneficiar companhias aéreas nacionais ou internacionais com recursos do tesouro do Estado sem qualquer contrapartida é um enorme contrassenso.

Por fim, insta salientar que o Projeto de Lei em comento possui flagrante ilegalidade, pois este não observa as determinações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), a qual dispõe sobre as normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

De acordo com aquele diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada, tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como de medidas de compensação, o que foi observado no Anteprojeto apresentado.

Desta forma, pode ser verificado que além de obedecer aos requisitos constantes do caput do artigo 14 – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos



dois seguintes, a renúncia de receita só poderá ocorrer em uma das seguintes situações:

a) Se o montante da receita objeto de concessão do benefício fiscal não estiver computado no total das Receitas previstas para o exercício a que se refere (e para os demais onde produzirá efeitos).

b) Mediante a implementação prévia de medidas de compensação (que redundem em acréscimo de receita ao Ente Político: majoração de alíquota, de base de cálculo, ampliação da sujeição passiva, revogação de benefícios fiscais, etc.) AS medidas de compensação serão exigíveis quando o valor decorrente da renúncia (ante a concessão de benefício fiscal) estiver contido no cálculo geral das receitas previstas para o exercício em que for implantado o benefício".<sup>1</sup>

Portanto, o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é que, no quando da elaboração da Lei de diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, sejam indicados precisamente quais os fatores considerados na estimativa de receita, as renúncias de receita previstas, e as eventuais medidas de compensação, caso sejam necessárias.

Exige-se, por conseguinte, quando da elaboração das leis orçamentárias, a demonstração clara que, não obstante as renúncias de receitas previstas, será possível atingir o montante de receita estimada na LDO e na LOA, ou alternativamente, que se atingirá tal montante de receita estimada em virtude da adoção de determinadas medidas de compensação.

No caso, não se vislumbra na proposta de lei em foco o atendimento dos requisitos elencados na Lei de responsabilidade fiscal. Não foi indicada qualquer medida compensatória concreta para a renúncia da receita decorrente da isenção pretendida.

Tão patente é a ilegalidade do Projeto de Lei nº726/2011 que o §2º do art. 14 da Lei Orçamentária nº 101/200 dispõe que *"se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício que se trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso."*

Ou seja, mesmo que o referido Projeto de Lei fosse sancionado, tomar-se-ia uma Lei inócua, uma vez que a ampliação do benefício de redução de base de cálculo a operações relativas à querosene combustível para aviação em outros municípios paranaenses somente poderia ser implementada, com a própria entrada em vigor da lei, após a adoção pela administração pública de medidas compensatórias da perda de receita.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.




ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência  
meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
GOVERNADOR DO ESTADO



## **Projeto de Lei nº 718/11**

(Autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli)

Altera a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03/03/2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene e gasolina combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

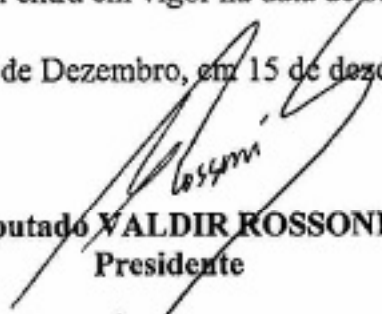
**DECRETA:**

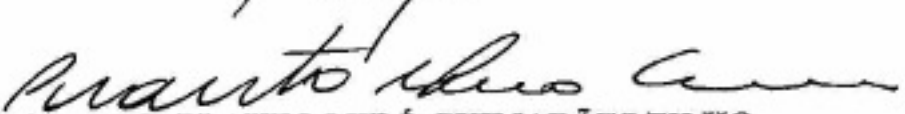
**Art. 1º** O art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A presente Lei se aplicará às operações com os mencionados produtos nos Municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

  
**Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR**  
3º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 224/12

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Carli, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

\ O projeto de lei nº 718/11, de autoria do Deputado Bernardo Carli que, altera a redação do art. 3º da Lei nº. 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 718/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **20 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 004/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **09 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

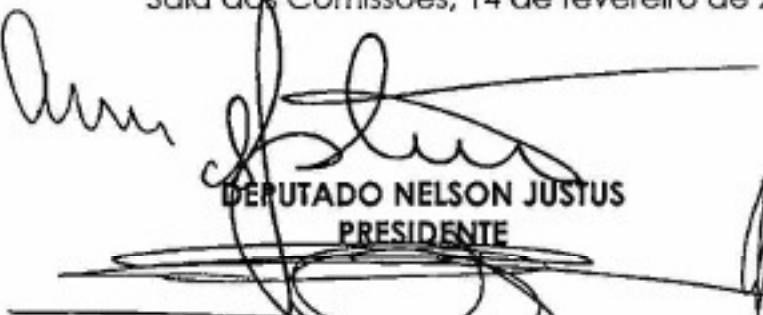
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO EVANDRO JUNIOR**  
**RELATOR**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

req.01



## **REQUERIMENTO**

*Requer a retirada por 10 sessões da  
Proposição 004/12, veto aposto ao  
Projeto de Lei nº 718/11, item 07 da  
presente Ordem do Dia.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição 004/12, veto ao Projeto de Lei 718/11, item 07 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 06 de março de 2012.

Deputado Estadual

WELTER

TRAIANO

*Anota-se a  
junta na  
posição de  
referência*

*Mauro Ribeiro Borges*  
Diretor Legislativo



OF/CTL/CC nº 927/2012

Curitiba, 29 de março de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 ABR 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 02/04/2012

Presidente

D. L.

DAP

Fls. 02

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 013/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 403/2011, por considerá-lo Inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 403/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo dispor acerca os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

A justificativa para tal propositura está na preocupação com os impactos gerados nos solos agrícolas pelo uso constante de máquinas e implementos, uma vez que estes impactos se estendem tanto ao meio ambiente quanto a saúde humana.

Com o presente projeto, o autor objetiva mudar o paradigma que orienta o uso do solo em nosso Estado, propondo uma alteração nos processos de produção de alimentos, com a conversão para os sistemas agroecológicos.

É de notável saber que o processo de produção de alimentos e matéria-prima na exploração dos solos agrícolas do Paraná é um dos principais alicerces da economia no Estado, haja vista sermos o maior produtor de grãos do país.

Sendo assim, em virtude da importância do agronegócio para o Estado do Paraná, cumpre ressaltar que nosso Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, já possui em seus programas ações pautadas na política de conservação ambiental, objeto do projeto de Lei em tela, bem como detém legislação específica, em âmbito estadual, acerca ao uso de agrotóxicos.

Desta forma, tendo em vista que a matéria do projeto ora em comento já está compreendida dentre os programas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, tem-se que a presente proposição é contrária ao interesse público.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Protocolo 11.306.027-4



Ainda, a Constituição do Estado, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislante é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.** (Grifo nosso)

Assim, da simples leitura do art. 66, II da Constituição Estadual, toma-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é do Governador do Estado.

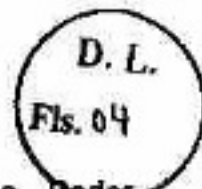
De acordo com o art. 3º do Decreto 6485/2002, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, é de responsabilidade desta Secretaria a *“formulação da política agrícola do Estado do Paraná, abrangendo os processos de produção, comercialização, organização dos produtores, infra-estrutura e o controle dos produtos agrosilvopastoris e dos insumos agrícolas, em consonância com as aptidões econômicas e sociais dos recursos naturais das diferentes regiões do Estado, em sintonia com o setor privado”*.

Não pode o legislador estadual dispor sobre as matérias suso citadas, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra “O Espírito das Leis” e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

**Art. 2º** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, hodiernamente, podemos afirmar que a doutrina da separação dos poderes traduz-se em fórmula de organização da estrutura política do Estado, mediante a qual as funções de governo são atribuídas a órgãos autônomos, porém de modo não exclusivo, de sorte que é assegurado um mútuo controle e um funcionamento harmonioso, tendente à realização da vontade geral, sempre respeitada a autonomia de cada um dos Poderes.





Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder Executivo, o membro da Assembleia Legislativa incorre no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.

Inconstitucionalidade Formal Subjetiva diz respeito à fase introdutória do processo legislativo, em que é desencadeado, por meio da iniciativa, o procedimento de elaboração das espécies normativas. Qualquer espécie normativa elaborada a partir de iniciativa viciada, isto é, a partir de projeto de lei apresentado por quem não tenha competência, padecerá de inconstitucionalidade formal.

Assim, a presente proposta de lei incorre em inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal proposição que, como acima citado, é de competência do Poder Executivo.

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida. (ADI 2646 MC / SP - SÃO PAULO MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal Pleno ). (Grifo nosso)

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício. Corrobora deste entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

D. L.

Fls. 05

Assim, diante do sobejamente demonstrado, tem-se que a proposição em comento é contrária ao Interesse público e inconstitucional.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

DAP

Fis. 05

24



**Projeto de Lei nº 403/11**  
(Autoria do Deputado Elton Welter)

Dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

**§ 1º** Considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e utiliza, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas, observados, simultaneamente, os requisitos fixados na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**§ 2º** Para atender ao disposto no parágrafo anterior, considerar-se-ão todas as formas de posse da propriedade, mesmo aquelas em caráter precário, inclusive as detidas por arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

**Art. 2º** Considera-se sistema de produção agroecológica a proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica estabelecidos na Lei Federal nº 10.831/2003.

**Art. 3º** O Governo do Estado definirá políticas de incentivo à adoção de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Paraná, através dos seguintes instrumentos:

I – prestação de assistência técnica e extensão rural pública;

II – pesquisa agroecológica e sistematização de experiência dos saberes tradicionais;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 07

DAP

Fls. 07

fls. 2.

Projeto de Lei nº 403/11

III – comercialização de produtos agroecológicos, por meio do fortalecimento de mercado de venda direta com apoio às Feiras Agroecológicas, fortalecimento de vendas indiretas e mercados institucionais promovidos pelas políticas públicas;

IV – consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar;

V – apoio a feiras agroecológicas;

VI – apoio à criação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica como a certificação, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação, observado, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 6.323/2007;

VII – apoio às organizações de controle social e às entidades que atuem com avaliação da conformidade ou formas participativas de avaliação de produtos agroecológicos no Estado;

VIII – definição de linhas de crédito rural;

IX – apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos;

X – ações voltadas à educação para o consumo responsável, incluindo visitas de consumidores aos locais de produção;

XI – promoção de eventos sobre agroecologia;

XII – adequação de legislação referente ao ICMS Ecológico;

XIII – introdução de temas relativos à agroecologia no ensino de nível fundamental, médio e superior.

§ 1º A entidade pública oficial, responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado, priorizará o atendimento aos agricultores familiares.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 08

DAP

Fls. 08

fls.3.

Projeto de Lei nº 403/11

§ 2º As entidades oficiais de pesquisa agropecuária, que atuam com o tema agroecológico, devem receber apoio dos diversos fundos públicos.

Art. 4º Considera-se Feira de Produtos Agroecológicos o espaço permanente destinado à reunião do conjunto dos consumidores e de agricultores familiares, que comercializem produtos de origem agroecológica por meio de mecanismo de controle para garantia da qualidade orgânica, quer seja certificação auditada, participativa ou por controle social, em local predeterminado, com publicidade e com estrutura física dotada de identidade visual específica.

Art. 5º Os sistemas de produção agroecológica serão construídos com apoio de uma rede de gestão compartilhada da qual participem órgãos públicos e entidades que atuem com agroecologia ou que possam contribuir com pesquisas ou outras experiências para a consolidação do sistema.

Parágrafo único. Serão criados mecanismos que permitam o concurso integrado dos órgãos e entidades de que trata o *caput* deste artigo, em especial as universidades estaduais, os institutos de pesquisa e entidades do terceiro setor.

Art. 6º A adesão das prefeituras municipais ao sistema de que trata esta Lei, será articulada pelos órgãos competentes do governo estadual a fim de que a produção agroecológica dos municípios seja incentivada e aproveitada.

Art. 7º A implantação de sistemas de produção agroecológica, nos moldes preconizados nesta Lei, terá prioridade entre as políticas públicas formuladas para a área.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada por Decreto do Governador do Estado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 09

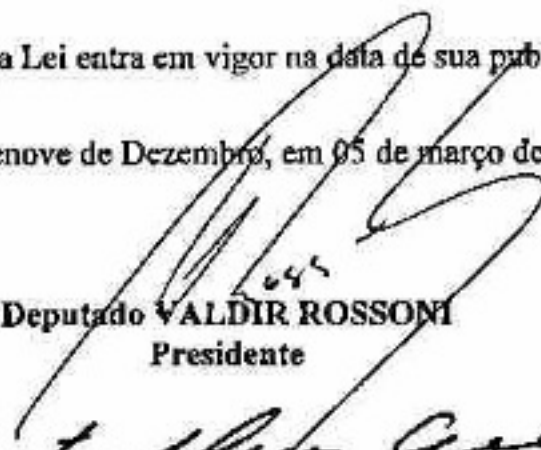
DAP

Fls. 09  
n.º 4. 27

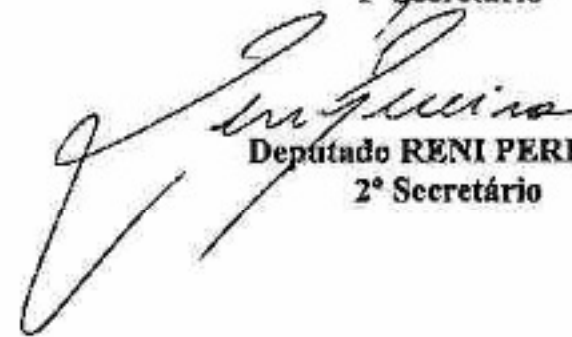
Projeto de Lei nº 403/11

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de março de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO - OFÍCIO Nº 927/12**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 403/2011, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva dispor sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 403/11, de autoria do Deputado Elton Welter que, objetiva dispor sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considera-lo Inconstitucional e contrário ao interesse público.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 403/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 09 de março de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 018/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 29 de março de 2012, sendo desta maneira tempestiva.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

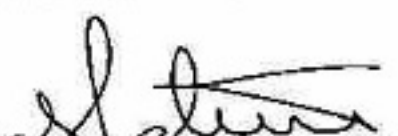


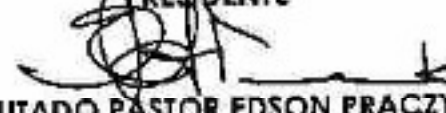
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

## CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI nº 162/12.

**SÚMULA:** Transfere das Comarcas de Clevelândia, Manguairinha e Palmas da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão.

**Art. 1º** Ficam transferidas as Comarcas de Clevelândia, Manguairinha e Palmas, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, que passa a ter competência com relação aos processos de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios oriundos das três Comarcas mencionadas.

**Art. 2º** Fica alterado o Anexo VIII da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003**  
**JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESIDÍOS**  
**ANEXO VIII**

Nº	JURISDIÇÃO DA VEP DE CURITIBA	JURISDIÇÃO DA VEP DE CASCAVEL	JURISDIÇÃO DA VEP DE FRANCISCO BELTRÃO	JURISDIÇÃO DA VEP DE FOZ DO IGUAÇU	JURISDIÇÃO DA VEP DE GUARAPUAVA	JURISDIÇÃO DA VEP DE LONDRINA	JURISDIÇÃO DA VEP DE MARINGÁ	JURISDIÇÃO DA VEP DE CRUZEIRO DO OESTE	JURISDIÇÃO DA VEP DE PONTA GROSSA
1	Almirante Tamandaré	Campina da Lagoa	Barroão	Assis Chateaubriand	Cândido de Abreu	Andaraí	Alto Paraná	Alto Piquiri	Araripiti
2	Antônio	Capitão Leônidas Marques	Capuani	Formosa do Oeste	Carapicaba	Apucarana	Aspórga	Atônia	Castro
3	Aracruz	Cascavel	Chopinzinho	Foz do Iguaçu	Guarapuava	Arpongas	Barbosa Ferraz	Campo Mourão	Curitiba
4	Bocalliva do Sul	Catanduvas	Clevalândia	Marcelo Cândido Romdon	Iratí	Assai	Colorado	Canoinha	Imbituba
5	Campina Grande do Sul	Corbélia	Coronel Vivida	Marabá	Irati	Randolândia	Engenheiro Beltrão	Cidade Galvão	Itaipava
6	Campo Largo	Guaraniaçu	Dona Vizinhas	Medianeira	Mallet	São João do Paraná	Jandaia do Sul	Cruzeiro do Oeste	Jaguariaíva
7	Carro Azul	Laranjeiras do Sul	Francisco Beltrão	Palotina	Mamoná	Cambará	Mandaguai	Goiandé	Orizânia
8	Colombo	Quedas do Iguaçu	Mangueirinha	Santa Helena	Palmatari	Cambará	Mandaguai	Guaira	Palmeira
9	Curitiba	Toledo	Marmeleiro	São Miguel do Iguaçu	Piratuba	Caripolândia	Marialva	Igarapava	Pinel do Sul
10	Fazenda Rio Grande	Palmas	Palmas	Toledo	Pisanga	Centenário do Sul	Marinópolis	Iporã	Ponta Grossa
11	Guaratuba	Pato Branco	Pato Branco	Umarizal	Prudentópolis	Conquistinha	Nova Esperança	Leandópolis	Sengell
12	Lapa	Rasão	Rasão	Umarizal	Rebouças	Comércio Procelo	Nova Londrina	Mamboré	Siqueira Campos
13	Matinhos	Salto do Lontra	Salto do Lontra		Reserva	Fazenda	Paraisópolis do Norte	Peabiru	Telma Soares
14	Morretes	Santa Antônio do Sudoeste	Santa Antônio do Sudoeste		São João do Triunfo	Grandes Rios	Paraisópolis	Pérola	Telma Soares
15	Paranaguá				São Mateus do Sul	Itaí	Paranaíba	Santa Izabel do Ivaí	Telma Soares
16	Pinhal				União da Vitória	Itaipó	Santa Fé	Terra Roxa	Tombador
17	Pinquaria					Ivaiporã	São João do Ivaí	Umuarama	Wenceslau Braz
18	Rio Branco do Sul					Jacarezinho	Sarandi	Xamboré	
19	Rio Negro					Jaguariaíva	Terra Rica		
20	São José dos Pinhais					Joaquim Yarova	Terra Rica		
21						Londrina			
22						Marlândia do Sul			
23						Nova Fátima			
24						Porecatu			
25						Primeiro de Maio			
26						Ribeirão Claro			
27						Ribeirão do Pinhal			
28						Rolândia			
29						Santa Mariana			
30						Santa Antônio da Pádua			
31						São Jerônimo da Serra			
32						Sertãozinho			
33						Ural			



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado sob nº 54.451/2011, tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seu Anexo VIII, o qual deverá ser publicado juntamente com a presente Lei, com a transferência das Comarcas de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas, da atual Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão.

A proposta para que a Vara de Execuções Penais de Francisco Beltrão passe a ter competência com relação aos processos oriundos de Clevelândia recebeu parecer favorável no âmbito deste Tribunal, conforme manifestação da eminente Desembargadora Relatora do antes referido expediente protocolado sob nº 54.451/2011, às fls. 55:

*"Em primeiro lugar, a transferência que se propõe é vantajosa do ponto de vista geográfico, pois Clevelândia dista de Francisco Beltrão apenas 88 km, enquanto para Cascavel são 220 km. (fls. 16/17).*

*Como bem destacou o ilustre Promotor de Justiça Fabrício Trevisan de Almeida, que atua junto à Vara de Execuções Penais de Francisco Beltrão, "a rota percorrida entre as cidades de Clevelândia e Cascavel é de passagem obrigatória pela rodovia que dá acesso à Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão" (fls. 49).*

*Depois, conforme informação do mesmo Promotor, essa Penitenciária não está com sua lotação completa, pois "no mês de junho deste ano, permaneceram ocupadas 750 (setecentas e cinquenta) das 864 (oitocentas e sessenta e quatro) vagas para presos definitivos existentes no estabelecimento" (fls. 50)."*

Submetida a proposta à apreciação do Órgão Especial na sessão realizada no dia 23/03/12, foi acolhida emenda apresentada pelo eminente Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, com a aprovação da transferência das Comarcas de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas da jurisdição da Vara de Execuções Penais da Comarca de Cascavel para a jurisdição da Vara de Execuções Penais da Comarca de Francisco Beltrão.

Não haverá impacto financeiro com a presente proposta, tendo em vista tratar-se apenas de transferência de Jurisdição, razão pela qual torna-se desnecessária a análise e informações orçamentárias e financeiras pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 09 de abril de 2012.  
Of. nº 494/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - A DL para providências.

Em, 11/04/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 ABR. 2012

1º Secretário

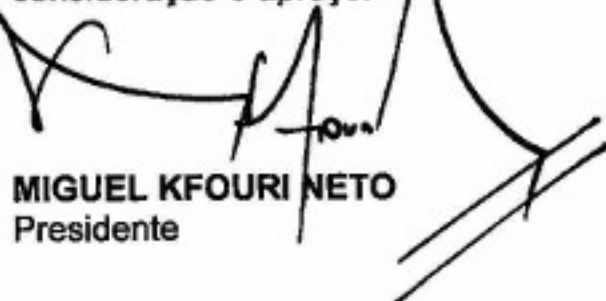
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência das Comarcas de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Cascavel para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Francisco Beltrão.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Esclareço que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, razão pela qual deixa de ser anexada a "Declaração do Ordenador de Despesas".

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 162/12**

**Projeto de Lei nº. 162/12**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Transfere das Comarcas de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos presídios da Comarca de Cascavel para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos presídios da Comarca de Francisco Beltrão.

**EMENTA:** TRANSFERE DAS COMARCAS DE CLEVELÂNDIA, MANGUEIRINHA E PALMAS DA JURISDIÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE CASCAVEL PARA A JURISDIÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa destinar a Vara de Execuções Penais de Francisco Beltrão a competência com relação aos processos oriundos de Clevelândia, Mangueirinha e



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Palmas, a qual se encontra hoje sob a competência da Comarca de Cascavel.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para legislar privativamente sobre a sua competência, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

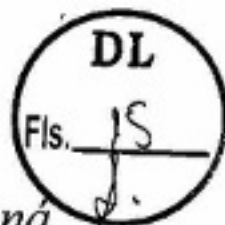
**Art. 96. Compete privativamente:**

1 - aos tribunais:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, o Presidente do Tribunal de Justiça esclarece que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, razão pela qual deixou de anexar a Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

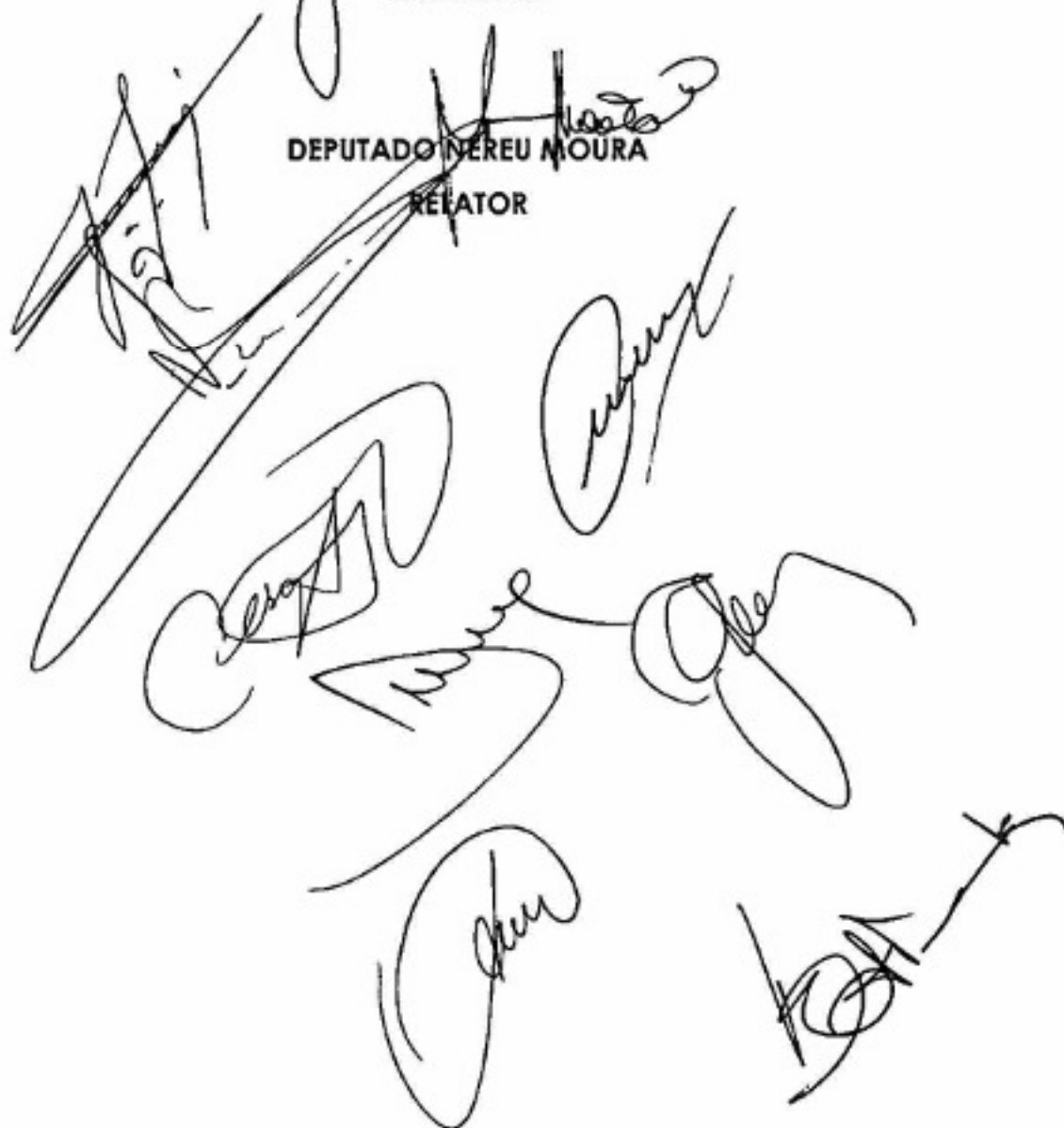
Sala das Comissões, 24 de Abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 162/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 494/2012-GP, que objetiva transferir as Comarcas de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se devidamente justificada.

De igual modo, deve-se salientar que a presente proposta, conforme justificativa do próprio autor, não trará nenhum aumento de despesa, uma vez que apenas e tão somente fará a transferência de Jurisdição, razão pela qual torna-se desnecessário a apresentação do impacto financeiro.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Sala das Comissões, 09/05/12



DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE



DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI nº 163/12.

**EMENTA:** Cria a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica criada a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2º** Fica alterado o inciso I do artigo 256 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea c, com a seguinte redação:

**"Art. 256.....**

**(...)**

**I – na Comarca de Cascavel:**

**a) (...)**

**b) (...)**

**c) a 4ª Vara Criminal"**

**Art. 3º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Cascavel, de entrância final.

**Art. 4º** Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
.....	
CASCAVEL - Comarca de Entrância Final	
FORO JUDICIAL	
.....	
4ª Vara Criminal	
.....	
FORO EXTRAJUDICIAL	
.....	

✓

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total		
.....									
Cascavel	final			13	3	6	22		
.....									

4



**COMARCAS**

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
			5	1	5		11
<b>Cascavel</b>							

**Cascavel**





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 322.610/2010, tem por finalidade criar a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, de entrância final, bem como um novo cargo de Juiz de Direito de entrância final, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

Com a alteração proposta, o Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 5 (cinco) Varas Cíveis, 4 (quatro) Varas Criminais, 1 (uma) Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, 1 (uma) Vara de Família e Acidentes do Trabalho, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, além dos 3 (três) Unidades dos Juizados Especiais e atenderá uma população de aproximadamente 298.793 habitantes e um total de 74.107 processos em andamento.

A criação da 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, de entrância final, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 13/02/2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 23/03/12.

A proposta altera o art. 256, e os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância final, totaliza o valor anual aproximado de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas decorrente de seu preenchimento serão suportados pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se, em anexo, a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, de entrância final, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

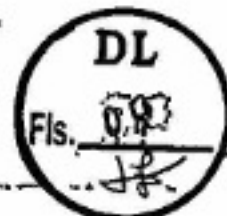
Curitiba, 09 de abril de 2012.



**MIGUEL KFOUR NETO**  
Presidente



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 09 de abril de 2012.  
Of. nº 495/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - A DL para providências.

Em, 11/04/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 ABR. 2012

1º Secretário

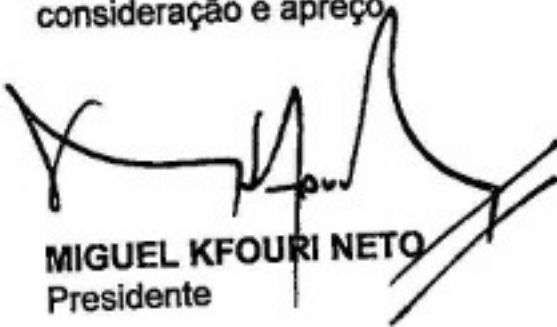
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 4ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel, de entrância final, e altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

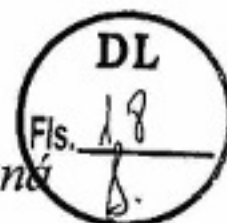
Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente

13559 16/04/2012 002135 000 RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 163/12**

**Projeto de Lei nº. 163/12**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Cria a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 4ª VARA CRIMINAL NA COMARCA DE CASCAVEL. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DESEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

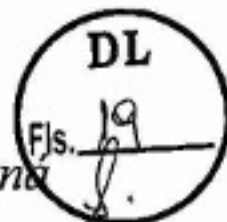
O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

I - aos tribunais:

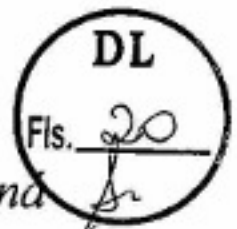
d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

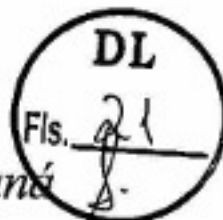
d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de Abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**

**RELATOR**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 163/12**

O presente Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 495/12 que objetiva criar a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Inicialmente observa-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Duílio Genari e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Sob a mira desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

De igual modo, constata-se que o impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, levando-se em conta a decorrente a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância final, totaliza o valor anual aproximado de R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), que será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por outro lado os cargos de Analista e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei nº 16.023/08, e as despesas decorrentes de seu preenchimento serão suportados pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei nº 15.942, de 03 de setembro de 2008.

É salutar observar que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças




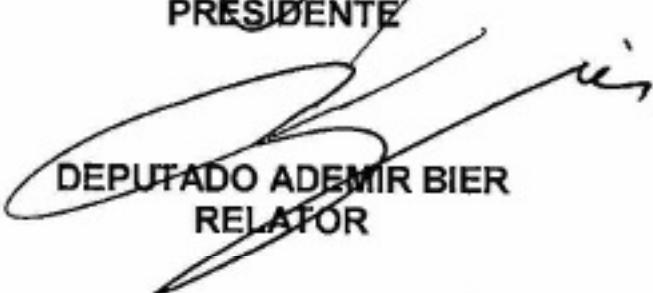
2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/05/12

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
RELATOR




**PROJETO DE LEI N.º 170/2012**

Súmula: Altera o parágrafo 4.º do artigo 1.º, da Lei n.º 17.038, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 1.º O parágrafo 4.º do artigo 1.º da Lei n.º 17.038, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação.

§ 4.º Fica a Prefeitura Municipal de Rio Azul, autorizada a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, a área de terra com 47.725,57 m<sup>2</sup> (quarenta e sete mil e setecentos e vinte cinco metros quadrados e cinquenta e sete centímetros quadrados) contida em área maior, sob Matrícula n.º 11.239, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças – Estado do Paraná.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



Lei 17038 - 21 de Dezembro de 2011

Publicado no Diário Oficial nº. 8614 de 21 de Dezembro de 2011

Súmula: Acresce o § 4º, ao art. 3º, da Lei nº 7.231, de 24/10/1979.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O art. 3º, da Lei 7.231, de 24 de outubro de 1979, alterado pelo art. 1º, da Lei 8.172, de 11 de novembro de 1985 e pelo art. 1º, da Lei nº 8.422, de 21 de novembro de 1988, fica acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º Fica a Prefeitura Municipal de Rio Azul, autorizada a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a área de terra com 47.725,57 m² (quarenta e sete mil e setecentos e vinte e cinco metros quadrados e cinquenta e sete centímetros quadrados), contida em área maior, sob Matrícula nº 11.239, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças - Estado do Paraná, ficando proibida a transferência ou cessão a qualquer título, a terceiros, da área doada sob pena de imediato retorno ao imóvel do patrimônio do Município.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais condições estabelecidas na Lei nº 7.231, de 24 de outubro de 1979, alterada pela Lei nº 8.172, de 11 de novembro de 1985, publicadas no Diário Oficial em 29 de outubro de 1979 e em 12 de novembro de 1985, respectivamente.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de dezembro de 2011.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastião  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

**MENSAGEM N.º 20 /12**

Curitiba, 11 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a retirada da condição restritiva gravada na Lei Estadual n.º 17.038, de 21 de dezembro de 2011.

De conformidade com a Lei n.º 17.038, de 21 de dezembro de 2011, o Município de Rio Azul foi autorizado a doar uma área de 47.725,57 m² à COHAPAR, parte de área doada pelo Estado ao Município, pela Lei n.º 7.321, de 24 de outubro de 1979.

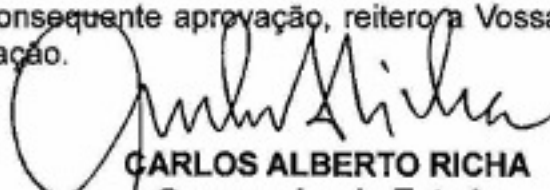
Gize-se que a parte de área supracitada destina-se à construção de casas populares para famílias necessitadas, pelo sistema operacional da COHAPAR.

O Município doa o terreno, a COHAPAR constrói as casas e os mutuários vão amortizando o custo da residência em parcelas mensais e, quitado o débito em sua totalidade, a COHAPAR transfere a propriedade do imóvel ao mutuário.

Todavia, a Lei n.º 17.038 restringe a transferência ou cessão a qualquer título a terceiros da área doada sob pena de imediato retorno ao patrimônio do Município.

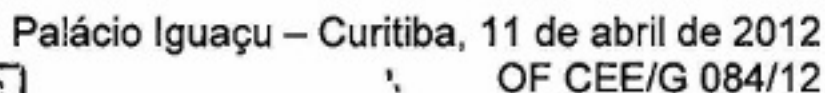
Dessa forma, com a presente alteração, será possível que a COHAPAR, após quitação de seu débito, transfira a propriedade do imóvel ao mutuário.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Rph/Protocolo n.º 11.398.989-8



**1º Secretário**

Em. 08/04/2011

Presidente

Rec'd  
E. 18.06.1





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER**

Projeto de Lei nº 170/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 020/2012

Súmula: Altera o § 4º do art. 1º, da Lei n.º 17.038, de 21 de dezembro de 2011.

**EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.038 QUE AUTORIZA A PREFEITURA DE RIO AZUL A DOAR À COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR PARTE DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA COM DEVIDAS RESTRIÇÕES. RETIRADA DA CONDIÇÃO RESTRITIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTs. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 10 E 65 DA CE. ART. 17 DA LEI Nº 8.666/93. LC Nº 95/98. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 020/2012, visa à alteração lei nº 17.038 de 21 de dezembro de 2011, com a finalidade de retirada da condição restritiva gravada na referida lei, pretendendo, com isso, autorizar a doação pelo município de Rio Azul à COHAPAR de área especificada.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, insta ressaltar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Quanto à iniciativa legislativa, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Dessa forma, como a doação é realizada para a COHAPAR, com a finalidade de construção de casas populares, observa-se que estão presentes todos os requisitos legais e constitucionais.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2012.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Marcelo Rangel

Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner

MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bler; Deputado Elton Welter;

Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/2012**

**Projeto de Lei nº 170/12 – Mensagem nº 20/12**

**Autor: Poder Executivo**

**Súmula: Altera o parágrafo 4º, do artigo 1º, da Lei nº 17.038, de 21 de Dezembro de 2011. (Doação de imóvel Município de Rio Azul)**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 170/12, de autoria do Poder Executivo, altera o parágrafo 4º, do artigo 1º, da Lei nº 17.038, de 21 de Dezembro de 2011, o qual autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Azul a doar uma área de 47.725,57 m² sob matrícula 11.239 para a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 170/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva a retirada da condição restritiva gravada na lei Estadual nº 17.038, de 21 de Dezembro de 2011 que proíbe a transferência ou cessão a qualquer título, a terceiros, da área doada sob pena de imediato retorno ao imóvel do patrimônio do Município.

A área supracitada destina-se para construção de casas populares para famílias necessitadas, pelo sistema operacional da COHAPAR. Dessa forma, com a alteração proposta no projeto de lei, será possível que a COHAPAR, após a quitação de seu débito, transfira a propriedade do imóvel ao mutuário.

Cumprindo a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu

gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no ADL 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que possa seguir sua tramitação.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum. A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar, e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná);

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum que após esta análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.

### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão. O Município de Rio Azul estará apenas ganhando com esta alteração da lei, permitindo com que famílias de baixa renda tenham a oportunidade através da Cohapar, de adquirir seu próprio imóvel.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 170/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 02 de maio de 2012.

MARCELO RANGEL  
Presidente da Comissão

ADELINO RIBEIRO  
Relator

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/12**

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 20/12 - tem por finalidade alterar o paragrafo 4º, do artigo 1º, da Lei nº 17.038, de 21 de dezembro de 2011.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 2012.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
Vice-Presidente

Relator

Adelino

Evandro Jr.

Marla  
Turck



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º 180/2012

Súmula: Altera o art. 1.º da Lei Estadual n.º 15.538, de 22 de junho de 2007.

**Art. 1.º** Altera o art. 1.º da Lei n.º 15.538, de 22 de junho de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º Os bens públicos estaduais e municipais, móveis e imóveis, incluídos veículos, equipamentos urbanos, sinalização de logradouros, placas, painéis e cartazes sinalizadores ou informativos de obras públicas estaduais e municipais, serão identificados pelos símbolos previstos no art. 6.º da Constituição do Estado do Paraná, ou Brasão do Município conforme legislação específica de cada município.

**Art. 2.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

**MENSAGEM N.º 22/12**

Curitiba, 23 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera o art. 1.º da Lei Estadual n.º 15.538, de 22 de junho de 2007.

A Lei Estadual n.º 15.538, de 22 de junho de 2007, veio com o intuito de normatizar o uso de símbolos, mensagens e veiculações do Governo do Estado do Paraná, impossibilitando assim o uso pessoal da publicidade governamental.

No entanto, a norma suso citada restringiu a identificação dos bens públicos estaduais apenas ao Brasão do Estado, em detrimento à Bandeira estadual, ambos instituídos pelo Decreto-Lei n.º 2.457, de 31 de março de 1947.

Sendo assim, busca-se ajustar a referida Lei, tendo por escopo o reconhecimento dos demais símbolos estaduais.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
lhph/

Palácio Iguaçu – Curitiba, 23 de abril de 2012  
OF CEE/G 100/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 ABR. 2012

*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

I – À DAP para leitura no expediente

II – A DL para providências.

Em, 24/04/2012

*[Assinatura]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 22/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que altera o art. 1.º da Lei Estadual n.º 15.538, de 22 de junho de 2007.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 180/12**

**Projeto de Lei nº. 180/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 022/12**

**Súmula:** Altera o art. 1º da Lei Estadual nº 15.538, de 22 de junho de 2007.

**EMENTA:** ALTERA O ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 15.538, DE 22 DE JUNHO DE 2007, QUE DISPÕE QUE OS BENS PÚBLICOS, PLACAS, PAINÉIS E CARTAZES SINALIZADORES DE OBRAS PÚBLICAS SERÃO IDENTIFICADOS PELO BRASÃO DO ESTADO OU MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo alterar o art. 1º da Lei Estadual nº 15.538, de 22 de junho de 2007, que dispõe que os bens públicos, placas, painéis e cartazes sinalizadores de obras públicas serão identificados pelo Brasão do Estado ou Município.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Concedido vista.**  
**Em 08/05/12**  
**Tadeu Jenei**  
**CCJ**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a organização e funcionamento da administração estadual, é **de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, (grifos nossos)

Além disso, o art. 6º da Constituição do Estado do Paraná determina que o Estado adota como símbolos, além dos nacionais, a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete:

Art. 6º. O Estado adota como símbolos, além dos nacionais, a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de maio de 2012.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

*Carlo Quintana*  
*vice.*  
*ausente*  
**NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

*Edson Praczyk*  
**PR. EDSON PRACZYK**

**RELATOR**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 08 MAIO 2012

*Ruy*  
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 180/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 022/12.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 180/12, oriundo da Mensagem nº 022/12.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2012.

*Ademar Traiano*  
Deputado Ademar Traiano  
Líder do Governo

Anote-se, junto-se a Proposição de  
referência  
OL. 10/05/12

*Mauro Ribeiro Borges*  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

~~Voto~~ PROJETO DE LEI N.º 186/2012

**Súmula:** Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O sistema remuneratório dos militares estaduais, membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente lei.

Art. 2º Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao militar ativo, da reserva, da reforma, e gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§1º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nos postos, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2º A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO**

Art. 3º O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I - gratificação natalina, na forma do art. 45, § 8º e art. 34, inc. IV, da CE/89;

II - terço de férias, na forma do art. 34, inc. X e art. 45, § 8º, da CE/89;

III - diária, conforme legislação em vigor;

IV - indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei 14.268/03 e Decreto nº 3494/04;

V - verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial de chefia, direção e assessoramento, a ser regulamentada por lei;

VI - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia, a ser regulamentada por decreto;

VII - indenização por remoção, na forma da presente lei;

VIII - ressarcimento por funeral, na forma da presente lei;  
IX - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;  
X - diferença de subsídio, na forma da presente lei.

§1º As verbas previstas nos incisos V, VI e X estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§2º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

Art. 4º A indenização por remoção é devida ao militar estadual nas modificações de unidade organizacional, sejam a pedido ou no interesse do serviço público, que impliquem mudança de domicílio no valor equivalente a 1 (um) subsídio de seu respectivo posto.

§ 1º A indenização por remoção será paga somente na efetivação da mudança de domicílio, em parcela única, sendo vedado o pagamento antecipado, o pagamento durante o período de fruição de férias e outros afastamentos.

§ 2º A indenização por remoção não será incorporada e não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

§ 3º A indenização por remoção não poderá ser concedida concomitantemente com diária no novo domicílio.

Art. 5º O ressarcimento por funeral é devido para custeio das despesas de sepultamento do militar estadual no valor equivalente a 1 (um) subsídio do posto ocupado.

§ 1º Para o pagamento do ressarcimento por funeral é necessário que o cônjuge, companheiro (a) ou, à falta destes, qualquer pessoa, comprove ter suportado as despesas em virtude do falecimento do militar estadual mediante requerimento administrativo.

§ 2º O pagamento do ressarcimento por funeral será deferido mediante requerimento administrativo, em parcela única, instruído obrigatoriamente com o atestado de óbito, nota fiscal em nome do requerente e comprovante de pagamento de traslado, se for o caso.

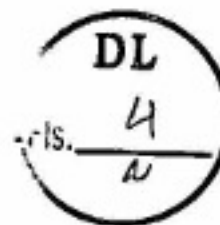
§ 3º O ressarcimento por funeral não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer outras vantagens.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 6º O subsídio do militar estadual, carreira organizada em níveis hierárquicos, será estruturado em 11 (onze) referências para cada posto, conforme Anexo I.

Art. 7º O desenvolvimento na carreira da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros dar-se-á pelos institutos da promoção e progressão.

§1º A promoção do militar ativo de um posto ou graduação para outro imediatamente superior observará as normas contidas na legislação dos militares do Estado do Paraná.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

§ 2º Quando da promoção, o militar ocupará a mesma referência no novo posto ou graduação, conforme a tabela constante do Anexo I.

§ 3º Não haverá promoção de militares da reserva remunerada, reformado e geradores de pensão, ressalvada a hipótese de promoção do policial que perder a vida em serviço, prevista no artigo 265 da lei 1943/54.

§ 4º A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro do mesmo posto ou graduação, ao militar que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo III.

§ 5º No momento em que o militar atingir a referência de número 6 (seis) a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 6º Não haverá progressão de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão.

Art. 8º Na data da promulgação da presente lei será efetivado o enquadramento do militar ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo II.

Parágrafo único. O enquadramento do militar ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 9º O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A revisão geral de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

Art. 10. O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 11. Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I - soldo;
- II - gratificação adicional por tempo de serviço;
- III - gratificação localidade especial da PM;
- IV - vantagem pessoal;
- V - diferença de soldo;
- VI - diferença de soldo judicial;
- VII - salário-família;
- VIII - gratificação de ensino – Colégio da Polícia Militar;
- IX - gratificação de ensino – PMPR;
- X - substituição de pessoal militar – Soldo;
- XI - substituição PM - Gratificação Especial;
- XII - gratificação de função militar - cursos;
- XIII - indenização de representação do pessoal militar;
- XIV - ajuda de custo PM;
- XV - aquisição uniformes PM;



XVI - indenização de transporte do pessoal militar;  
XVII - indenização serviço extraordinário;  
XVIII - operação escudo;  
XIX - operação verão;  
XX - operação safra;  
XXI - operação Foz-seguro;  
XXII - gratificação técnica;  
XXIII - indenização de representação – Ass. Militar;  
XXIV - indenização de representação – Força Alfa;  
XXV - prêmio especial armas;  
XXVI - indenização de representação Casa Militar;  
XXVII - indenização de representação – Encargos;  
XXVIII - vencimentos dos cargos de provimento em comissão;  
XXIX - gratificação de cargo em comissão;  
XXX - gratificação representação de gabinete DAS;  
XXXI - adicional de inatividade;  
XXXII - vantagem pessoal PMPR – Lei 16.469/10;  
XXXIII - diferença de salário mínimo;  
XXXIV - gratificação de tempo integral;  
XXXV - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no artigo 3º.  
Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

Art. 12. A remuneração do soldado de segunda classe passa a ser efetivada por meio de bolsa-auxílio no valor constante do Anexo I desta lei.

Art. 13. O servidor dos postos de soldado 1ª classe, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente que for aprovado no curso de formação de oficiais continuará a perceber o subsídio de seu respectivo posto, até tomar posse no novo posto ou graduação.

#### CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS MILITARES DA REFORMA, RESERVA REMUNERADA E GERADORES DE PENSÃO

Art. 14. Aplica-se aos militares da reforma, reserva remunerada e aos geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º O valor do subsídio dos militares da reforma, reserva remunerada e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.



§ 2º O enquadramento do militar da reforma, reserva remunerada e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º O cálculo dos proventos da reserva remunerada, reforma e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA CONTRIBUIÇÃO DO FASPM FRENTE AO SUBSÍDIO

Art. 15. A contribuição em favor do Fundo de Assistência à Saúde dos Militares Estaduais – FASPM - será considerada de caráter facultativo.

§1º Os militares estaduais da ativa, aposentados e geradores de pensão que tiverem interesse em contribuir para o FASPM devem manifestar sua concordância com o desconto, por escrito, diretamente à Presidência do Fundo.

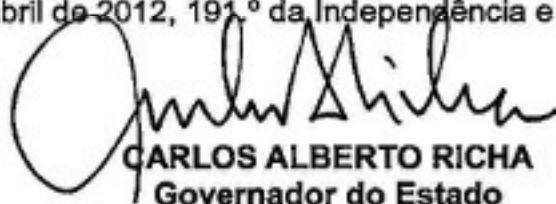
§2º O valor do desconto do FASPM será de 0,5 (meio por cento) do subsídio.

§3º O valor do desconto do FASPM será acrescido em 0,2 (zero vírgula dois por cento) do subsídio por dependente, limitado ao percentual máximo de 2% (dois por cento).

Art. 16. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

**ANEXO I DA LEI Nº**  
**TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO**  
**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

POSTO OU GRADUAÇÃO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
CORONEL	14.354,24	15.071,95	15.789,67	16.507,38	17.225,08	17.942,80	18.660,51	19.378,23	20.095,94	20.813,65	21.531,36
TENENTE-CORONEL	13.670,71	14.354,24	15.037,78	15.721,31	16.404,85	17.088,38	17.771,92	18.455,45	19.138,99	19.822,52	20.506,06
MAJOR	12.896,89	13.541,74	14.186,58	14.831,43	15.476,27	16.121,12	16.765,96	17.410,80	18.055,65	18.700,49	19.345,34
CAPITÃO	12.282,75	12.896,89	13.511,03	14.125,17	14.739,31	15.353,44	15.967,58	16.581,72	17.195,86	17.809,99	18.424,13
1o. TENENTE	8.470,87	8.894,41	9.317,95	9.741,50	10.165,04	10.588,58	11.012,12	11.435,67	11.859,21	12.282,75	12.706,30
2o. TENENTE	7.365,97	7.734,27	8.102,57	8.470,87	8.839,16	9.207,46	9.575,76	9.944,06	10.312,36	10.680,66	11.048,95
SUBTENENTE	5.484,18	5.758,39	6.032,60	6.306,81	6.581,02	6.855,23	7.129,44	7.403,65	7.677,86	7.952,07	8.226,27
1o. SARGENTO	4.455,09	4.677,84	4.900,60	5.123,35	5.346,10	5.568,86	5.791,61	6.014,37	6.237,12	6.459,88	6.682,63
2o. SARGENTO	4.132,49	4.339,11	4.545,74	4.752,36	4.958,98	5.165,61	5.372,23	5.578,86	5.785,48	5.992,11	6.198,73
3o. SARGENTO	3.809,89	4.000,38	4.190,88	4.381,37	4.571,87	4.762,36	4.952,86	5.143,35	5.333,84	5.524,34	5.714,83
CABO	3.548,59	3.726,02	3.903,45	4.080,88	4.258,31	4.435,74	4.613,17	4.790,60	4.968,02	5.145,45	5.322,88
SOLDADO 1a. CLASSE	3.225,99	3.387,29	3.548,59	3.709,89	3.871,19	4.032,49	4.193,79	4.355,09	4.516,39	4.677,69	4.838,98

ASPIRANTE A OFICIAL	5.456,27
ALUNO DE 3o. ANO	3.194,40
ALUNO DE 2o. ANO	2.777,74
ALUNO DE 1o. ANO	2.480,12

BOLSA AUXÍLIO PARA SOLDADO DE 2ª CLASSE	1.483,03
---	----------



ANEXO II DA LEI Nº  
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO  
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA DO POSTO NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
1 ANUÊNIO	7
2 ANUÊNIOS	8
3 ANUÊNIOS	9
4 ANUÊNIOS	10
5 ANUÊNIOS	11

ANEXO III DA LEI Nº  
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO  
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ



TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA DO POSTO
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11

**MENSAGEM N.º 14/12**

Curitiba, 16 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme o que dispõe a Constituição Estadual e a Constituição da República.

Inicialmente, importante frisar que o Anteprojeto de Lei em questão foi exaustivamente debatido e, diante das condições orçamentárias do Estado, chegou-se a um consenso do que poderia ser oferecido, sempre com o objetivo de dar melhores condições aos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

O presente Anteprojeto de Lei é subdividido em cinco capítulos e possui três anexos. O primeiro Capítulo trata de disposições preliminares, dispondo que o sistema remuneratório dos militares estaduais, membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, será estabelecido por meio de subsídio, conforme tabela do Anexo I da Lei. Assegura ainda a irredutibilidade salarial garantida pela Constituição Federal e que eventuais diferenças decorrentes da implantação do subsídio deverão ser pagas na forma de diferença de subsídio.

O Capítulo II trata da composição do subsídio, especificando quais valores podem ser pagos além do subsídio. No Capítulo III está definida a estrutura remuneratória do subsídio, a organização da carreira militar em onze referências para cada posto e as formas de desenvolvimento na carreira. O Anexo II do Anteprojeto traz as referências de subsídio para o enquadramento dos militares da ativa conforme a nova lei, que se dará com base no número de adicionais por tempo de serviço e será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.459.538-1

No artigo 11 do Anteprojeto de Lei estão relacionadas expressamente as verbas que estão compreendidas no subsídio e são por ele extintas a partir da implantação do novo regime remuneratório. A previsão expressa na Lei com relação a estas verbas é extremamente salutar para o fim de assegurar a natureza de parcela única do subsídio, conforme previsto no art. 37, incisos X e XI da Constituição Federal, evitando dúvidas acerca da manutenção do pagamento dessas verbas, uma vez que não há direito adquirido a regime remuneratório. O parágrafo único deste artigo, adequadamente, esclarece: "Não poderá ser concedida, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio."

O Capítulo IV trata da aplicação do subsídio aos militares da reforma, reserva remunerada e geradores de pensão, estendendo a todos estes a remuneração na forma de subsídio. Esclarece, ainda, no § 2.º do art. 14 que o enquadramento desses militares será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA por intermédio de suas unidades administrativas.

Por fim, o Capítulo V traz as disposições finais e trata da contribuição do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares – FASPM, que passa a ser de caráter facultativo, no percentual de 2% do valor do subsídio.

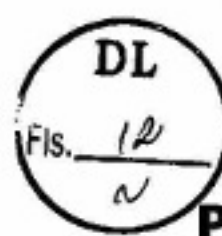
Isto posto, insofismável a necessidade da presente proposta para atender a reivindicação dos militares estaduais, bem como o que dispõem as Constituições do Estado e da República.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado



Handwritten initials and marks at the top left.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 25 ABR. 2012  
*[Signature]*  
**1º Secretário**

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012  
OF CEE/G 086/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 25/04/2012  
*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 14/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme a Constituição Estadual e a Constituição da República.

Atenciosamente,

*[Signature]*  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

1556 25/04/2012 0824-8 OF. ASS. LEGISLATIVA DO PARANÁ

2446

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012  
OF CEE/G 086/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 14/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme a Constituição Estadual e a Constituição da República.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/12**

**Projeto de Lei nº. 184/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 014/12**

**Súmula:** Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DISPÕEM A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, BEM COMO ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 45, 46, 48, 49, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 144 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Estadual determina que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros subordinam-se ao Governador do Estado:

Art. 45. São servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

II - Polícia Militar;

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



estruturas, competências, bem como direitos,  
garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes,  
de maneira a assegurar a eficiência de suas  
atividades. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido dispõe a Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Polícia





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Militar, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

2

Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

2

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**





## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 09 MAIO 2012

*Ruy*  
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.

*Ademar Traiano*  
Deputado **Ademar Traiano**  
Líder do Governo

Anote-se e encaminhe-se  
Para Providências  
DL 10/05/12

*Mauro Ribeiro Borges*  
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 014/12 que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República, bem como adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 09/05/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIOT RUSCH  
RELATOR







*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Segurança Pública*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 184/12**

Tendo em vista o disposto no art. 33-H do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública passa a se manifestar sobre o Projeto de Lei 184/12, oriundo da Mensagem 014/12, que dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e Constituição da República.

Primeiro cabe salientar que o presente Projeto de Lei é fruto de amplo debate entre o Governo do Estado e as classes policiais. Dentro das condições orçamentárias do Estado, a proposição visa oferecer melhores condições à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.

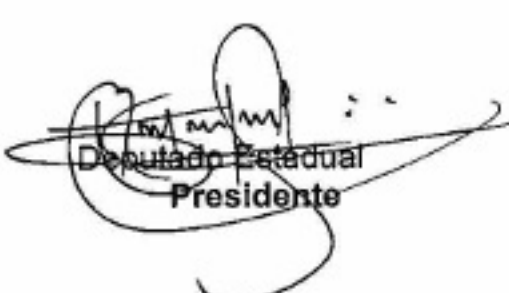
O sistema remuneratório será estabelecido por meio de subsídio conforme tabela do Anexo I, assegurada a irredutibilidade dos proventos. Tal disposição visa assegurar a natureza de parcela única de subsídio conforme art. 37, X e XI, da Constituição Federal, dando maior segurança ao policial militar e bombeiro no Estado do Paraná.

Pelo exposto, considerando os benefícios à sociedade paranaense, esta Comissão manifesta-se **FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei 184/12.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.

  
Deputado Estadual  
**Relator**

  
Deputado Estadual  
**Presidente**

  
Elcio  
  
Gilberto  
Ribeiro



PROJETO DE LEI N.º 185/2012



**Súmula:** Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O sistema remuneratório dos policiais civis e delegados, membros da Polícia Civil do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma das tabelas constantes nos Anexos I, II e III da presente Lei.

Parágrafo único. O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3.º da presente Lei.

Art. 2.º Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao policial e delegado ativo, aposentado, ou gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§ 1.º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes, implantação dos valores constantes nos Anexos I, II e III e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2.º A parcela correspondente à Diferença de Subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

Art. 3.º O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I – gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da CE/89;

II – terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da CE/89;

III – diária, na forma da legislação em vigor;

IV – indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei n.º 14.268/03 e Decreto n.º 3494/04;

V – verba transitória decorrente de função privativa policial de chefia, direção e assessoramento, a ser regulamentada por lei;

VI – indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VII – indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VIII – abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

IX – diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1.º As verbas previstas nos incisos V e IX estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2.º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 4.º O subsídio para os policiais civis será estruturado em 11 (onze) referências para cada classe.

Parágrafo único. Para o ano de 2012, a implantação dar-se-á na forma do Anexo I, e para o ano de 2013, na forma do Anexo II.

Art. 5.º O subsídio dos delegados será estruturado em 8 (oito) referências para cada classe, conforme Anexo III.

Art. 6.º O desenvolvimento na carreira dos policiais civis e delegados será efetuado por meio dos institutos de promoção e progressão.

§ 1.º A promoção dos policiais e delegados para a classe imediatamente superior observará as normas contidas na legislação em vigor para cada carreira.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

§ 2.º O policial e delegado ocuparão a nova classe na referência respectiva de seu tempo de serviço, conforme tabelas constantes nos Anexos I, II e III.

§ 3.º Não haverá promoção de policiais e delegados aposentados e geradores de pensão.

§ 4.º A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, ao policial e delegado que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 5.º No momento em que o policial civil atingir a referência de número 6 (seis), a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo IV.

§ 6.º A progressão na carreira de delegado dar-se-á na forma do Anexo V.

§ 7.º Não haverá progressão de policial civil e delegado aposentado e gerador de pensão.

Art. 7.º Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do policial civil e delegado nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais de tempo de serviço, na forma dos Anexos VI e VII.

Parágrafo único. O enquadramento do policial civil e delegado ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 8.º O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

§ 1.º A revisão geral anual de 2012, para os policiais civis e delegados, já está incluída no valor de subsídio fixado nos Anexos I e III, respectivamente.

§ 2.º A revisão geral anual de 2013, para os policiais civis, já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo II da presente Lei.

Art. 9.º O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 10. Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I – salário-base;



- II – gratificação fixa de cargo em comissão;
- III – gratificação adicional por tempo de serviço;
- IV – gratificação adicional Emenda 19;
- V – gratificação – Decreto 3105/97;
- VI – gratificação de representação de gabinete DAS;
- VII – gratificação de encargos especiais;
- VIII – função gratificada;
- IX – substituições;
- X – gratificação de representação de delegados;
- XI – gratificação de realização de trabalho relevante;
- XII – ajuda de custos;
- XIII – gratificação de tempo integral sobre remuneração;
- XIV – gratificação FUNRESPOL;
- XV – tempo integral e dedicação exclusiva – Polícia Civil;
- XVI – tempo integral e dedicação exclusiva;
- XVII – prêmio especial – armas;
- XVIII – gratificação GEEBE;
- XIX – correção monetária;
- XX – revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no artigo 3.º.

Parágrafo único. Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.



#### CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS POLICIAIS CIVIS E DELEGADOS APOSENTADOS E GERADORES DE PENSÃO

Art. 11. Aplica-se aos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1.º O valor do subsídio dos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante dos Anexos I, II e III na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2.º O enquadramento do policial civil e delegado aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3.º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.

  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº  
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO  
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA CIVIL - QPPC (2012)

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Investigador de Polícia											
1ª CLASSE	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82
2ª CLASSE	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47	5.907,62	6.153,77	6.399,92	6.646,07	6.892,22	7.138,37	7.384,52
3ª CLASSE	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01	5.419,83	5.645,66	5.871,48	6.097,31	6.323,14	6.548,96	6.774,79
4ª CLASSE	4.221,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21	5.065,26	5.276,32	5.487,37	5.698,42	5.909,47	6.120,53	6.331,58
5ª CLASSE	4.020,05	4.221,05	4.422,06	4.623,06	4.824,06	5.025,06	5.226,07	5.427,07	5.628,07	5.829,07	6.030,08

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Escrivão de Polícia											
1ª CLASSE	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82
2ª CLASSE	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47	5.907,62	6.153,77	6.399,92	6.646,07	6.892,22	7.138,37	7.384,52
3ª CLASSE	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01	5.419,83	5.645,66	5.871,48	6.097,31	6.323,14	6.548,96	6.774,79
4ª CLASSE	4.221,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21	5.065,26	5.276,32	5.487,37	5.698,42	5.909,47	6.120,53	6.331,58

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Papiloscopista											
1ª CLASSE	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82
2ª CLASSE	4.923,01	5.169,16	5.415,31	5.661,47	5.907,62	6.153,77	6.399,92	6.646,07	6.892,22	7.138,37	7.384,52
3ª CLASSE	4.516,53	4.742,35	4.968,18	5.194,01	5.419,83	5.645,66	5.871,48	6.097,31	6.323,14	6.548,96	6.774,79
4ª CLASSE	4.221,05	4.432,11	4.643,16	4.854,21	5.065,26	5.276,32	5.487,37	5.698,42	5.909,47	6.120,53	6.331,58

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Agente em Operações Policiais											
1ª CLASSE	3.901,81	4.096,90	4.291,99	4.487,08	4.682,18	4.877,27	5.072,36	5.267,45	5.462,54	5.657,63	5.852,72
2ª CLASSE	3.515,15	3.690,90	3.866,66	4.042,42	4.218,18	4.393,93	4.569,69	4.745,45	4.921,21	5.096,96	5.272,72
3ª CLASSE	3.224,91	3.386,15	3.547,40	3.708,64	3.869,89	4.031,13	4.192,38	4.353,62	4.514,87	4.676,11	4.837,36
4ª CLASSE	3.013,93	3.164,63	3.315,32	3.466,02	3.616,72	3.767,41	3.918,11	4.068,81	4.219,50	4.370,20	4.520,90

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Comissário de Polícia (em extinção)											
CLASSE ÚNICA	5.464,55	5.737,77	6.011,00	6.284,23	6.557,45	6.830,68	7.103,91	7.377,14	7.650,36	7.923,59	8.196,82

DL  
13/02/2012



ANEXO II DA LEI Nº  
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO  
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA CIVIL - QPPC (2013)

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Investigador de Polícia	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
1ª CLASSE	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
2ª CLASSE	5.513,77	5.789,46	6.065,14	6.340,83	6.616,52	6.892,21	7.167,90	7.443,59	7.719,27	7.994,96	8.270,65
3ª CLASSE	5.058,50	5.311,43	5.564,35	5.817,28	6.070,20	6.323,13	6.576,05	6.828,98	7.081,90	7.334,83	7.587,75
4ª CLASSE	4.727,57	4.963,95	5.200,33	5.436,71	5.673,09	5.909,47	6.145,84	6.382,22	6.618,60	6.854,98	7.091,36
5ª CLASSE	4.502,45	4.727,57	4.952,70	5.177,82	5.402,94	5.628,06	5.853,19	6.078,31	6.303,43	6.528,55	6.753,68

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Escritão de Polícia	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
1ª CLASSE	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
2ª CLASSE	5.513,77	5.789,46	6.065,14	6.340,83	6.616,52	6.892,21	7.167,90	7.443,59	7.719,27	7.994,96	8.270,65
3ª CLASSE	5.058,50	5.311,43	5.564,35	5.817,28	6.070,20	6.323,13	6.576,05	6.828,98	7.081,90	7.334,83	7.587,75
4ª CLASSE	4.727,57	4.963,95	5.200,33	5.436,71	5.673,09	5.909,47	6.145,84	6.382,22	6.618,60	6.854,98	7.091,36

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Papiloscopista	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
1ª CLASSE	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
2ª CLASSE	5.513,77	5.789,46	6.065,14	6.340,83	6.616,52	6.892,21	7.167,90	7.443,59	7.719,27	7.994,96	8.270,65
3ª CLASSE	5.058,50	5.311,43	5.564,35	5.817,28	6.070,20	6.323,13	6.576,05	6.828,98	7.081,90	7.334,83	7.587,75
4ª CLASSE	4.727,57	4.963,95	5.200,33	5.436,71	5.673,09	5.909,47	6.145,84	6.382,22	6.618,60	6.854,98	7.091,36

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Agente em Operações Policiais	4.557,23	4.785,09	5.012,95	5.240,81	5.468,67	5.696,53	5.924,39	6.152,26	6.380,12	6.607,98	6.835,84
1ª CLASSE	4.557,23	4.785,09	5.012,95	5.240,81	5.468,67	5.696,53	5.924,39	6.152,26	6.380,12	6.607,98	6.835,84
2ª CLASSE	4.105,61	4.310,89	4.516,17	4.721,45	4.926,73	5.132,01	5.337,29	5.542,57	5.747,85	5.953,13	6.158,41
3ª CLASSE	3.766,61	3.954,94	4.143,28	4.331,61	4.519,94	4.708,27	4.896,60	5.084,93	5.273,26	5.461,59	5.649,92
4ª CLASSE	3.520,20	3.696,21	3.872,22	4.048,23	4.224,24	4.400,25	4.576,26	4.752,27	4.928,28	5.104,29	5.280,30

REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO											
CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Comissário de Polícia (em extinção)	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42
CLASSE ÚNICA	6.120,28	6.426,30	6.732,31	7.038,32	7.344,34	7.650,35	7.956,37	8.262,38	8.568,40	8.874,41	9.180,42

DL  
28/08

ANEXO III DA LEI Nº  
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO  
DELEGADOS

**QUADRO PRÓPRIO DA POLÍCIA CIVIL - DELEGADO**

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
1ª CLASSE	16.011,23	16.811,79	17.612,35	18.412,91	19.213,47	20.014,03	20.814,60	21.615,16
2ª CLASSE	15.248,79	16.011,23	16.773,67	17.536,11	18.298,55	19.060,98	19.823,42	20.585,86
3ª CLASSE	14.522,66	15.248,79	15.974,92	16.701,05	17.427,19	18.153,32	18.879,45	19.605,58
4ª CLASSE	13.831,10	14.522,66	15.214,21	15.905,77	16.597,32	17.288,88	17.980,43	18.671,99

DL  
Fls. 09  
9.

ANEXO IV DA LEI Nº  
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO  
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ



TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11

ANEXO V DA LEI Nº  
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO  
DELEGADO



TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 30 ANOS INCOMPLETOS	6
30 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	7
35 ANOS COMPLETOS	8

ANEXO VI DA LEI Nº  
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO  
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ



ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA NA CLASSE NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
1 ANUÊNIO	7
2 ANUÊNIOS	8
3 ANUÊNIOS	9
4 ANUÊNIOS	10
5 ANUÊNIOS	11

ANEXO VII DA LEI Nº  
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO  
DELEGADO

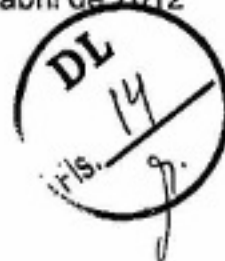
DL  
13  
15.  
97.

ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA NA CLASSE NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
6 QUINQUÊNIOS	7
7 QUINQUÊNIOS	8



**MENSAGEM N.º 15/12**

Curitiba, 16 de abril de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná, conforme determina o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O presente Anteprojeto de Lei é subdividido em cinco capítulos e possui sete anexos. O Capítulo I trata das disposições preliminares, fazendo referência aos Anexos I, II e III, que trazem as tabelas com os valores dos subsídios do Quadro Próprio da Polícia Civil (anexos I e II com valores previstos para 2012 e 2013) e dos Delegados (anexo III).

No Capítulo II estão relacionadas as verbas que continuam a ser pagas após a implantação do subsídio e no Capítulo III está prevista a estrutura remuneratória e forma de desenvolvimento na carreira. Para os policiais civis, o subsídio está estruturado em onze referências para cada classe, sendo a implantação prevista em dois momentos — no ano de 2012 e 2013. Para os delegados, o subsídio está estruturado em oito referências para cada classe.

O art. 5.º dispõe que o enquadramento dos policiais e delegados será realizado nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais de tempo de serviço, na forma das tabelas constantes dos Anexos VI e VII, pelas unidades administrativas competentes da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.459.538-1

15


**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

No art. 8.º estão relacionadas expressamente as verbas que estão compreendidas no subsídio e são por ele extintas a partir da implantação do novo regime remuneratório. O Capítulo IV trata da aplicação do sistema de subsídio aos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão, prevendo que o enquadramento nas tabelas de referências constantes na Lei será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Isto posto, certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2012

*[Signature]*  
**1º Secretário**

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012  
OF CEE/G 087/12

I – À DAP para leitura no expediente

II – A DL para providências.

Em, 25/04/2012

*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 15/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

*[Signature]*

CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012  
OF CEE/G 087/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 15/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/12**

**Projeto de Lei nº. 185/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 015/12**

**Súmula:** Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o §9º do art. 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL E DELEGADOS DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DETERMINA O §9º DO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13, 46, 47, 49, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 144 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o §9º do art. 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil, conforme o artigo 13, inciso XVI, da Constituição do Estado do Paraná, determina:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

Ademais, a Constituição Estadual determina que a Polícia Civil subordina-se ao Governador do Estado, bem como sua remuneração é fixada na forma disposta pelo § 4º do artigo 39 da Constituição Federal:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

Art. 47. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira, é instituição permanente e essencial à função da Segurança Pública, com incumbência de exercer as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.

§ 5º. A remuneração dos servidores policiais civis, passa a ser fixada na forma disposta pelo § 4º do artigo



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



39 da Constituição Federal em face do que dispõe o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido dispõe a Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
IV - polícias civis;

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (grifos nossos)

Com efeito, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre organização da Polícia Civil, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**













## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 09 MAIO 2012

*Ruy*  
1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.

*Ademar Traiano*  
Deputado Ademar Traiano  
Líder do Governo

Anotar-se e encaminhar-se  
Para Providências  
DL, 10/05/12

*Mauro Ribeiro Borges*  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 015/12 que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Sala das Comissões, 09/05/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIPIO ZUANETTI  
RELATOR







*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Segurança Pública*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 185/12**

De acordo com o que dispõe o art. 33-H do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 185/12, oriundo da Mensagem 015/12, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados de Polícia do Estado do Paraná.


A presente proposição dispõe sobre valores dos subsídios do Quadro Próprio da Polícia Civil e dos Delegados, relacionam as verbas que continuarão a serem recebidas, bem como dispõe sobre a estrutura remuneratória e forma de desenvolvimento da carreira.


Para os Policiais Civis o subsídio será estruturado em 11 (onze) referências com implantação em dois momentos: no exercício de 2012 e posteriormente em 2013. Já para os delegados haverá estruturação em 8 (oito) referências para cada classe. Acompanham o projeto tabelas de referência anexas com todos os níveis, tanto da Polícia Civil como de Delegados de Polícia.

Pelo exposto, não havendo óbices para a regular tramitação da proposição, esta Comissão manifesta-se **FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei 185/12 ora em análise.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.

  
Deputado Estadual  
Relator

  
Deputado Estadual  
Presidente

  
  
Gilberto  
Rubens

PROJETO DE LEI N.º 186/2012



**Súmula:** Dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal.

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O sistema remuneratório dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente Lei.

*Parágrafo único.* O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3.º da presente Lei.

Art. 2.º Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao perito e ao auxiliar de perícia ativo, aposentado, ou gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

§ 1.º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

§ 2.º A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

Art. 3.º O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I – gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da CE/89;

II – terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da CE/89;

III – diária, na forma da legislação em vigor;

IV – verba transitória decorrente de função privativa policial de direção, chefia ou assessoramento, a ser regulamentada por lei;

V – indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VI – indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VII – abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

VIII – diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1.º As verbas previstas nos incisos IV e VIII estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2.º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO

Art. 4.º O subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será estruturado em 11 (onze) referências para cada classe, na forma do Anexo I.

Art. 5.º O desenvolvimento na carreira dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será efetuado por meio dos institutos de promoção e progressão.

§ 1.º A promoção dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia para a classe imediatamente superior observará as normas contidas na Lei 14.678/05.

§ 2.º Quando da promoção, o perito oficial e o agente auxiliar de perícia ocuparão a nova classe na referência respectiva de seu tempo de serviço, conforme Anexo I.

§ 3.º Não haverá promoção de perito oficial e agente auxiliar de perícia aposentado ou gerador de pensão.

§ 4.º A progressão é a passagem de uma referência para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, concedida ao perito oficial e ao agente auxiliar de perícia que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

§ 5.º No momento em que o perito oficial e o auxiliar de perícia atingirem a referência de número 6 (seis) a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II.

§ 6.º Não haverá progressão de peritos oficiais e auxiliares de perícia aposentados e geradores de pensão.

Art. 6.º Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do perito oficial e do agente auxiliar de perícia ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo III.

*Parágrafo único.* O enquadramento do perito oficial e do agente auxiliar de perícia ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 7.º O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

*Parágrafo único.* A revisão geral anual de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

Art. 8.º O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 9.º Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I – salário-base;

II – gratificação adicional Emenda 19;

III – gratificação adicional por tempo de serviço;

IV – função gratificada;

V – gratificação de realização de trabalho relevante;

VI – ajuda de custos;

VII – gratificação tempo integral sobre remuneração;

VII – tempo integral e dedicação exclusiva;

VIII – gratificação de direção, chefia e assessoramento;

IX – adicional de insalubridade;

X – adicional de periculosidade;

XI – gratificação fixa cargo em comissão;

XII – gratificação de produtividade;

XIII – gratificação técnica;

XIV – serviço extraordinário;

XV – encargos especiais judicial;

XVI – revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no artigo 3.º.

*Parágrafo único.* Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

#### CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERÍCIA APOSENTADOS E GERADORES DE PENSÃO

Art. 10. Aplica-se aos peritos oficiais e aos auxiliares de perícia aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1.º O valor do subsídio dos peritos oficiais e dos auxiliares de perícia aposentados e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2.º O enquadramento do perito oficial e do auxiliar de perícia aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3.º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.



**CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº  
TABELA DE VALORES DO SUBSÍDIO  
PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERÍCIA  
QUADRO PRÓPRIO DA PERÍCIA OFICIAL - QPPO

CARGO	REFERÊNCIAS DE SUBSÍDIO										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PERITO OFICIAL - C I - R I	12.110,25	12.594,88	13.079,07	13.563,48	14.047,89	14.532,30	15.016,71	15.501,12	15.985,53	16.469,94	16.954,35
PERITO OFICIAL - C I - R II	11.588,76	12.052,31	12.515,86	12.979,41	13.442,96	13.906,51	14.370,06	14.833,61	15.297,16	15.760,71	16.224,26
PERITO OFICIAL - C I - R III	11.089,72	11.533,31	11.976,90	12.420,49	12.864,08	13.307,66	13.751,25	14.194,84	14.638,43	15.082,02	15.525,61
PERITO OFICIAL - C II - R I	10.462,00	10.880,48	11.298,96	11.717,44	12.135,92	12.554,40	12.972,88	13.391,36	13.809,84	14.228,32	14.646,80
PERITO OFICIAL - C II - R II	10.011,48	10.411,94	10.812,40	11.212,86	11.613,32	12.013,78	12.414,24	12.814,69	13.215,15	13.615,61	14.016,07
PERITO OFICIAL - C II - R III	9.580,36	9.963,57	10.346,79	10.730,00	11.113,22	11.496,43	11.879,65	12.262,86	12.646,08	13.029,29	13.412,50
PERITO OFICIAL - C III - R I	9.038,08	9.399,60	9.761,13	10.122,65	10.484,17	10.845,70	11.207,22	11.568,74	11.930,27	12.291,79	12.653,31
PERITO OFICIAL - C III - R II	8.648,88	8.994,84	9.340,79	9.686,75	10.032,70	10.378,66	10.724,61	11.070,57	11.416,52	11.762,48	12.108,43
PERITO OFICIAL - C III - R III	8.276,44	8.607,50	8.938,56	9.269,61	9.600,67	9.931,73	10.262,79	10.593,84	10.924,90	11.255,96	11.587,02
PERITO OFICIAL - C IV - R I	7.807,98	8.120,28	8.432,60	8.744,92	9.057,23	9.369,55	9.681,87	9.994,19	10.306,51	10.618,83	10.931,14
PERITO OFICIAL - C IV - R II	7.471,73	7.770,60	8.069,47	8.368,34	8.667,21	8.966,08	9.264,95	9.563,81	9.862,68	10.161,55	10.460,42
PERITO OFICIAL - C IV - R III	7.149,98	7.435,98	7.721,98	8.007,98	8.293,98	8.579,98	8.865,98	9.151,97	9.437,97	9.723,97	10.009,97
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C I - R I	4.134,98	4.300,39	4.465,79	4.631,19	4.796,59	4.961,99	5.127,39	5.292,79	5.458,19	5.623,59	5.788,99
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C I - R II	3.956,93	4.115,21	4.273,48	4.431,76	4.590,04	4.748,32	4.906,59	5.064,87	5.223,15	5.381,42	5.539,70
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C I - R III	3.786,54	3.938,00	4.089,46	4.240,92	4.392,39	4.543,85	4.695,31	4.846,77	4.998,23	5.149,69	5.301,16
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C II - R I	3.572,21	3.715,10	3.857,99	4.000,88	4.143,76	4.286,65	4.429,54	4.572,43	4.715,32	4.858,21	5.001,09
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C II - R II	3.418,38	3.555,12	3.691,85	3.828,59	3.965,32	4.102,06	4.238,79	4.375,53	4.512,26	4.649,00	4.785,73
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C II - R III	3.271,18	3.402,03	3.532,87	3.663,72	3.794,57	3.925,42	4.056,26	4.187,11	4.317,96	4.448,80	4.579,65
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C III - R I	3.086,02	3.209,46	3.332,90	3.456,34	3.579,78	3.703,22	3.826,66	3.950,11	4.073,55	4.196,99	4.320,43
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C III - R II	2.953,13	3.071,26	3.189,38	3.307,51	3.425,63	3.543,76	3.661,88	3.780,01	3.898,13	4.016,26	4.134,38
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C III - R III	2.825,96	2.939,00	3.052,04	3.165,08	3.278,11	3.391,15	3.504,19	3.617,23	3.730,27	3.843,31	3.956,34
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C IV - R I	2.686,00	2.772,64	2.879,28	2.985,92	3.092,56	3.199,20	3.305,84	3.412,48	3.519,12	3.625,76	3.732,40
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C IV - R II	2.551,20	2.653,25	2.755,30	2.857,34	2.959,39	3.061,44	3.163,49	3.265,54	3.367,58	3.469,63	3.571,68
AG. AUX. DA PERÍCIA OFICIAL - C IV - R III	2.441,34	2.538,99	2.636,65	2.734,30	2.831,95	2.929,61	3.027,26	3.124,92	3.222,57	3.320,22	3.417,88



ANEXO II DA LEI Nº  
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - PROGRESSÃO  
PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERICIA



TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	1
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11

ANEXO III DA LEI Nº  
ENQUADRAMENTO DE SUBSÍDIO  
PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERICIA



ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO	REFERÊNCIA NA CLASSE NA TABELA DE SUBSÍDIO
0 QUINQUÊNIO	1
1 QUINQUÊNIO	2
2 QUINQUÊNIOS	3
3 QUINQUÊNIOS	4
4 QUINQUÊNIOS	5
5 QUINQUÊNIOS	6
1 ANUÊNIO	7
2 ANUÊNIOS	8
3 ANUÊNIOS	9
4 ANUÊNIOS	10
5 ANUÊNIOS	11

**MENSAGEM N.º 16/12**

Curitiba, 16 de abril de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o parágrafo 9.º do artigo 144 da Constituição Federal.

O presente Anteprojeto de Lei é subdividido em cinco capítulos e possui três anexos. O Capítulo I trata das disposições preliminares, dispondo que o sistema remuneratório dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia é estabelecido por meio de subsídio, conforme Anexo I do Anteprojeto. O Anteprojeto também estabelece que o subsídio será fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória, salvo as previstas no art. 30.

O artigo 3.º enumera as verbas que continuam a ser pagas com o subsídio, esclarecendo que as mesmas não serão incorporadas aos proventos de aposentadoria e pensão. O Capítulo III trata da estrutura remuneratória da carreira, dispondo que o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será estruturado em onze referências para cada classe, conforme Anexo I. Prevê ainda os institutos de desenvolvimento na carreira e a forma de enquadramento nas respectivas referências de subsídio, na forma do Anexo III do Anteprojeto.

No artigo 8.º também estão relacionadas as verbas que estão compreendidas pelo subsídio e serão por ele extintas a partir da implantação do novo regime remuneratório, esclarecendo-se que não poderá ser concedida a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas ora extintas. A previsão expressa na lei com relação a estas verbas é extremamente salutar para o fim de assegurar a natureza de parcela única do subsídio, conforme previsto no art. 37, incisos X e XI da Constituição Federal, evitando dúvidas acerca da manutenção do pagamento dessas verbas, uma vez que não há direito adquirido a regime remuneratório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

lilph/Protocolo n.º 11.459.538-1

O Capítulo IV trata da aplicação do subsídio aos aposentados e pensionistas, estabelecendo também que o enquadramento dos mesmos será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, conforme a tabela constante no Anexo I do Anteprojeto.

Ante o exposto, certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado







**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 25 ABR. 2012  
*hau*  
**1º Secretário**

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012  
OF CEE/G 088/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 25/04/2012

*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 16/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9.º do artigo 144 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

*[Signature]*  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Anexo

15:57 25/04/2012 0824-4 OF. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

2448



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/12**

**Projeto de Lei nº. 186/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 016/12**

**Súmula:** Dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal.

**EMENTA:** SUBSÍDIO DOS PERITOS OFICIAIS E DOS AGENTES AUXILIARES DE PERÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 61 DA CF. ART. 65 E 66 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo dispor sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com relação ao tema ora proposto, vale destacar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina em seu art. 61, § 1º, II, c, que a iniciativa de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos é de competência do Chefe do Poder Executivo, conforme segue:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (grifo nosso)

Inclusive, no mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 66, inciso I, que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (grifo nosso)

Ainda, para respaldar ainda mais este posicionamento, merece destaque a seguinte decisão: ADI 4154/MT do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL QUE DISPÕE SOBRE REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO. PROJETO ORIGINADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO RECONHECIDO. VIOLAÇÃO À RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. EXISTÊNCIA, TAMBÉM, DE VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL LIMITE ÚNICO. SUBSÍDIOS DE PARLAMENTAR LIMITADO AO DOS DESEMBARGADORES. VINCULAÇÃO DE ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. I - A iniciativa de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores públicos é reservada ao Chefe do Poder Executivo local por força do artigo 61, § 1º, II, c, da Constituição Federal. II - Não se aplica o limite único fixado no § 12, do art. 37, da Constituição Federal, aos subsídios dos Deputados Estaduais e



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Distritais e dos Vereadores conforme estabelece esse mesmo dispositivo. A lei local impugnada não faz a referida ressalva. III - É vedada a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, nos termos do art. 37, XIII, da Constituição Federal. IV - Ação direta julgada procedente para declarar a Inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 54, de 26 de agosto de 2008, que modificou o art. 145, §§ 2º e 4º, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei complementar não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o reajuste não importará em aumento de despesa para o Governo, visto que ele se dá tão somente para os trabalhadores elencados no anexo do projeto de lei ora em tela.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.





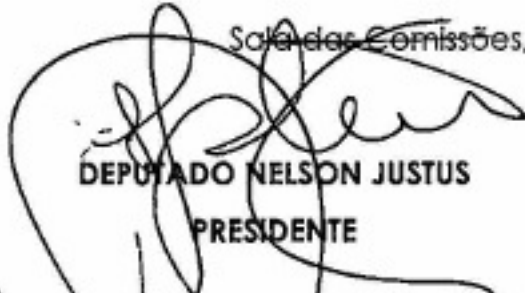
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**





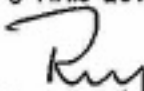



## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.


Em, 09 MAIO 2012

  
1º Secretário


Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.

  
Deputado Ademar Traiano  
Líder do Governo

Anotar-se e encaminhar-se  
Para Providências  
DL 10/05/12

  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 016/12 que dispõe sobre o subsídio dos Peritos Oficiais e dos Agentes Auxiliares de Perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Desta forma, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

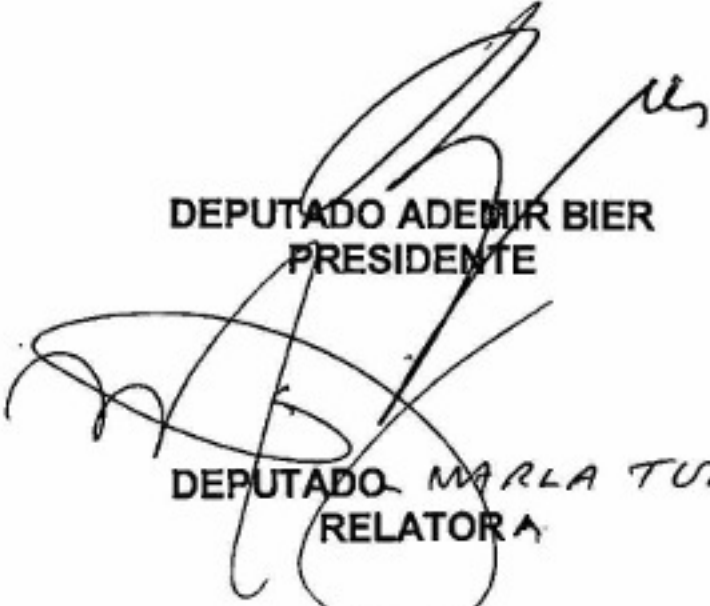
É o parecer.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Sala das Comissões, 09/05/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO MARLA TUPECK  
RELATORA



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Segurança Pública*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 186/12**

De acordo com o que determina o art. 33-H do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 186/12, oriundo da Mensagem 016/12, que dispõe sobre subsídios dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9º, do artigo 144, da Constituição Federal.

O projeto objetiva estabelecer que o sistema remuneratório dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia passa a ser estabelecido por meio de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer adicional (gratificação, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória), exceto as previstas no art. 3º da Lei.

Ademais, traz a estrutura remuneratória da carreira, dividida em onze referências para cada classe, conforme Anexos I e II.

Diante do exposto, considerando não haver óbices para a regular tramitação da proposição e tendo em vista as atribuições desta Comissão, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 186/12, ora em análise.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.

Deputado Estadual  
Relator

Deputado Estadual  
Presidente

*[Signature]*

*[Signature]*  
Gilberto  
Pereira

**PROJETO DE LEI N.º 187 /2012**

**Súmula:** Estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º Fica criada a Função Privativa-Policial – FPP para exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil, e Científica, na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 2.º A Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3.º O número de funções privativas-policiais existentes na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica é o constante nos Anexos II, III e IV, respectivamente.

**CAPÍTULO II  
DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXERCÍCIO**

Art. 4.º A Função Privativa-Policial é atribuída exclusivamente ao policial militar, civil, delegado, perito oficial e auxiliar de perícia e deve recair, preferencialmente, em militares e servidores civis estáveis com habilitação profissional correspondente.

§ 1.º A Função Privativa-Policial é concedida por indicação do Titular do Órgão, exceto em relação à FPP1, que é privativa de nomeação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º O ato concessivo da Função Privativa-Policial deve se dar por meio de nomeação publicada no Diário Oficial do Estado, que contenha o nome completo do servidor, número de identidade, código ou simbologia da função, denominação da função e descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

**CAPÍTULO III  
DA REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL**

Art. 5.º A remuneração da Função Privativa-Policial será efetuada por meio de verba transitória, em valor único, conforme Anexo I da presente Lei.



Parágrafo único. A Função Privativa-Policial em substituição será remunerada nas hipóteses de férias, licença maternidade, especial, acidente de trabalho e para tratamento de saúde própria ou em pessoa da família, que impliquem em período de afastamento superior a 15 (quinze) dias.

Art. 6.º A percepção da verba transitória decorrente da Função Privativa-Policial é compatível com as seguintes verbas:

- I – subsídio;
- II – gratificação natalina;
- III – adicional de férias;
- IV – diária;
- V – indenização por morte e acidentes pessoais;
- VI – parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da Polícia;
- VII – indenização por remoção;
- VIII – ressarcimento por funeral;
- IX – abono de permanência;
- X – diferença de subsídio.

Parágrafo único. A parcela transitória decorrente da Função Privativa-Policial será incluída no cálculo das férias e gratificação natalina.

Art. 7.º Não incidirá contribuição previdenciária sobre a parcela transitória.

Art. 8.º A parcela transitória não pode servir de base de cálculo para quaisquer outras verbas remuneratórias, não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargo em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada, em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9.º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos desta Lei.

Art. 10. A quantidade de Funções Privativas-Policiais na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica poderá ser revista por ato do Chefe do Poder Executivo, após análise da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 11. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Comando-Geral da Polícia Militar, Delegado-Geral da Polícia Civil ou do Diretor-Geral da Polícia Científica, após análise das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda quanto aos assuntos referentes a cada uma das Pastas.

Art. 12. O Poder Executivo autorizará e readequará, se necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no *caput* deste artigo fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou abertura de créditos adicionais, na forma da Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

## ANEXO I DA LEI Nº

FUNÇÃO POLICIAL PRIVATIVA – FPP



SIMBOLOGIA

FUNÇÃO

VALOR DA VERBA TRANSITÓRIA

FPP 1	COMANDANTE-GERAL DA PMPR, DELEGADO GERAL, DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	R\$ 5.000,00
FPP 2	SUBCOMANDANTE-GERAL DA PMPR, DELEGADO-GERAL ADJUNTO, DIRETOR DO IML, DIRETOR DA CRIMINALÍSTICA, COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS	R\$ 4.500,00
FPP3	CHEFE DO ESTADO MAIOR DA PMPR, CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL	R\$ 4.000,00
FPP4	CORREGEDOR-GERAL DA PMPR, COMANDANTE REGIONAL, CHEFE DO ESTADO MAIOR DO CORPO DE BOMBEIROS, DIRETOR, CHEFE DE DIVISÃO	R\$ 3.500,00
FPP5	ASSESSOR	R\$ 3.000,00

ANEXO II DA LEI Nº  
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ - PMPR

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	COMANDANTE GERAL	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP2	SUBCOMANDANTE GERAL	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP2	COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP3	CHEFE DO ESTADO MAIOR	DIREÇÃO	COMANDO GERAL	1
FPP4	CORREGEDOR GERAL DA PMPR	DIREÇÃO	CORREGEDORIA-GERAL	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE PESSOAL	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA FINANCEIRA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE SAÚDE	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	DIRETORIA DE INFORMÁTICA E QUALIDADE	1
FPP4	CHEFE DO ESTADO MAIOR DO CORPO DE BOMBEIROS	CHEFIA	COMANDO GERAL	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	1º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	2º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	3º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	4º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	5º CRPM	1
FPP4	COMANDANTE REGIONAL	CHEFIA	6º CRPM	1
FPP5	ASSESSORIA	ASSESSORAMENTO	COMANDO GERAL	6
TOTAL				18

Q

O

ANEXO III DA LEI Nº  
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	DELEGADO-GERAL	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP2	DELEGADO-GERAL ADJUNTO	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP3	CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL	DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	COORDENADOR	CHEFIA	COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA	1
FPP4	DIRETOR	DIREÇÃO	ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR FINANCEIRO	1
FPP4	CHEFE	CHEFIA	GRUPO AUXILIAR DE PLANEJAMENTO	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DIE - DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	AIPC - AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPE - DIVISÃO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPCAP - DIVISÃO POLICIAL DA CAPITAL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DCCP - DIVISÃO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPI - DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DPMETRO - DIVISÃO DE POLÍCIA METROPOLITANA	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DIC - DIVISÃO DE INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	DENARC - DIVISÃO ESTADUAL DE NARCÓTIÇOS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	TIGRE - TÁTICO INTEGRADO DE GRUPOS DE REPRESSÃO ESPECIAL	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	COPE - CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	1
FPP4	CHEFE DE DIVISÃO	CHEFIA	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ	1
FPP5	ASSESSOR	ASSESSORAMENTO	SECRETARIA EXECUTIVA	1
FPP5	ASSESSOR	ASSESSORAMENTO	ASSESSORIA	6
TOTAL				27

DL  
Fls. 07  
4

ANEXO IV DA LEI Nº  
QUANTIDADE DE FUNÇÕES POLICIAIS PRIVATIVAS DE CONFIANÇA  
POLÍCIA CIENTÍFICA

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL DE ALOCAÇÃO	QUANTIDADE
FPP1	DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	DIREÇÃO	DIREÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	1
FPP2	DIRETOR DO IML	DIREÇÃO	INSTITUTO MÉDICO LEGAL	1
FPP2	DIRETOR DA CRIMINALÍSTICA	DIREÇÃO	INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	1
TOTAL				3





**MENSAGEM N.º 17/12**

Curitiba, 16 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná, a partir do momento da implantação do regime de subsídio para essas carreiras.

O presente Anteprojeto cria a Função Privativa-Policial – FPP para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica.

O artigo 2.º estabelece que a "Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento".

A remuneração da FPP será efetuada por verba transitória em valor único, conforme previsto no Anexo I do Anteprojeto de Lei. No art. 6.º estão expressamente relacionadas as verbas com as quais é compatível o pagamento da FPP, sendo prevista a sua inclusão para o cálculo de férias e gratificação natalina.

Nos artigos 7.º e 8.º está previsto que o valor correspondente à FPP não poderá ser base de cálculo para contribuição previdenciária, bem como para quaisquer outras verbas de natureza remuneratória. Dispõe ainda que a referida verba também não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargos em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
lhph/Protocolo n.º 11.459.538-1

Por fim, cumpre informar que a presente proposta contém todas as cautelas necessárias para a implantação adequada do instituto criado, estabelecendo claramente quais as hipóteses de sua concessão, sua natureza transitória e não incorporável às aposentadorias e pensões e sua compatibilidade com o pagamento das demais verbas previstas em lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012  
OF CEE/G 089/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 25 ABR. 2012  
*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À D.L. para providências.  
Em, 25/04/2012  
*[Assinatura]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 17/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio Iguaçu – Curitiba, 16 de abril de 2012  
OF CEE/G 089/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 17/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 187/2012.**

Projeto de Lei nº 187/2012.

Autor: Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 17/2012.

Súmula: Estabelece a função privativa-policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

EMENTA: ESTABELECE A FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL. POLICIA MILITAR. CORPO DE BOMBEIROS. POLICIA CIVIL. POLICIA CIENTÍFICA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. 65, 66 e 87 DA CE. ART. 61 CF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa criar a Função Privativo-Policial – FPP para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica.

**FUNDAMENTAÇÃO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.** (grifo nosso)

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Primeiramente temos a organização do quadro polícia no Estado do Paraná, conforme art. 46 da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:  
(Redação dada pela Emenda Constitucional 10 de 16/10/2001) (vide ADIN 2616-0) (vide ADIN 2575-9)

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.  
(Incluído pela Emenda Constitucional 10 de 16/10/2001)

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.  
(Revogado pela Emenda Constitucional 7 de



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



24/04/2000 (Revigorado pela Emenda Constitucional  
10 de 16/10/2001)

No que tange aos funcionários do Poder Executivo, especialmente das Polícias acima citado, a competência para versar sobre a administração dos mesmos, está elencada na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 66, que determina que é **competência exclusiva do Governador do Estado do Paraná**, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (Grifo Nosso).

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:  
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



(...)

O projeto ora em análise, também esbarra na **CONSTITUÇÃO FEDERAL** ao infringir o **art. 61, § 1º, II, c, que, de forma análoga**, preceitua:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

O Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**



## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 09 MAIO 2012

*Ruy*  
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 184/2012, 185/2012, 186/2012 e 187/2012.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.

*Ademar Traiano*  
Deputado Ademar Traiano  
Líder do Governo

Anotar-se e encaminhar-se  
Para Providências  
DL 10 104 12

*Mauro Ribeiro Borges*  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 187/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 017/12, que estabelece a função privativa-Policial-FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Desta forma, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

De igual modo constata-se que o autor na sua justificativa esclarece que, se for necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 09/05/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO MARLA TURECK  
RELATORA





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Segurança Pública*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 187/12**

De acordo com o que dispõe o art. 33-H, do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Segurança Pública vem se manifestar sobre o Projeto de Lei 187/12, proveniente da Mensagem Governamental 017/12, que estabelece a função privativa-policial - FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

O objetivo do projeto é criar a Função Privativa-Policial – FPP para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Polícia Civil e Científica.

Cabe salientar que a remuneração será efetuada por verba transitória em valor único, conforme previsto no Anexo I do Projeto.


Por fim, cumpre informar que a presente proposta contém todas as cautelas necessárias para a implantação adequada do instituto criado, estabelecendo claramente quais as hipóteses de sua concessão, sua natureza transitória e não incorporável às aposentadorias e pensões, bem como sua compatibilidade com o pagamento das demais verbas previstas em lei.

Sendo assim, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 187/12, por não haver óbices para a sua regular tramitação.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2012.

  
Deputado Estadual  
Relator

  
Deputado Estadual  
Presidente

  
Elói

  
Gilberto  
Ribeiro



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI N.º 188/2012**

Súmula: Autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

**Art. 1.º** Fica autorizada a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, estando convalidada a autorização decorrente do que dispõe o art. 209 da Constituição do Estado do Paraná.

**Art. 2.º** A presente autorização não exime a possibilidade de responsabilização diante da ausência da autorização convalidada no art. 1.º desta Lei.

**Art. 3.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 23/12

Curitiba, 24 de abril de 2012

Senhor Presidente,

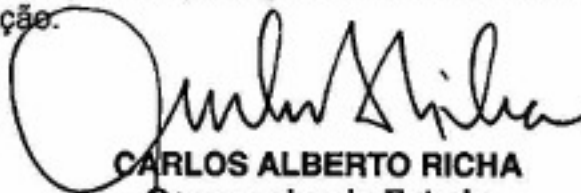
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

Trata-se da autorização para a operação da Usina e das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora, atuando como produtor independente de energia elétrica, com conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Copel Geração S.A., atualmente denominada Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., amparadas pela Lei Estadual n.º 14.896/2005, constituíram o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS para participar do leilão de energia aberto pelo Edital n.º 004/2006 – Aneel, de 21.09.2006, do qual foram vencedoras, tendo-lhes sido outorgada concessão através do Decreto Presidencial publicado no D.O.U. de 29.06.2007, conforme o Contrato de Concessão n.º 001/2007-MME-UHE Mauá, de 03.07.2007.

Insta salientar que a presente autorização não exime a possibilidade de responsabilização diante da ausência da autorização convalidada no Anteprojeto de Lei ora proposto.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2012

**1º Secretário**

Palácio Iguaçu – Curitiba, 24 de abril de 2012  
OF CEE/G 103/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 25/04/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 23, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio Iguaçu – Curitiba, 24 de abril de 2012  
OF CEE/G 103/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 23, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ


### REQUERIMENTO



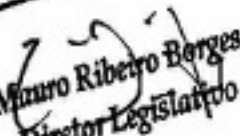
Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 188/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 023/12.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 188/12, oriundo da Mensagem nº 023/12.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2012.

  
Deputado **Ademair Traiano**  
Líder do Governo

Anote-se, junto-se a Proposição de  
referência  
DL. 10/05/2012

  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 188/12**

**Projeto de Lei nº 188/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 23/12**

**Súmula:** Autoriza a operação da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no Rio Tibagi, nos Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Estado do Paraná.

**EMENTA:** AUTORIZA A OPERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DENOMINADA UHE MAUÁ, LOCALIZADA NO RIO TIBAGI, NOS MUNICÍPIOS DE TELÊMACO BORBA E ORTIGUEIRA, NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 10º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa autorizar a operação da Usina Hidrelétrica denominada na UHE Mauá, localizada no Rio Tibagi, nos Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Estado do Paraná.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**Concedido vista.**  
Em 08/05/12  
Cesar Telêmaco  
CCU



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno, observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Entende-se por **Usina Hidrelétrica de Energia - UHE** - toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km<sup>2</sup> (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

c. UHE - Usina Hidrelétrica de Energia - é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km<sup>2</sup> (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL.

Além disso, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Usina Hidrelétrica de Energia - UHE necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

Art. 10º Empreendimentos caracterizados como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH, com potência instalada acima de 10 MW, e como USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA - UHE, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

**II LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI**

a) Cadastro de Obras Diversas - COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;

c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico / Estudo de Viabilidade do Empreendimento;

d) Projeto Básico Ambiental - PBA;

e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;

g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

**Art. 209.** Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

*vice-presidente*

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE *Ausente*

DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR





ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 020/12.

OF/CTL/CC nº 1090/2012

Curitiba, 17 de abril de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 ABR. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 18/04/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 028/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 248/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 248/2011, de iniciativa parlamentar, tem por escopo determinar a disponibilização de espaço físico para instalação de postos de atendimento do PROCON/PR - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, nos portos e aeroportos, shopping centers, bem como em empreendimentos de grande porte.

A proposição objetiva, pois, instituir medida legislativa de caráter protetivo dos interesses dos consumidores.

Passemos à análise da matéria sob o prisma jurídico-constitucional. Do ângulo estritamente formal, poder-se-ia dizer que, em princípio, é dado ao Estado tratar de matéria relacionada a relações de consumo, podendo discipliná-la na via da legislação concorrente, com base no disposto no art. 24, V, da Constituição da República, cujos termos são os seguintes:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo".

Todavia, um exame mais detido da matéria nos conduz à identificação de óbices de ordem jurídico-constitucional à sua aprovação. De fato, apesar de louvável o fim que move o autor da proposição, qual seja tornar mais efetiva a proteção dos direitos do consumidor, o meio escolhido para o alcance desse desiderato se mostra impróprio e juridicamente inviável, conforme buscaremos demonstrar.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. nº 11.420.706-3

13144 23/04/2012 08:22:53 DP RECEBIDA LEGISLATIVA DO PARANÁ



O PROCON/PR – Coordenadoria Estadual de Defesa do Consumidor constitui-se em um órgão do Poder Executivo, subordinado a estrutura programática da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. Foi criado através do Decreto nº 609, de 23 de julho de 1991, apesar de já estar funcionando a partir de março daquele ano.

A Constituição do Estado, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legiferante é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.** (Grifo nosso)

Assim, da simples leitura do art. 66, II da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar sobre aos órgãos do Poder Executivo é do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor sobre os órgãos do Poder Executivo, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra "O Espírito das Leis" e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

**Art. 2º** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, hodiernamente, podemos afirmar que a doutrina da separação dos poderes traduz-se em fórmula de organização da estrutura política do Estado, mediante a qual as funções de governo são atribuídas a órgãos autônomos, porém de modo não exclusivo, de sorte que é assegurado um mútuo controle e um funcionamento harmonioso, tendente à realização da vontade geral, sempre respeitada a autonomia de cada um dos Poderes.

Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder Executivo, o membro da Assembleia Legislativa incide no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.

Inconstitucionalidade Formal Subjetiva diz respeito à fase introdutória do processo legislativo, em que é desencadeado, por meio da



iniciativa, o procedimento de elaboração das espécies normativas. Qualquer espécie normativa elaborada a partir de iniciativa viciada, isto é, a partir de projeto de lei apresentado por quem não tenha competência, padecerá de inconstitucionalidade formal.

Assim, a presente proposta de lei incorre em inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal propositura que, como acima citado, é de competência do Poder Executivo.

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal Federal:

**EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida. (ADI 2646 MC / SP - SÃO PAULO MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal Pleno ). (Grifo nosso)**

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício. Corrobora deste entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)

Por fim, ainda que se fizesse abstração da grave inconstitucionalidade apontada, outro vício de ordem jurídico-constitucional restaria a inviabilizar a proposição, qual seja o fato de esta impor a uma parcela da sociedade – no caso, os empreendedores comerciais dos "shopping centers" – um ônus específico, consubstanciado na cessão de espaço físico, para a implantação de um serviço público de natureza essencial. Configura-se, nesse caso, uma ingerência indevida do Estado na esfera da iniciativa privada.



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Assim, diante do sobejamente demonstrado, tem-se que a proposição em comento é inconstitucional.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO



**Projeto de Lei nº 248/11**  
**(Autoria do Deputado Dr. Batista)**

Determina a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON/PR, nos locais que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** É obrigatória a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON/PR – Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, nos seguintes locais:

I – portos e aeroportos;

II – *shopping centers*;

III – centros e empreendimentos comerciais que possuam acima de 65 (sessenta e cinco) lojas;

IV – supermercados de grande porte, assim definidos aqueles que tenham mais do que 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados) de área construída.

§ 1º O espaço para instalação do posto fixo de atendimento do PROCON/PR poderá ser oferecido através de quiosque, desde que haja condições adequadas para atendimento ao público.

§ 2º A disponibilização deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta Lei, sob pena de multa prevista no art. 3º.

**Art. 2º** Os postos de atendimento ao consumidor atenderão apenas conflitos e questionamentos oriundos de relações de consumo ocorridas no local onde estiverem instalados, condição que deverá ser comprovada pelo consumidor com a apresentação da nota fiscal ou documento semelhante que ateste a compra de bens ou contratação de serviço.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, cabendo-lhe a disciplina das regras de implantação e as dimensões do espaço destinadas aos postos de atendimento, de acordo com a demanda específica de cada local, bem como a previsão de penalidades aos proprietários ou empreendedores dos estabelecimentos que descumprirem as determinações desta Lei.

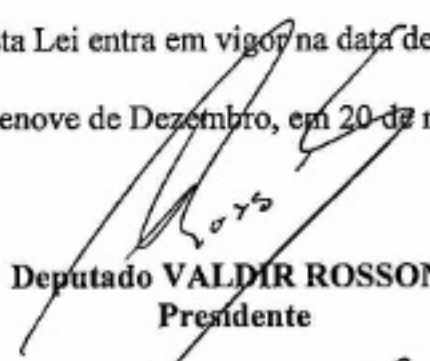


Projeto de Lei nº 248/11

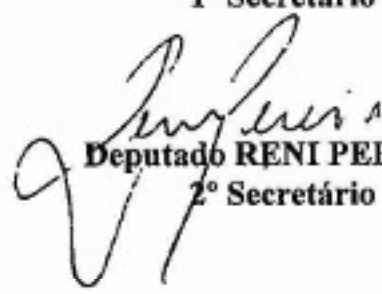
**Art. 4º** As despesas necessárias à execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 20 de março de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 020/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 020/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1090/12**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei n.º. 248/11, de autoria do Deputado Dr. Batista, que determina a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do Procon/PR, nos locais que especifica.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

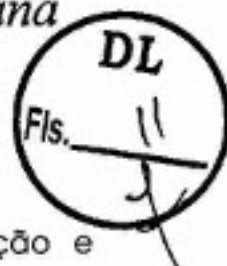
**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 248/11, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva dispor sobre a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do Procon/PR em locais que especifica.

**FUNDAMENTAÇÃO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

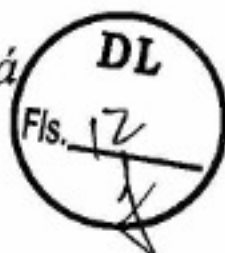
**Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 248/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **28 de março de 2012**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual têm que a proposição de veto nº 020/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **17 de abril de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*





Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal (15 dias úteis).

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 08 de Maio de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO - VETO N° 024/12.

OF/CTL/CC n° 1089/2012

Curitiba, 17 de abril de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 ABR. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - A DL para providências.

Em, 18/04/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 024/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 379/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei n° 379/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo determinar a aplicação prática do conteúdo do § 5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo o Estado do Paraná.

O mencionado Projeto de Lei determina a obrigatoriedade, em todo o Estado do Paraná, da discriminação na nota fiscal emitida para documentar operações com mercadorias ou prestações de serviço, dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços, abrangendo informações sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, o IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados e o ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, excluindo dessa obrigatoriedade a indicação dos tributos que não incidam na operação ou que não tenham impacto sobre o preço das mercadorias ou serviços.

Determina a proposição que caberá à Secretaria de Estado da Fazenda a fiscalização do cumprimento da Lei e que o descumprimento das suas determinações acarretará a aplicação de multa em valor a ser especificado, não inferior a cinco salários mínimos regionais.

Justifica a proposição a necessidade de regulamentar dispositivo da Constituição Federal que determina que "a Lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre as mercadorias e serviços".

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.n° 11.471.342-2



Assim, por meio da inserção na nota fiscal relativa a cada produto ou serviço, tornar-se-ia transparente aos contribuintes o valor dos impostos cobrados.

Importante destacar, que a matéria (regulamentação do § 5º do art. 150 da CF) tem sido objeto de proposições de leis federais. O art. 150 § 5º vem assim redigido na nossa Carta Magna: "Art. 150 (...) § 5º A Lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços."

Nesta toada, o PLS n. 174/2006, de autoria do Senador RENAN CALHEIROS (iniciado no Senado Federal), dispõe de igual matéria. Tal projeto, na Câmara dos Deputados se transformou no PROJETO DE LEI No 1.472, DE 2007 (Aposos os Projetos de Lei nº 3.488, de 1997, 2.544, de 2000; 4.033 e 4.684, de 2004; 4.854, 5.749, 6.013 e 6.057, de 2005; 6.730, 6.732, 7.242, 7.421 e 7.454, de 2006; 338 e 693, de 2007) e continua em tramitação. Nas duas casas, recebeu parecer favorável. Nestes projetos, além da redação similar à proposição estadual, há a alteração de algumas disposições do CDC (Código de Defesa do Consumidor).

Na premissa do texto base, surge o projeto de lei estadual, que visa, conforme justificativa apresentada, dar também uma regulamentação ao § 5º do art. 150 da CF, trazendo transparência aos consumidores, ao exigir, na emissão das notas fiscais de prestação de serviços e aquisição de mercadorias, a demonstração dos valores dos tributos incidentes sobre estas grandezas tributárias.

Nenhum problema em o Estado legislar em paralelo à União, haja vista que a matéria referente ao consumo é matéria de legislação concorrente, nos termos do art. 24, VI da Constituição Federal.

Dispondo o projeto apenas e especificamente sobre consumo, criando direitos e obrigações tão somente na relação estabelecimentos fornecedores ou prestadores x consumidores, e órgãos de proteção e defesa do consumidor, o projeto seria constitucional em sua íntegra.

Esta dinâmica estaria presente, contivesse o Projeto apenas a redação dos arts. 1º, art. 2º caput e §§ 1º e 2º e art. 4º.

Entretanto, o nobre Deputado inovou em relação ao projeto federal, introduzindo a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, na relação entre estabelecimentos x consumidores, criando-lhe direitos e obrigações, numa relação em que não poderia figurar, já que a intenção do projeto não é adentrar na seara tributária.

A matéria espinhosa, se encontra no art. 3º, caput e parágrafo único do projeto de Lei, a seguir:

"Art. 3º Caberá à Secretaria Estadual da Fazenda fiscalizar o cumprimento desta Lei.





Parágrafo único. O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator a aplicação de multa em valores a serem especificados pelo agente fiscalizador, não podendo ser inferior a 5 (cinco) salários mínimos."

Aqui, o projeto transpassa de sua natureza (material) de consumo, para a matéria de natureza tributária.

Embora ambas as matérias, no quesito iniciativa de lei, encontram um denominador comum - o art. 24 da Constituição Federal, que trata da competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre I — direito tributário (..) ou V — produção e consumo, há especificidades constitucionais (federal e estadual) que não permitem essa espécie de inserção quando o assunto é tributo e seus consectários.

Da leitura do dispositivo, de se extrair — embora o projeto não tivesse essa intenção — **que se criou uma nova obrigação acessória, de natureza tributária**, no Estado do Paraná. Tanto é que, os estabelecimentos que descumprirem a obrigação de destacarem os tributos elencados na norma, nas suas notas fiscais, sofrerão fiscalização e penalização pelo órgão tributário/fiscalizatório do Estado — a Secretaria da Fazenda.

Em se mantendo essa perspectiva, não se está mais falando de relação de consumo, mas uma relação entre FISCO X ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS.

De se ver que o projeto não tinha a intenção de criar uma obrigação acessória de natureza tributária, mas mantida a redação do atual art. 3º, a inconstitucionalidade formal do projeto, ante este dispositivo, resta evidente. O art. 146 da Constituição Federal elenca algumas matérias tributárias que somente poderão ter sua regulamentação por lei complementar. É o caso do inciso III, b:

"Art. 146 Cabe à lei complementar: (...)

III - Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;"

Ainda, em face deste mesmo Sistema Tributário Constitucional, cada ente federativo, possui competência própria para instituição de seus tributos e aspectos a eles relacionados. Em respeito ao princípio da legalidade, cada pessoa jurídica apenas pode fazer aquilo que lhe está autorizado por lei.





Decorrencia disso, nenhum dos entes federados (Estados, Distrito Federal e Municípios) pode legislar acerca dos tributos de competência dos demais.

Como conclusão, a se entender que o projeto de lei estaria dispondo sobre matéria tributária, restaria fulminada pela inconstitucionalidade formal em dois momentos. A um, porque a criação de obrigação acessória acerca dos tributos IPI (pertencente à União) e ISS (pertencente ao Município) invadiria a esfera da competência constitucional disposta para estes entes, nos arts. 153 e 156 da Constituição Federal.

Num segundo momento, quando matéria reservada à lei complementar viria veiculada por lei ordinária, ex vi do art. 146, III, b — legislar sobre obrigação tributária.

Não fosse apenas pelo aspecto tributário em si, outra inconstitucionalidade se sobressai nas disposições do art. 3º e seu parágrafo único.

Como se expôs anteriormente, tais dispositivos determinam que a Secretaria da Fazenda fará a fiscalização da obrigação contida no projeto, bem como caberá a ela a aplicação de multa. Com isto, o projeto adentra em matéria de competência privativa do Governador do Estado.

Determina o art. 66, IV da Constituição Estadual que:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."

Se o projeto tem por finalidade regular as relações DE CONSUMO, esta relação reclama unicamente a fiscalização e penalização pelo ÓRGÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR — aqui no Paraná, o PROCON. Atente-se ainda ao fato de que a despeito da inexistência de indicação correta do órgão de fiscalização, o projeto de lei deixa de indicar a destinação dos valores das multas.

Se a norma pretende a proteção do consumidor, deve prever corretamente a fiscalização e penalização pelos PROCONS, que exercerão essa atribuição, observando o processo administrativo previsto no Decreto federal n. 2181/97. Ainda, os valores das multas devem ser destinados ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON, criado pela Lei estadual n. 14975/2005. Tais valores devem estar consentâneos com os índices e indexadores fixados pelo Código de Defesa do Consumidor, não sendo aconselhável a utilização do salário mínimo (mesmo que regional) para mensuração do ato ilegal.



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

DL

Fis. 6

Diante de todo o exposto, veto o artigo 3º, caput e o seu parágrafo único, do Projeto de Lei 379/11, posto que inconstitucionais, por disporem sobre matéria reservada à lei complementar (art. 146, III, b da CF) e criarem obrigações tributárias de competência de outros entes da federação (art. 153 e 156 da CF). Ainda, por tratarem de matéria de iniciativa de lei privativa do Governador do Estado (art. 66, IV da Constituição Estadual).

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17.127

Data 17 de abril de 2012

Súmula Determina a aplicação prática do conteúdo do § 5º, do art. 150, da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

*A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Determina a obrigatoriedade, em todo o Estado do Paraná, da discriminação na nota fiscal dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços.

**Art. 2º** Os estabelecimentos que prestem serviços ou forneçam produtos, deverão indicar os valores do que se oferece discriminados com o apontamento dos tributos incidentes.

**§ 1º** A informação deverá abranger o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

**§ 2º** As empresas ficam desobrigadas da indicação dos tributos que não incidam na operação ou que não tenham impacto sobre o preço da mercadoria ou do serviço.

**Art. 3º** ...Vetado...

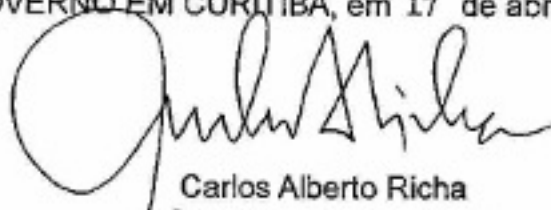
**Parágrafo único.** ...Vetado...



**Art. 4º** Os estabelecimentos terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequar a presente Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de abril de 2012.

A large, stylized handwritten signature of Carlos Alberto Richa.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Luiz Carlos Jorge Haully  
Secretário de Estado da Fazenda

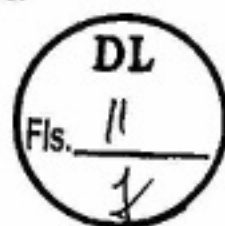
Durval Amara  
Chefe da Casa

Roberto Aciolli  
Deputado Estadual

Publicada no Diário Oficial	
Nº 8694	de 17/04/12
Republicada no Diário Oficial	
Nº	de / /



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 021/12

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 021/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1089/11**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei n.º. 379/11, de autoria do Deputado Roberto Accioli, que determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

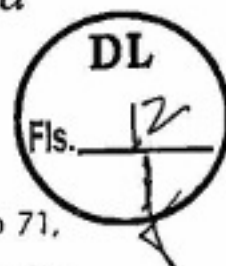
O projeto de lei nº 379/11, de autoria do Deputado Roberto Accioli que, dispõe sobre a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo o Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 379/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 28 de Março de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 021/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 17 de Abril de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

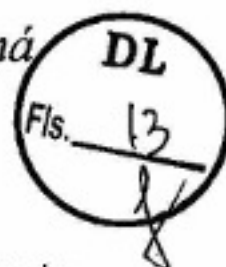
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**






*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 08 de Maio de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE



DEPUTADO CAIO QUINTANA  
RELATOR

